

# introdução ao marxismo

ernest  
mandel

QUARTA EDIÇÃO

412

71m



100310139

PUC-SP Campus Perdizes

MOVIMENTO 

Ernest Mandel é considerado, sobretudo na Europa, um dos analistas mais conscientes do marxismo, sua evolução histórica, suas alternativas e possibilidades do mundo de hoje. A esta altura, **INTRODUÇÃO AO MARXISMO** é um livro clássico, indispensável a todos aqueles que querem ter uma idéia aprofundada sobre este assunto, tão controverso e debatido.

Mais um livro de valor da  
EDITORA MOVIMENTO

## INTRODUÇÃO AO MARXISMO

Ernest Mandel é conhecido, hoje, como um dos historiadores europeus mais importantes e com o instrumental adequado para uma análise das estruturas sociais que definem o quadro social, político, cultural e econômico da atualidade.

Este último trabalho, ora lançado entre nós, visa mostrar os condicionamentos da infra e superestrutura a que o homem esteve sujeito, as lentas transformações ocorridas na sua trajetória histórica, sem jamais, no entanto, fazer abstrações das condições sociais do trabalho.

O tipo de abordagem que Ernest Mandel faz da desigualdade social e da luta de classes no decorrer da história é límpida, transparente, sem complicações ou teorizações desnecessárias. Fruto de uma longa experiência magisterial, a leitura do livro encanta porque tudo é dito com bom humor, iluminando e interpretando os complexos caminhos da emancipação humana, quando mostra, entre outras coisas, o Estado como instrumento da dominação de classes ou, ainda, quando analisa os modos de produção em suas várias e diferentes etapas através dos tempos.

Em sua análise da economia capitalista, aprofundando sobretudo a problemática dos monopólios e oligopólios atuais, e na abordagem das perspectivas que se abrem no processo histórico, Ernest Mandel pretende tornar inteligível aquilo que na aparência é tão complexo e caótico. O autor consegue uma interação da história e da economia, clarificando, deste modo, uma série de problemas tidos como naturais, eternos e imutáveis, aparentemente fora do alcance do homem, o verdadeiro fabricante da história.

A leitura de *Introdução ao Marxismo* deixará o leitor mais consciente e com novas perspectivas sobre os problemas que o atingem diariamente. Mais que um modelo de análise marxista, este é um livro que discute, analisa e ilumina os problemas fundamentais da nossa época.

EDITORA MOVIMENTO

## INTRODUÇÃO AO MARXISMO

Coleção Dialética  
volume 7

ERNEST MANDEL

INTRODUÇÃO AO MARXISMO

Tradução de Mariano Soares

QUARTA EDIÇÃO

Biblioteca  
Nadir Gouvêa Kfouri  
PUC-SP

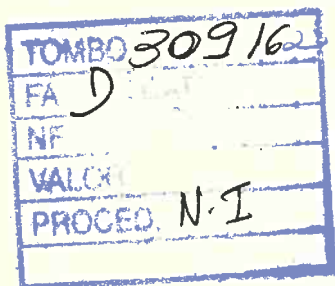
BIBLIOTECA NGK - PUC/SP



100310139

 EDITORA MOVIMENTO

Capa  
Peter Pellens  
Revisão  
C. Klimesch



335.412  
M2 71 6m

1982  
Direitos desta tradução reservados à  
Editora Movimento  
República, 130 – Fone 24 5178  
Porto Alegre – RS – Brasil

## SUMÁRIO

I – A DESIGUALDADE SOCIAL E AS LUTAS SOCIAIS ATRAVÉS DA HISTÓRIA	
1. A desigualdade social na sociedade capitalista contemporânea	9
2. A desigualdade social nas sociedades anteriores	10
3. Desigualdade social e desigualdade de classe	11
4. A igualdade social na pré-história humana	12
5. A revolta contra a desigualdade social através da história	13
6. As lutas de classe através da história	14
II – AS ORIGENS ECONÔMICAS DA DESIGUALDADE SOCIAL	
1. As comunidades primitivas baseadas na pobreza	16
2. A revolução neolítica	16
3. Produto necessário e sobre-produto social	17
4. Produção e acumulação	18
5. A causa do fracasso de todas as revoluções igualitárias do passado	19
III – O ESTADO, INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO DE CLASSE	
1. A divisão social do trabalho e nascimento do Estado	21
2. O Estado a serviço das classes dominantes	22
3. Coação violenta e integração ideológica	23
4. Ideologia dominante e ideologias revolucionárias	25
5. Revoluções sociais, revoluções políticas	25
IV – DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	
1. Produção para satisfação das necessidades e produção para troca	27
2. A pequena produção mercantil	28
3. A lei do valor	28
4. O aparecimento do capital	29
5. Do capital ao capitalismo	30

6. O que é a mais-valia?	31
7. As condições de aparecimento do capitalismo moderno	33
<b>V – A ECONOMIA CAPITALISTA</b>	
1. As particularidades da economia capitalista	34
2. O funcionamento da economia capitalista	35
3. A evolução dos salários	36
4. As leis de evolução do capitalismo	38
5. As contradições inerentes ao modo de produção capitalista	41
6. As crises periódicas de sobre-produção	41
<b>VI – O CAPITALISMO DOS MONOPÓLIOS</b>	
1. Da livre concorrência aos acordos capitalistas	43
2. As concentrações bancárias e o capital financeiro	44
3. Capitalismo dos monopólios e capitalismo de livre-concorrência	45
4. A exportação de capitais	45
5. Países imperialistas e países dependentes	47
6. A era do capitalismo tardio	47
<b>VII – O SISTEMA IMPERIALISTA MUNDIAL</b>	
1. A industrialização capitalista e a lei do desenvolvimento desigual e combinado	50
2. A exploração dos países coloniais e semicoloniais pelo capital imperialista	51
3. O “bloco de classes” no poder nos países semicoloniais	53
4. O movimento de libertação nacional	54
5. O neocolonialismo	55
<b>VIII – AS ORIGENS DO MOVIMENTO OPERÁRIO MODERNO</b>	
1. A luta de classe elementar do proletariado	58
2. A consciência de classe elementar do proletariado	59
3. O socialismo utópico	59
4. O nascimento da teoria marxista	60
5. A Primeira Internacional	61

6. As diferentes formas de organização do movimento operário	62
7. A Comuna de Paris	62
<b>IX – REFORMAS E REVOLUÇÃO</b>	
1. Evolução e revoluções da história	63
2. Evolução e revoluções no capitalismo contemporâneo	64
3. A evolução do movimento operário moderno	65
4. O oportunismo reformista	66
5. A necessidade de um partido de vanguarda	67
6. Os revolucionários e a luta pelas reformas	68
<b>X – DEMOCRACIA BURGUESA E DEMOCRACIA PROLETÁRIA</b>	
1. Liberdade econômica e liberdade política	70
2. O Estado burguês a serviço dos interesses de classe do capital	71
3. Os limites das liberdades democráticas burguesas	72
4. Repressão e ditaduras burguesas	73
5. A democracia proletária	75
<b>XI – A PRIMEIRA GUERRA IMPERIALISTA E A REVOLUÇÃO RUSSA</b>	
1. O movimento operário internacional e a guerra imperialista	77
2. A guerra imperialista desemboca na crise revolucionária	78
3. A revolução de fevereiro de 1917 na Rússia	79
4. A teoria da revolução permanente	80
5. A revolução de Outubro de 1917	81
6. A destruição do capitalismo na Rússia	81
<b>XII – O ESTALINISMO</b>	
1. O fracasso do ascenso revolucionário de 1918-23 na Europa	83
2. O ascenso da burocracia soviética	84
3. Natureza da burocracia, natureza social da URSS.	86
4. O que é o estalinismo?	87
5. A crise do estalinismo	89
6. As reformas econômicas	89
7. O maoísmo	91

### XIII – DAS LUTAS CORRENTES DE MASSAS À REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL

1. As condições de vitória da revolução socialista	93
2. A construção da IV Internacional	94
3. Reivindicações imediatas e reivindicações transitórias	96
4. Os três setores da revolução mundial de hoje	96
5. Democracia operária, auto-organização das massas e revolução socialista	97

### XIV – A CONQUISTA DAS MASSAS PELOS REVOLUCIONÁRIOS

1. A diferenciação política no seio do proletariado	100
2. A frente única operária contra o inimigo de classe	102
3. A dinâmica ofensiva da frente “classe contra classe”	104
4. Frente única operária e frente popular	105
5. Independência política de classe e organização unitária de classe	106
6. Independência de classe e alianças entre as classes	107

### XV – O ADVENTO DA SOCIEDADE SEM CLASSES

1. O fim socialista a atingir	109
2. As condições econômicas e sociais para atingir esse fim	110
3. As condições políticas, ideológicas e culturais para atingir esse fim	112
4. As etapas da sociedade sem classes	113

### XVI – O MATERIALISMO DIALÉTICO

1. O movimento universal	115
2. A dialética, lógica do movimento	116
3. Dialética e lógica formal	117
4. O movimento, função da contradição	118
5. Alguns problemas suplementares da dialética do conhecimento	120
6. O movimento, função da totalidade - o abstrato e concreto	122
7. Teoria e prática	123

### I – A DESIGUALDADE SOCIAL E AS LUTAS SOCIAIS ATRAVÉS DA HISTÓRIA

#### 1. A desigualdade social na sociedade capitalista contemporânea

Existe na Bélgica uma pirâmide da fortuna e do poder social. Na base desta pirâmide encontra-se um terço dos nossos compatriotas, que não possuem nada além daquilo que ganham e dispendem, ano após ano; não têm possibilidade de fazer economias nem de adquirir bens. No vértice desta pirâmide encontram-se *quatro por cento* dos concidadãos que possuem *metade* da fortuna privada da nação. Menos de um por cento dos belgas possuem mais de metade da fortuna mobiliária do país. Dentre eles, duzentas famílias controlam as grandes sociedades *holdings\** que dominam o conjunto da vida econômica nacional.

Nos Estados Unidos, um inquérito realizado em 1952 pelo Brookings Institute deu os seguintes resultados: 130 000 pessoas, ou seja, 0,1 % da população americana, possui 56 % do valor da Bolsa de todas as ações e obrigações emitidas por sociedades anônimas americanas. Dado que (à parte algumas exceções) toda a indústria e finança americanas se encontram organizadas na base de “sociedades anônimas”, podemos dizer que 99 % dos cidadãos americanos têm um poder econômico inferior ao de 0,1 % da população.

A desigualdade dos rendimentos e das fortunas não é um fato unicamente econômico. Implica uma desigualdade ante as possibilidades de sobrevivência, uma desigualdade ante a morte. Assim, na Grã-Bretanha, antes da guerra, a mortalidade infantil entre as famílias de operários não qualificados foi de mais do dobro do que entre as famílias burguesas. Uma estatística oficial indica que na França, no ano de 1951, a mortalidade infantil elevou-se de 19,1 óbitos por cada 1000 nascimentos entre as profissões liberais, a 23,9 óbitos entre a burguesia patronal, 28,2 óbitos entre os empregados de comércio, 34,5 óbitos entre os comerciantes, 36,4 óbitos entre os artesãos, 42,5 óbitos entre os operários qualificados, 44,9 óbitos entre os camponeses e operários agrícolas, 51,9 óbitos entre os operários semiquualificados e 61,7 óbitos entre os serventes!

(\*) *holdings* = sociedades anônimas cujo patrimônio é constituído essencialmente por ações de várias empresas e cujo fim é a administração dos títulos em carteira, assegurando assim o controle efetivo das empresas em cujo capital o *holding* participa. (N. T.).

Na nossa época, não basta apenas ter em conta as desigualdades sociais que existem no interior de cada país. É importante considerar também a desigualdade entre um pequeno punhado de países avançados do ponto de vista industrial e a maior parte da humanidade que vive nos países ditos subdesenvolvidos (países coloniais e semicoloniais).

Assim, no mundo capitalista, os Estados Unidos realizam mais da metade da produção industrial e consomem mais da metade de um grande número de matérias-primas industriais. 550 milhões de indianos dispõem de menos aço e menos energia elétrica do que 9 milhões de belgas. O rendimento real, por habitante, nos países mais pobres do mundo, é apenas de 8 % do rendimento por habitante dos países mais ricos. A 67 % dos habitantes do globo não cabe mais do que 15 % do rendimento mundial.

**Resultados:** Um habitante da Índia ingere por dia apenas a metade das calorias que nós ingerimos nos países avançados. A idade média, que ultrapassa no Ocidente os 65 anos, e chega aos 70 anos em certos países, a custo atinge 30 anos na Índia.

## 2. A desigualdade social nas sociedades anteriores

Encontramos uma desigualdade social comparável à que existe no mundo capitalista em todas as sociedades anteriores que se sucederam ao longo da história (ou seja, ao longo do período de existência da humanidade sobre a terra, do qual possuímos testemunhos escritos).

Eis uma descrição da miséria dos camponeses franceses cerca do fim do século XVII, descrição tirada dos *Caractères* de La Bruyère:

“Espalhados pelos campos vêem-se certos animais bravios, machos e fêmeas, negros, lívidos e requeimados pelo sol, agarrados à terra que escavam e revolvem com uma obstinação invencível; têm como que uma voz articulada, e quando se erguem sobre os pés, mostram uma face humana; e, com efeito, são homens. Retiram-se à noite para as tocas, onde vivem de pão negro, de água e raízes...”

Comparar este retrato dos camponeses da época com o das brilhantes festas dadas por Luís XIV na Corte de Versailles, com o luxo da nobreza e o esbanjamento do Rei, é traçar uma imagem flagrante da desigualdade social.

Na sociedade da alta idade média, em que predominava a servidão, o nobre senhor dispunha com muita frequência de metade do trabalho ou de metade da colheita dos camponeses-servos. Eram numerosos os senhores que tinham nas suas terras centenas ou milhares de servos e cada um deles recebia portanto, em cada ano, tanto como centenas ou milhares de camponeses.

O mesmo se passava nas diferentes sociedades do Oriente clássico (Egipto, Suméria, Babilônia, Pérsia, Índia, China, etc.), sociedades baseadas na agricultura, mas nas quais os proprietários fundiários eram os senhores, os templos, ou os reis (representados por agentes do fisco real).

A “Sátira das profissões”, redigida no Egipto dos Faraós, há 3500 anos, deixou-nos uma imagem dos camponeses explorados por esses escribas reais, comparados a animais nocivos e a parasitas, pelos cultivadores atormentados.

Quanto à antiguidade greco-romana, a sua organização social baseava-se na escravidão. Se a cultura pôde atingir um nível elevado, isso deveu-se em parte ao fato de os cidadãos das cidades antigas terem podido consagrar uma larga parte do seu tempo a atividades políticas, culturais, artísticas e desportivas, sendo o trabalho manual abandonado exclusivamente aos escravos.

## 3. Desigualdade social e desigualdade de classe

Nem todas as desigualdades sociais são desigualdades de classe. A diferença de remuneração entre um servente e um operário altamente qualificado não transforma estes dois homens em membros de classes sociais diferentes.

A desigualdade de classes é uma desigualdade que tem as suas raízes na estrutura e no desenvolvimento normal da vida econômica, e que é mantida e acentuada pelas primeiras instituições sociais e jurídicas da época.

Concretizemos esta definição com alguns exemplos:

Na Bélgica, para se chegar a grande industrial, é necessário reunir capitais avaliados em meio milhão por cada operário contratado. Uma pequena fábrica empregando 100 operários exige, portanto, uma concentração mínima de capital de 50 milhões. Ora, o salário líquido dum operário quase nunca ultrapassa 100 000 fr. por ano. Mesmo que durante 50 anos de trabalho nada dispenda para comer e viver, não poderá reunir dinheiro bastante para se tornar capitalista. O salariato, que é uma das características da estrutura da economia capitalista, representa assim uma das raízes da divisão da sociedade capitalista em duas classes fundamentalmente diferentes: a classe operária, que através dos seus rendimentos não pode nunca tornar-se proprietária dos meios de produção, e a classe dos proprietários dos meios de produção, os capitalistas.

É certo que ao lado dos capitalistas propriamente ditos alguns técnicos altamente dotados podem aceder aos postos de chefia das empresas. Mas a formação técnica requerida é uma formação universitária. Ora, durante as últimas décadas, unicamente 5 a 7 % dos estudantes na Bélgica são filhos de operários...

As instituições sociais impedem pois aos operários o acesso à propriedade capitalista, quer pelos rendimentos quer pelo modo de ensino superior. Assim mantêm, conservam e perpetuam a divisão da sociedade em classes tal como existe hoje.

Até nos Estados Unidos, onde se comprazem em citar exemplos de “filhos de operários-mercedores, que se tornam milionários à custa do seu trabalho”, um inquérito demonstrou que 90 % dos chefes de empresas importantes saíram da grande e média burguesia.

Assim, ao longo da história, deparamos sempre com uma desigualdade



social cristalizada em desigualdade de classe. Em cada uma destas sociedades podemos reencontrar uma classe de produtores que sustenta com o seu trabalho o conjunto da sociedade, e uma classe dominante que vive à custa do trabalho alheio:

camponeses e sacerdotes, senhores ou funcionários, nos impérios do Oriente;

escravos e senhores de escravos, na Antiguidade greco-romana;  
servos e senhores feudais, na alta idade média;  
operários e capitalistas, na época burguesa.

#### 4. A igualdade social na pré-história humana

Mas a história representa apenas um ramo menor da vida humana sobre o nosso planeta. Foi precedida pela pré-história, a época da existência da humanidade em que a escrita e a civilização eram ainda desconhecidas. Alguns povos primitivos permaneceram nas condições pré-históricas até data recente ou mesmo até aos nossos dias. Ora, ao longo da maior parte da sua existência pré-histórica, a humanidade desconheceu a desigualdade de classe.

Compreenderemos a diferença fundamental entre uma tal comunidade primitiva e uma sociedade de classe, examinando algumas das instituições dessas comunidades.

Assim, vários antropólogos falam-nos dum hábito que se encontra entre numerosos povos primitivos, hábito que consiste em organizar festas de abundância, após as colheitas. A antropóloga Margaret Mead descreveu-nos estas festas entre o povo papua dos Arapech (Nova-Guiné). Todos os que tenham feito uma colheita acima da média, convidam toda a sua família e todos os seus vizinhos, e as festividades prosseguem até que a maior parte desse excedente tenha desaparecido. Margaret Mead acrescenta:

“Estas festas representam uma medida adequada para impedir que um indivíduo acumule riquezas...”

O antropólogo Asch estudou os costumes e o sistema dum tribo existente no sul dos Estados Unidos, a tribo dos Hopi. Nesta tribo, contrariamente à nossa sociedade, o princípio da competição individual é considerado como condenável do ponto de vista moral. Quando as crianças Hopi jogam ou praticam desportos, não contam nunca os pontos e ignoram o “vencedor”.

Quando as comunidades primitivas, que não se encontram ainda divididas em classes, praticam a agricultura como atividade econômica principal e ocupam um determinado terreno, não organizam a exploração coletiva do solo. Cada família recebe uma área em usufruto por um certo período. Mas estes campos são redistribuídos freqüentemente, para evitar favorecer este ou aquele membro da comunidade em detrimento dos outros. Os prados e os bosques são explorados em comum. Este sistema de *comunidade rural*, baseado na ausência de propriedade privada do solo, foi encontrado na origem da agri-

cultura entre quase todos os povos do mundo, e demonstra que, nessa época, a sociedade não estava ainda dividida em classes ao nível da aldeia.

Os lugares-comuns com que nos encham os ouvidos, segundo os quais a desigualdade social teria as suas raízes na desigualdade de aptidão ou de capacidade dos indivíduos, que a divisão da sociedade em classes seria o produto do “egoísmo inato dos homens” e, portanto, da “natureza humana”, não possuem qualquer base científica. A opressão de uma classe social por outra não é o produto da “natureza humana” mas sim o de determinada evolução histórica da sociedade. Essa divisão não existiu sempre, nem existirá sempre.

Não existiram sempre ricos e pobres, nem existirão para sempre.

#### 5. A revolta contra a desigualdade social através da história

A divisão da sociedade em classes, a propriedade privada do solo e dos meios de produção, não são pois de modo nenhum um produto da “natureza humana”. São o produto dum evolução da sociedade e das instituições econômicas e sociais. Veremos como nasceram e como virão a desaparecer.

De fato, desde que aparece a divisão da sociedade em classes, o homem manifesta a sua nostalgia da antiga vida comunitária. Encontramos a expressão desta nostalgia no sonho da “idade de ouro” que teria existido nos primórdios da existência humana sobre a terra, sonho descrito quer pelos autores clássicos chineses, quer pelos autores gregos e latinos. Virgílio diz aliás claramente que na época dessa idade de ouro as colheitas eram partilhadas em comum, o que significa que não existia então a propriedade privada.

Numerosos filósofos e sábios célebres consideraram que a divisão da sociedade em classes constitui a fonte dos males sociais, e elaboraram projetos para a suprimir.

Eis como o filósofo grego Platão caracteriza a origem das desgraças que se abatem sobre a sociedade: “Mesmo a mais pequena cidade se encontra dividida em duas partes, uma cidade dos pobres e uma cidade dos ricos, que se opõem (como) em estado de guerra”. Para suprimir esta divisão, preconiza uma espécie de socialismo aristocrático, baseado na comunidade dos bens.

As seitas judaicas que polulam no início da nossa era, e os primeiros padres da Igreja cristã que prosseguem essa tradição, são igualmente ferozes partidários dum retorno à comunidade dos bens. São Barnabé escreve: “Não falarás nunca da tua propriedade, pois se desfrutas em comum dos bens espirituais, mais necessário é desfrutar em comum dos bens materiais”. São Cipriano pregou numerosas vezes a favor da partilha igualitária dos bens entre todos os homens. São João Crisóstomo foi o primeiro a exclamar: “A propriedade é o roubo”. Mesmo Santo Agostinho começou por denunciar na propriedade privada a origem de todas as lutas e de todas as violências sociais, para modificar mais tarde o seu ponto de vista.

Esta tradição continuou durante toda a Idade Média, nomeadamente

com São Francisco de Assis e com os precursores da Reforma: os Albigenses e os Cátaros, Wycliff, etc. Eis as palavras do pregador inglês John Ball, discípulo de Wycliff, no século XIV: "É preciso abolir a servidão e tornar todos os homens iguais. Os que se intitulam nossos senhores consomem o que produzimos... Devem o seu luxo ao nosso trabalho".

Finalmente, na época moderna, vemos estes projetos de sociedade igualitária tornarem-se cada vez mais claros, nomeadamente na Utopia de Thomas More (inglês), em *A Cidade do Sol* de Campanella (italiano), no *Testamento de Jean Meslier* e no *Código da Natureza* de Morelly (francês).

A par desta revolta do espírito contra a desigualdade social, houve inúmeras revoltas por atos, quer dizer, por insurreições das classes oprimidas contra os seus opressores. A história de todas as sociedades de classe é a história das lutas de classe que as dilaceram.

#### 6. As lutas de classe através da história

Estas lutas entre a classe exploradora e a classe explorada, ou entre diversas classes exploradoras, tomam as formas mais variadas segundo a sociedade que se considera e o preciso estado da sua evolução.

Assim, nas sociedades ditas "de modo de produção asiático" (Impérios do Oriente clássico), deram-se numerosas revoltas de camponeses contra a exploração de que eram objeto. Estas revoltas de camponeses combinavam-se amiúde com movimentos de outras classes sociais (incluindo greves de artesãos e de companheiros de artesãos). Possuímos, aliás, um papiro que descreve a primeira revolução social deliberadamente desencadeada na história, que se produziu há 4000 anos, sob a 18.ª dinastia dos faraós, no Egito.

Na China, inúmeros levantamentos de camponeses batizam a história das sucessivas dinastias que reinaram no Império. O Japão conheceu igualmente um grande número de insurreições camponesas, sobretudo no século XVIII.

Na antiguidade grega e romana houve uma série ininterrupta de revoltas de escravos — das quais a mais conhecida foi a dirigida por Spartacus — que contribuíram largamente para a queda do Império romano. Entre os "cidadãos" livres propriamente ditos, houve uma luta virulenta entre uma classe de camponeses endividados e os mercadores-usurários, entre não possuidores e possuidores.

Na Idade Média, sob o regime feudal, lutas de classes opuseram senhores feudais e comunas livres fundadas sobre a pequena produção mercantil, artesãos e mercadores no seio destas comunas, alguns artesãos urbanos e camponeses dos arredores das cidades. Houve sobretudo ferozes lutas de classe entre a nobreza feudal e o campesinato que procurou sacudir o jugo feudal, lutas que tomaram formas francamente revolucionárias, como as Jacqueries em França, a guerra de Wat Tyler na Inglaterra, a guerra dos Hussitas na Boêmia,

e a guerra dos camponeses na Alemanha, no século XVI.

Os tempos modernos são assinalados por lutas de classe entre a nobreza e a burguesia, entre mestres artesãos e companheiros, entre ricos banqueiros e comerciantes por um lado, e os "mãos vazias" das cidades por outro. Estas lutas anunciam as revoluções burguesas, o capitalismo moderno, e a luta de classes do proletariado contra a burguesia.

## II — AS ORIGENS ECONÔMICAS DA DESIGUALDADE SOCIAL

### 1. As comunidades primitivas baseadas na pobreza

Durante a maior parte da sua existência pré-histórica, o homem viveu em condições de extrema pobreza.

Os homens só podiam encontrar a alimentação necessária à sua subsistência pela caça, a pesca e a colheita de frutos.

A humanidade viveu como parasita da natureza, visto que não aumentava os recursos naturais que se encontravam na base da sua subsistência. Não tinha qualquer controle sobre estes recursos.

As comunidades primitivas estão organizadas de forma a garantir a sobrevivência coletiva nestas condições de existência extremamente difíceis. Cada um participa obrigatoriamente no trabalho; o seu trabalho é necessário para manter viva a comunidade. A produção de víveres mal chega para alimentar a coletividade. A existência de privilégios materiais condenaria à fome uma parte da tribo, privá-la-ia da possibilidade de trabalhar racionalmente e saparia assim as condições de sobrevivência coletiva. Eis porque a organização social, nesta época do desenvolvimento das sociedades humanas, tende a manter um máximo de igualdade no interior das suas comunidades.

Tendo examinado as instituições sociais de 425 tribos primitivas, os antropólogos ingleses Hobhouse, Wheeler e Ginsberg encontraram uma ausência total de classes sociais entre todas as tribos que ignoram a agricultura.

### 2. A revolução neolítica

Esta situação de pobreza fundamental só foi modificada de forma durável pela formação de técnicas de cultura do solo e de criação de animais. A técnica da cultura do solo, a maior revolução econômica da existência humana, é devida às mulheres, tal como uma série de outras descobertas importantes da pré-história (nomeadamente a técnica da olaria e da tecelagem). Firmou-se a partir de, aproximadamente, 15 000 anos antes de Cristo, em várias partes do mundo, muito provavelmente com início na Ásia Menor, na Mesopotâmia, no Irão e no Turquestão, estendendo-se progressivamente ao Egito, à Índia, à China, à África do Norte e à Europa mediterrânica. É chamada a revolução neolítica, por se ter produzido numa época da idade da pedra, em que os principais instrumentos de trabalho do homem eram fabricados em pedra polida (a época mais recente da idade da pedra).

A revolução neolítica permitiu ao próprio homem produzir os seus víveres e portanto controlar — mais ou menos — a sua própria subsistência. Veio atenuar a dependência em relação às forças da natureza em que se encontrava o homem primitivo. Permitiu a constituição de reservas de víveres, o que por seu turno tornou possível que certos elementos da comunidade se libertassem da necessidade de produzir a sua alimentação. Assim se pôde desenvolver uma certa *divisão econômica do trabalho*, uma especialização dos ofícios, que aumentou a produtividade do trabalho humano. Na sociedade primitiva, uma tal especialização apenas pôde esboçar-se, como disse um dos primeiros exploradores espanhóis a respeito dos índios no séc. XVI: "Eles (os primitivos) querem utilizar todo o seu tempo para reunir víveres, porque, de outro modo, seriam fustigados pela fome".

### 3. Produto necessário e sobre-produto social

O aparecimento de um largo excedente permanente de víveres transformou as condições da organização social. Enquanto este excedente foi relativamente pequeno e disseminado pelas aldeias, não modificou a estrutura igualitária da comunidade aldeã. Permite-lhe apenas alimentar alguns artesãos e funcionários, como os que se mantiveram durante milênios nas aldeias hindus.

Mas quando estes excedentes são concentrados em grandes espaços pelos chefes militares ou religiosos, ou quando se tornam mais abundantes na aldeia graças à melhoria dos métodos de cultura, podem então criar as condições para o aparecimento de uma desigualdade social. Podem ser utilizados para alimentar prisioneiros de guerra ou de expedições de pirataria (que anteriormente teriam sido mortos por falta de subsistência). Estes são obrigados a trabalhar para os vencedores, em troca de alimento; assim aparece e escravatura no mundo grego.

O mesmo excedente pode ser utilizado para alimentar toda uma população de sacerdotes, soldados, funcionários, senhores e reis: é o aparecimento das classes dominantes nos Impérios do Oriente antigo (Egito, Babilônia, Irã, Índia, China).

Uma divisão social do trabalho completa a partir de então a divisão econômica do trabalho. A produção social deixa de servir, no seu conjunto, para ocorrer às necessidades dos produtores. Divide-se daí em diante em duas partes:

- o produto necessário, ou seja, a subsistência dos produtores sem cujo trabalho toda a sociedade se afundaria;
- o sobre-produto social, ou seja, o excedente produzido pelos produtores e açambarcado pelas classes opressoras.

Eis como o historiador Heichelheim descreve o aparecimento das primeiras cidades do mundo antigo:

“A população dos novos centros urbanos é composta... na sua maior parte duma camada superior vivendo das rendas (quer dizer, apropriando-se do sobre-produto do trabalho agrícola — E. M.) composta por senhores, por nobres e por sacerdotes. Juntam-se-lhes os funcionários, empregados, e servidores, indiretamente alimentados por essa camada superior.”

O aparecimento das classes sociais — classes produtoras e classes dominantes — dá assim origem ao Estado, que é a principal instituição destinada a manter as condições sociais dadas, ou seja, a desigualdade social. A divisão da sociedade em classes consolida-se pela apropriação dos meios de produção pelas classes possessoras.

#### 4. Produção e acumulação

A formação das classes sociais, a apropriação do sobre-produto social por uma parte da sociedade, é o resultado de uma luta social e só pode manter-se graças a uma luta social constante.

Mas, ao mesmo tempo, representa uma etapa — inevitável — do progresso económico, pelo fato de permitir a separação das duas funções económicas fundamentais: a função de produção e a função de acumulação.

Na sociedade primitiva, o conjunto dos homens e das mulheres válidos ocupam-se principalmente da produção de víveres. Nestas condições, só podem consagrar uma pequena parte do tempo à fabricação e à armazenagem de instrumentos de trabalho, à especialização desta fabricação, à busca sistemática de outros instrumentos de trabalho, à aprendizagem de técnicas complicadas de trabalho (como por exemplo o trabalho metalúrgico), à observação sistemática de fenômenos da natureza, etc.

É a produção dum sobre-produto social que vai permitir a uma parte da humanidade dispor de suficiente tempo livre para que se possa consagrar ao conjunto destas atividades, que facilitam o aumento da produtividade do trabalho.

Estes tempos livres estão assim na base da civilização, do desenvolvimento das primeiras técnicas científicas (astronomia, geometria, hidrografia, mineralogia, etc.) e da escrita.

A separação do trabalho intelectual e do trabalho manual, produto desses tempos livres, acompanha a separação da sociedade em classes.

A divisão da sociedade em classes representa, portanto, uma condição de progresso histórico, por tanto tempo quanto a sociedade seja demasiado pobre para permitir que todos os seus membros se consagrem ao trabalho intelectual (às funções de acumulação). Mas o preço pago por este progresso é muito pesado. Até ao dealbar do capitalismo moderno, apenas as classes possessoras usufruem dos benefícios do aumento da produtividade do trabalho. Apesar de todos os progressos da técnica e da ciência durante os 4000 anos que separam os princípios da civilização antiga do séc. XVI, a situação dum cam-

ponês indiano, chinês, egípcio, ou mesmo grego ou eslavo, não mudou de forma sensível.

#### 5. A causa do fracasso de todas as revoluções igualitárias do passado

Quando o excedente produzido pela sociedade humana, quando o sobre-produto social não basta para libertar toda a humanidade dum trabalho penoso constante, qualquer revolução social que procure restabelecer a igualdade primitiva entre os homens está antecipadamente votada ao fracasso. Só pode encontrar duas saídas para a antiga desigualdade social:

a) ou destruir deliberadamente todo o sobre-produto social, e regressar à extrema pobreza primitiva. E então o reaparecimento do progresso técnico provocará rapidamente as mesmas desigualdades sociais que se pretendia suprimir;

b) ou desapossar a antiga classe possensora, em proveito de uma nova classe possensora.

Foi o que se passou com a insurreição dos escravos romanos sob Spartacus, com as primeiras seitas cristãs e os mosteiros, as diversas insurreições camponesas, que se sucederam no Império chinês, a revolução dos Taborites, na Boêmia, no séc. XV, as colônias comunistas estabelecidas pelos imigrantes na América, etc.

Sem pretender que a revolução russa tenha levado à mesma situação, o reaparecimento duma desigualdade social acentuada na U.R.S.S. de hoje, explica-se fundamentalmente pela pobreza da Rússia logo após a revolução, pela insuficiência do nível de desenvolvimento das forças produtivas, pelo isolamento da revolução num país atrasado, efeito do revés da revolução na Europa central durante o período de 1918-23.

Uma sociedade igualitária baseada na abundância e não na pobreza — tal é o fim do socialismo — só se pode desenvolver na base duma economia avançada, na qual o sobre-produto social seja tão elevado que permita que todos os produtores se libertem dum trabalho embrutecedor e que conceda suficientes tempos livres a toda a comunidade, para que esta possa desempenhar coletivamente as funções dirigentes na vida económica e social (função de acumulação).

Qual o motivo por que foram necessários 15 000 anos de sobre-produto social, antes que a economia humana alcançasse o desenvolvimento necessário para se entrever uma solução socialista da desigualdade social? Por tanto tempo quanto as classes possidentes se apropriaram do sobre-produto social sob a forma de produtos (de valores de uso), o seu próprio consumo (consumo improdutivo) representa o limite de crescimento da produção que desejam realizar.

Os templos e reis do Oriente antigo; os senhores de escravos da Antiguidade greco-romana; os senhores nobres e mercadores chineses, indianos, ja-

poneses, bizantinos, árabes; os nobres feudais da Idade Média, não tinham qualquer interesse em aumentar a produção desde o momento em que tivessem acumulado nos seus castelos e palácios suficientes víveres, vestes de luxo, objetos de arte. Existe um limite para o consumo e para o luxo que é impossível ultrapassar (um exemplo cômico: na sociedade feudal das ilhas Hawaí, o sobre-produto social toma a forma exclusiva de alimentos, e, por isso, o prestígio social depende... do peso de cada um).

É unicamente quando o sobre-produto social toma a forma de dinheiro — de mais valia — e que pode servir já não só para a aquisição de bens de consumo, mas de bens de equipamento (de produção), que a nova classe dominante — a burguesia — adquire interesse num crescimento ilimitado da produção. Assim se criam as condições sociais necessárias a uma aplicação à produção de todas as descobertas científicas, ou seja, as condições necessárias ao aparecimento do capitalismo industrial moderno.

### III — O ESTADO, INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO DE CLASSE

#### 1. A divisão social do trabalho e o nascimento do Estado

Na sociedade primitiva sem classes, as funções administrativas eram executadas pelo conjunto dos cidadãos. Cada um usava as suas armas e participava nas assembléias que tomavam decisões respeitantes à vida coletiva e às relações da comunidade com o mundo exterior. Os conflitos internos eram igualmente resolvidos pelos membros da coletividade.

Claro está que não existe qualquer razão para idealizar a situação existente no seio destas comunidades primitivas, que viviam sob o comunismo do clã ou da tribo. A sociedade era extremamente pobre. O homem era dominado pelas forças da natureza. Os hábitos, os costumes, as regras de arbitragem dos conflitos internos e externos, se bem que aplicados coletivamente, caracterizavam-se pela ignorância, pelo medo, pelas crenças mágicas. Em compensação, o que é necessário sublinhar, é que a sociedade se governava a si própria, nos limites dos seus conhecimentos e das suas possibilidades.

Não é pois verdade que as noções de “sociedade”, de “coletividade humana” e de “Estado” sejam praticamente idênticas e se justaponham mutuamente ao longo dos tempos. Bem pelo contrário: a humanidade viveu durante milênios e milênios em coletividades que ignoravam a existência de um Estado.

O Estado nasce quando certas funções, primitivamente executadas pelo conjunto dos membros da coletividade, se tornam apanágio dum grupo separado de homens:

- um exército distinto da massa dos cidadãos armados;
- juízes distintos da massa dos cidadãos, julgando os seus semelhantes;
- chefes hereditários, reis, nobres, em vez de representantes ou de dirigentes de tal atividade, designados temporariamente e sempre revogáveis;
- “produtores de ideologia” (padres, clérigos, professores, filósofos, escribas, mandarins), separados do resto da coletividade.

O nascimento do Estado é pois o produto duma dupla transformação: o aparecimento dum sobre-produto social permanente, que permite libertar uma parte da sociedade da obrigação de efetuar trabalho para assegurar a sua subsistência — parte essa que cria assim as *condições materiais* da sua especialização nas funções de acumulação e de administração —, uma transformação social e política que permite *excluir* os restantes membros da coletividade do

exercício das funções políticas que eram outrora comuns a todos.

## 2. O Estado ao serviço das classes dominantes

O fato de as funções que eram primitivamente executadas por todos os membros duma coletividade se tornarem, a partir dum certo momento,apanágio de um grupo separado de homens, indica já por si mesmo que existem pessoas que *têm interesse* em praticar essa exclusão. São as *classes dominantes* que se organizam para excluir os membros das classes exploradas e produtivas do exercício de funções que lhes permitiriam abolir a *exploração* que lhes é imposta.

O exemplo do exército e do armamento constitui disso a prova mais evidente. O aparecimento das classes dominantes efetua-se através da apropriação do sobre-produto social por uma fração da sociedade. Em numerosas tribos e aldeias africanas assistiu-se, ao longo dos últimos séculos, à reprodução de uma evolução que se encontra na origem do nascimento do Estado nos mais antigos Impérios do Oriente (Egito, Mesopotâmia, Irã, China, Índia, etc.): as dádivas, as ofertas, os serviços sob forma de entreatujada, que eram primitivamente concedidas amigavelmente a todos os casais, tornam-se progressivamente obrigatórios, transformando-se em rendas, impostos e corveias.

Mas é ainda necessário *assegurar* essa prestação obrigatória, o que tem lugar, em particular, pela força das armas. Grupos de homens armados — pouco importa que se chamem soldados, polícias, piratas ou bandidos — *obrigam* os cultivadores e os criadores de animais, mais tarde os artesãos e os comerciantes, a abandonar uma parte da sua produção em benefício das classes dominantes. Com este fim usam armas e devem impedir que os produtores se encontrem igualmente armados.

Na Antiguidade greco-romana, era estritamente proibido aos escravos possuir armas. O mesmo se passava com os servos da Idade Média. Os primeiros escravos, os primeiros camponeses, são muitas vezes, aliás, prisioneiros de guerra ou camponeses de regiões conquistadas; portanto, as vítimas de um processo em que uns são desarmados para que outros possuam o monopólio das armas.

Neste sentido, Frederic Engels tem razão ao resumir a definição do Estado segundo a fórmula: um grupo de homens armados. Sem dúvida que o Estado desempenha outras funções além da de armar a classe possensora e de desarmar a classe produtiva. Mas, em última análise, a sua função é a de exercer a sujeição de uma parte da sociedade a outra. Nada, ao longo da história permite justificar a tese liberal-burguesa segundo a qual o Estado teria nascido de um “contrato”, de uma “convenção” livremente aceite por todos os membros de uma coletividade. Pelo contrário, tudo confirma que é o produto de uma opressão, da violência exercida por alguns contra outros.

Se o aparecimento de um Estado permite às classes dominantes con-

servarem a apropriação do sobre-produto social, esta apropriação do sobre-produto social permite, por sua vez, pagar aos membros do aparelho de Estado. Quanto mais importante é este sobre-produto social, mais o Estado se pode estruturar através de um número crescentemente elevado de soldados, de funcionários e de ideólogos.

O desenvolvimento do Estado na Idade Média feudal torna estas relações particularmente transparentes. Quando o feudalismo atinge o seu apogeu, cada nobre feudal é, no seu domínio, chefe do exército, coletor de impostos, competente para cunhar moeda, administrador em chefe e gerente da economia. Mas à medida que certos domínios se estendem, que se restabelece uma hierarquia entre os nobres, que os duques e condes emergem com um poder sobre extensões de terra consideráveis, torna-se impossível exercer todas estas funções a título pessoal. O que é ainda mais verdadeiro para os reis e imperadores.

Assim emergem personagens que encarnam a divisão destas funções: senescais e marechais, ministros e secretários, etc. Mas a etimologia ensina-nos que todas estas personagens eram, na sua origem, escravos ou servos do senhor, o que significa que se encontravam em estado de dependência total da classe dominante.

## 3. Coação violenta e integração ideológica

Se o Estado é, em última análise, um grupo de homens armados, e se o poder duma classe dominante é fundado em última instância no constrangimento violento, não pode no entanto limitar-se exclusivamente a este constrangimento. Napoleão Bonaparte disse que tudo se pode fazer com baionetas, menos sentar-se sobre elas. Uma sociedade de classe que subsistisse unicamente pela violência armada encontrar-se-ia em estado de guerra civil permanente, ou seja, em estado de crise extrema.

Para consolidar a dominação de uma classe sobre outra, é portanto absolutamente indispensável que os produtores, membros da classe explorada, sejam levados a aceitar como inevitável, permanente e justa a apropriação por uma minoria do sobre-produto social. Eis porque o Estado não desempenha apenas uma função de repressão, mas também uma função de integração ideológica. Cabe aos “produtores de ideologias” assegurarem esta função.

A humanidade tem de particular que só pode assegurar a sua subsistência por um trabalho social, que implica a existência de laços, de relações sociais entre os homens. Estes laços indispensáveis implicam a necessidade de uma comunicação, duma linguagem entre os homens, o que permite desenvolver a consciência, a reflexão, a “produção de idéias” (de conceitos). Assim, todas as ações importantes na vida humana são acompanhadas de reflexões sobre essas ações que se efetuam na cabeça dos homens.

Mas estas reflexões não se produzem de forma absolutamente espontâ-

nea. Correntemente, cada indivíduo não inventa idéias novas. A maioria dos indivíduos raciocina com base nas idéias aprendidas na escola ou na igreja, e, na nossa época, também com base em idéias colhidas na TV ou na rádio, na publicidade ou nos jornais. A produção de idéias e de sistemas de idéias, chamadas ideologias, encontra-se assim fortemente limitada. Aparece também como atributo duma pequena minoria da sociedade.

Em cada sociedade de classe, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. Isto, sobretudo porque os produtores de ideologia se encontram na dependência material dos proprietários do *sobre-produto social*. Na alta Idade Média, poetas, pintores, filósofos, são literalmente mantidos pelos senhores e pela Igreja (grande proprietária fundiária feudal, ao lado da nobreza). Quando a situação social e econômica muda, os mercadores e banqueiros ricos surgem igualmente como financiadores de obras literárias, filosóficas ou artísticas. A dependência material não é aqui menos pronunciada. Só com advento do capitalismo aparecem produtores de ideologias trabalhando não já diretamente sob a dependência da classe dominante, mas para um "mercado anônimo".

Por outro lado, cada sociedade particular segrega maneiras de pensar, "formas predominantes de produção ideológica", que são o resultado e o reflexo de sua maneira de organizar a produção material.

Assim, numa sociedade primitiva que vive sob a tirania extrema das forças da natureza, poucos indivíduos são levados a pôr em causa as religiões que divinizam essas forças, ou a magia que as tenta conciliar. Na sociedade feudal, a dependência material extrema em que se encontravam os servos em relação à nobreza, a estreiteza do domínio feudal, a atrofia do grande comércio e da economia monetária, refletem-se normalmente na enorme influência da religião sobre os espíritos. Os explorados vêem como única consolação a esperança numa vida melhor no além.

Numa sociedade em que a produção mercantil atinge grande expansão, em que cada indivíduo aparece como um proprietário, livre vendedor e comprador de mercadorias num mercado anônimo, o individualismo e o racionalismo podem se expandir muito mais livremente. As estruturas imutáveis da religião são postas em causa. A luta pelo direito de cada indivíduo interpretar a Bíblia segundo a sua consciência, pode desenvolver-se. A Reforma, o ateísmo, o materialismo filosófico, anunciam-se.

Seja como for, a função da ideologia dominante é incontestavelmente uma função estabilizadora da sociedade tal como existe, ou seja, da dominação de classe. O direito protege e justifica a forma predominante da propriedade. A família desempenha o mesmo papel. A religião ensina os explorados a aceitar a sua sorte. As idéias políticas e morais predominantes procuram justificar o reino da classe dominante por meio de sofismas ou de meias-verdades (conforme a tese de Goethe, formulada durante e contra a revolução francesa, segundo a qual a desordem provocada pela luta contra a injustiça seria pior do

que a própria injustiça. Moralidade: não mudar a ordem estabelecida).

#### 4. Ideologia dominante e ideologias revolucionárias

Mas se a ideologia dominante de cada época é a ideologia da classe dominante, isso de nenhum modo significa que as únicas idéias existentes numa dada sociedade de classe sejam as da classe dominante. Em geral — e simplificando — cada sociedade de classe conhece pelo menos três grandes categorias de idéias que nela circulam:

— as idéias que refletem os interesses da classe dominante da época, e que predominam;

— as idéias das antigas classes dominantes, que foram já batidas e afastadas do poder, mas que continuam a exercer influência sobre os homens. Este fato é devido à força de *inércia da consciência, sempre em atraso em relação à realidade material*. A transmissão e difusão das idéias é em parte autônoma do que se passa na esfera da produção material. Podem pois permanecer influenciadas por forças sociais, que não são já as forças predominantes;

— as idéias duma nova classe revolucionária em ascensão, que é ainda dominada, mas que encetou já o combate pela sua emancipação, e que terá de se libertar, pelo menos parcialmente, das idéias dos seus opressores, antes de poder de fato lançar por terra a opressão.

O exemplo da França do século XIX é muito típico a este respeito. A classe dominante é a burguesia. Tem os seus pensadores, os seus juristas, os seus ideólogos, os seus filósofos, os seus moralistas, os seus escritores, bem seus, desde o início até ao fim do século. A nobreza semifeudal foi afastada enquanto classe dominante, pela Grande Revolução Francesa. A Restauração dos Bourbons, em 1815, não a trará de novo ao poder. Mas a sua ideologia, e nomeadamente o clericalismo ultramoderno, continuará a exercer uma profunda influência durante decênios, não somente sobre os restos da nobreza, mas também sobre partes da burguesia, sobre camadas da pequena burguesia (camponesa) e, mesmo, da classe operária.

No entanto, ao lado da ideologia burguesa e da ideologia semifeudal, desenvolve-se já a ideologia proletária, desde logo a dos babouvistas e dos blanquistas, depois a dos coletivistas que desembocam no marxismo e na Comuna de Paris.

#### 5. Revoluções sociais, revoluções políticas

Quanto mais estável é uma sociedade de classes, menos é contestada a dominação da classe dominante, e mais a luta de classe é diluída em conflitos limitados que não põem em causa a estrutura dessa sociedade, aquilo a que os marxistas chamam as relações de produção ou o modo de produção. Ao contrário, quanto mais abalada estiver a estabilidade econômica e social dum de-

terminado modo de produção, mais a dominação da classe reinante será contestada e mais a luta de classes se desenvolverá, a ponto de pôr a questão do derrube dessa dominação, a questão duma revolução social.

Uma revolução social estala quando as classes exploradas e dominadas não aceitam já essa exploração como inevitável, permanente e justa, quando não se deixam já intimidar ou reprimir pela sujeição violenta dos governantes, recusando a ideologia justificativa desse predomínio, quando reúnem as forças materiais e morais necessárias ao derrube da classe dominante.

Tais condições resultam de transformações econômicas profundas. A organização social existente, o modo de produção dado, que permitiram durante um certo período desenvolver as forças produtivas, a riqueza material da sociedade, tornam-se um entrave ao seu desenvolvimento ulterior. A expansão da produção entra em colisão com a sua organização social, com as relações sociais da produção: esta é a origem última de todas as revoluções sociais da história.

Uma revolução social substitui o reinado duma classe pelo de outra classe. Pressupõe a eliminação da antiga classe dominante do poder de Estado. Qualquer revolução social é portanto acompanhada duma revolução política. As revoluções burguesas são em geral caracterizadas pela eliminação da monarquia absoluta e sua substituição por um poder político nas mãos de assembléias eleitas pela burguesia. Os Staten Generaal suprimindo o poder de Filipe II de Espanha, na revolução dos Países Baixos. O Parlamento inglês destrói o absolutismo de Carlos I na revolução inglesa de 1649. O Congresso americano destrói a dominação do rei George III sobre as 13 colônias. As diversas assembléias da Revolução francesa de 1789 destruíram a monarquia dos Bourbons.

Mas se toda a revolução social é ao mesmo tempo uma revolução política, nem toda a revolução política é necessariamente uma revolução social. Uma revolução que é apenas política implica a substituição por via revolucionária de uma forma de dominação, de uma forma de Estado de uma classe, por outra forma de Estado da mesma classe.

Assim, as revoluções francesas de 1830, de 1848 e de 1870 foram revoluções políticas que instauraram sucessivamente a monarquia de Julho, a II República, o II Império e a III República, todas formas políticas diversas do governo de uma mesma e única classe social: a burguesia. Em geral, as revoluções políticas transformam a forma do Estado de uma mesma classe social, em função de interesses predominantes das diversas camadas e frações dessa mesma classe, que se sucedem no poder. Mas o modo de produção fundamental não é de forma nenhuma alterado por essas revoluções.

#### IV – DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

##### 1. Produção para satisfação das necessidades e produção para a troca

Na sociedade primitiva e, depois, no seio da comunidade aldeã, nascida da revolução neolítica, a produção assentava essencialmente na satisfação das necessidades das coletividades produtivas. A troca era apenas acidental e somente envolvia uma parte ínfima dos produtos de que dispunha a comunidade.

Uma tal forma de produção pressupõe uma organização deliberada do trabalho. Por conseqüência, o trabalho é aí imediatamente social. Dizer organização deliberada do trabalho não significa necessariamente organização consciente (nem certamente científica), nem organização minuciosa. Muitas coisas podem ser deixadas ao acaso, precisamente porque a atividade econômica não preside qualquer tendência para o enriquecimento. Os costumes, os hábitos ancestrais, os usos, os ritos, a religião, a magia, podem determinar a alternância e o ritmo das atividades produtivas. Mas estas são sempre essencialmente destinadas à satisfação de necessidades imediatas das coletividades e não à troca ou ao enriquecimento tornado um fim em si.

De semelhante organização da vida econômica destaca-se pouco a pouco uma forma de organização econômica diametralmente oposta. A partir de um processo de divisão do trabalho, da aparição de um certo excedente, o potencial de trabalho da coletividade vai-se progressivamente fracionando em unidades (grandes famílias, famílias patriarcais) que trabalham independentemente umas das outras. O caráter privado do trabalho e a propriedade privada dos produtos do trabalho, e mesmo dos meios de produção, interpõem-se entre os membros da comunidade. E impedem estes de estabelecer relações econômico-sociais deliberadas imediatamente entre si. Estas unidades ou indivíduos deixam de se relacionar uns com os outros, na vida econômica, através de uma associação direta. Relacionam-se uns com os outros por intermédio da troca dos produtos do seu trabalho.

A mercadoria é um produto do trabalho social que se destina a ser trocado pelo seu produtor e não a ser consumido por ele ou pela coletividade de que faz parte. Pressupõe pois uma situação social fundamentalmente diferentes daquela em que a massa dos produtos é destinada ao consumo imediato das coletividades que a produzem. Há por certo casos transitórios (por exemplo, na nossa época, as quintas chamadas de subsistência, que vendem no mercado pequenos excedentes). Mas para apreender bem a diferença funda-



mental entre uma situação social na qual se produz essencialmente para o consumo direto dos produtores, e a situação na qual se produz para a troca, é preciso lembrar a resposta maliciosa do socialista alemão Ferdinand Lassalle a um economista liberal da sua época: "sem dúvida, o Sr. Dupont-Dupont, empresário funerário, fabrica, à partida, urnas para seu próprio uso e dos membros da sua casa, vendendo apenas o excedente que lhe resta..."

## 2. A pequena produção mercantil

A produção de mercadorias surgiu há 10 ou 12.000 anos no Médio Oriente, no quadro de uma primeira divisão do trabalho fundamental, entre artesãos profissionais e camponeses, quer dizer, por efeito da formação das primeiras cidades. Chamamos pequena produção mercantil a organização econômica na qual prevalece a produção para a troca por parte de produtores que continuam senhores de suas condições de produção.

Embora tenha havido múltiplas formas de pequena produção mercantil, na Antiguidade e no seio do modo de produção asiático, a pequena produção mercantil teve o seu principal desenvolvimento entre o XIV e o XVI séculos, na Itália do norte e do centro, bem como nos Países Baixos do sul e do norte, devido ao depercimento da servidão nessas regiões e nessas épocas, e ao fato de que os proprietários de mercadorias, que se reuniam no mercado, eram aí, em geral, livres e mais ou menos iguais em direitos.

É precisamente esse caráter de liberdade e de igualdade relativas dos proprietários de mercadorias, no interior de uma sociedade fundada sobre a pequena produção mercantil, que permite apreender a própria função da troca: permitir a continuidade de todas as atividades produtivas essenciais, apesar de uma já avançada divisão do trabalho, e sem que essas atividades dependam de deliberadas decisões da coletividade ou de seus dirigentes.

A organização do trabalho fundada na repartição deliberada e previamente prevista da mão-de-obra entre os diversos ramos de atividades essenciais para a satisfação das necessidades da sociedade, é agora substituída por uma divisão do trabalho mais ou menos "anárquica" e "livre", na qual aparentemente o acaso governa esta mesma repartição dos recursos produtivos vivos e mortos (instrumentos de trabalho). A troca e o seu resultado substituem agora a planificação tradicional ou consciente para repartir esses recursos. Mas isso deve fazer-se de tal modo que a continuidade da vida econômica seja assegurada (é certo que com muitos "acidentes de percurso", de crise, de interrupção da produção) que, grosso modo, todas as atividades essenciais encontrem quem as exerça.

## 3. A lei do valor

É a própria maneira como a troca é governada que assegura esse resul-

tado, pelo menos a médio prazo. As mercadorias trocam-se segundo as quantidades necessárias de trabalho para as produzir. Os produtos de uma jornada de trabalho de um tecelão. Precisamente no alvor da pequena produção mercantil, em que a divisão do trabalho entre o artesão e o camponês não passa de rudimentar, em que muitas atividades artesanais são exercidas ainda no centro rural, é evidente que a troca apenas em semelhante equivalência pode fundar-se. De contrário, uma ou outra atividade produtiva menos compensadora do que outras, depressa seria abandonada. Produzir-se-ia então uma penúria nesse domínio. Essa penúria faria subir os preços e, logo, a recompensa obtida por esses determinados produtos. Por este fato, as atividades produtivas redistribuir-se-iam entre os diferentes setores de atividade, restabelecendo a regra de equivalência: para uma mesma quantidade de trabalho fornecido, mesma quantidade de valor obtida na troca.

Chamamos "lei do valor" a lei que governa a troca das mercadorias e, por seu intermédio, a repartição das forças de trabalho e de todos os recursos produtivos, entre os diferentes ramos de atividade. Trata-se pois claramente de uma lei econômica que se funda essencialmente sobre uma forma de organização do trabalho, sobre relações estabelecidas entre os homens, distintas daquelas que presidem à organização de uma economia planificada segundo os costumes ou segundo as opções conscientes de produtores associados.

A lei do valor assegura o reconhecimento social do trabalho, tornado trabalho privado. Neste sentido, deve funcionar na base de critérios objetivos, iguais para todos. É pois inconcebível que um sapateiro preguiçoso, tendo necessidade de dois dias de trabalho para produzir um par de sapatos que um sapateiro hábil produziria num só dia de trabalho, produza afinal duas vezes mais de valor que este último. Semelhante funcionamento do mercado, ao recompensar a preguiça ou a indolência e a falta de qualificação, conduziria uma sociedade, fundada na divisão do trabalho e no trabalho privado, à sua rápida regressão ou mesmo à sua extinção.

É por isso que a equivalência das jornadas de trabalho, assegurada pela lei do valor, é uma equivalência de trabalho à media social de produtividade. Esta média, numa sociedade pré-capitalista, é geralmente estável e por todos conhecida, porque a técnica produtora não evolui ou só muito lentamente o faz. Dizemos pois que o valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para as produzir.

## 4. O aparecimento do capital

Na pequena produção mercantil, o pequeno agricultor e o pequeno artesão vão ao mercado com os produtos do seu trabalho. Vendem-nos a fim de comprar os produtos de que necessitam para o seu consumo corrente e que eles próprios não produzem. A sua atividade no mercado pode resumir-se na fórmula: vender para comprar.

Contudo, muito rapidamente a pequena produção mercantil exige a aparição de um *meio de troca universalmente aceita* (chamado também “equivalente geral”) para facilitar a troca. Este meio de troca, através do qual todas as mercadorias se trocam indiferentemente, é a moeda. Com o aparecimento da moeda, um outro personagem social, uma outra classe social, pode aparecer, por efeito de um novo progresso da divisão social do trabalho: o *proprietário de dinheiro*, separado e oposto ao proprietário de mercadorias simples. É o usurário ou o mercador especializado no comércio internacional.

Este proprietário de dinheiro exerce no mercado uma atividade muito diferente da do pequeno agricultor ou artesão. Como surge no mercado com uma soma determinada de dinheiro, para ele já não se trata de vender para comprar, mas, pelo contrário, de comprar para vender. O pequeno artesão ou camponês vende para comprar uma mercadoria diferente daquela que ele próprio produz; mas a finalidade dessa operação permanece a satisfação de necessidades mais ou menos imediatas. Inversamente, o proprietário de dinheiro não pode “comprar para vender” tendo somente em vista satisfazer as suas necessidades. Para o banqueiro ou o mercador, comprar para vender não tem sentido, se não vende por uma soma que exceda aquela com a qual se apresentou no mercado. O aumento do valor do seu dinheiro de uma *mais-valia*, quer dizer, o enriquecimento como fim em si, eis o sentido da atividade do usuário e do mercador.

O capital — porque é dele que se trata, sob a sua forma inicial e elementar de capital-dinheiro — é pois todo o valor que procura apropriar-se de uma mais-valia, que é lançado na busca de uma mais-valia. Esta definição marxista do capital opõe-se à definição corrente dos manuais burgueses segundo a qual o capital seria simplesmente todo o instrumento de trabalho, ou até, de forma ainda mais vaga, “todo o bem durável”. Por esta definição, o primeiro macaco que tivesse varejado uma bananeira com um pau para apanhar uma banana, teria sido o primeiro capitalista...

Sublinhe-se uma vez mais: como todas as “categorias econômicas”, a categoria “capital” não pode ser entendida sem a considerar como fundada sobre uma relação social entre os homens: a saber, uma relação tal que permite a um proprietário de capital o apropriar-se de uma mais-valia.

### 5. Do capital ao capitalismo

A existência do capital não se identifica com o modo de produção capitalista. Pelo contrário, capitais existiram e circularam durante milênios antes da eclosão do modo de produção capitalista na Europa ocidental, nos séculos XV e XVI.

O usurário e o mercador aparecem de início no seio de sociedades pré-capitalistas, escravagistas, feudais ou fundadas sobre o modo de produção asiático. Operam aí fora da esfera da produção. Asseguram aí a introdução do

dinheiro numa sociedade natural (dinheiro que em geral afluí do estrangeiro), introduzem produtos de luxo vindos de longe, asseguram um mínimo de crédito às classes possuidoras desprovidas de fortunas mobiliárias, bem como aos reis e imperadores.

Semelhante capital é politicamente vulnerável, sem proteção contra as exações, a rapina e o confisco. Essa é de resto a sua sorte habitual; e é por isso que esse capital protege ciosamente o seu tesouro, escondendo-o mesmo em parte, evitando cuidadosamente investi-lo na totalidade pelo receio de provocar a sua confiscação. Alguns dos grupos de proprietários de capitais mais avultados dos primeiros séculos da Idade Média foram vítimas dessas confiscações: por exemplo, os Templários, no século XIV em França. Os banqueiros italianos, financiadores das guerras dos reis da Inglaterra viram-se desapossados pelo fato desses reis nada os terem reembolsado das suas dívidas.

Foi só quando as relações de força políticas mudaram ao ponto dessas confiscações diretas ou indiretas se tornarem cada vez mais difíceis, que o capital se pôde acumular — crescer —, de maneira cada vez mais contínua. A partir desse momento, a *penetração do capital na esfera de produção* tornou-se possível e, com ela, o nascimento do modo de produção capitalista, o nascimento do capital moderno.

Agora, o detentor de capitais não é simplesmente usurário, banqueiro ou mercador. É proprietário de meios de produção, alugador de braços, organizador da produção, fabricante, manufaturador ou industrial. A mais-valia deixa de ser extraída da esfera da distribuição. Passa a ser correntemente produzida no decurso do próprio processo de produção.

### 6. O que é a mais-valia?

Na sociedade pré-capitalista, os proprietários de capitais, quando atuam essencialmente na esfera da circulação, não podem apropriar-se de uma mais-valia senão explorando de forma parasitária os rendimentos de outras classes da sociedade. A origem desta mais-valia parasitária pode ser, ou uma parte do excedente agrário (por exemplo, da renda feudal) de que a nobreza ou o clero são os proprietários iniciais, ou uma parte dos magros rendimentos dos artesãos e camponeses. Esta mais-valia é essencialmente o produto do embuste e da rapina. A pirataria e a pilhagem, o comércio de escravos, desempenharam um papel essencial na formação das fortunas iniciais de mercadores árabes, italianos, franceses, flamengos, alemães e ingleses, na Idade Média. Mais tarde, o fato de comprar mercadorias em mercados longínquos abaixo do seu valor para os vender acima desse valor em mercados mediterrânicos ou da Europa do Oeste ou Europa central, desempenhou um papel similar.

É claro que uma tal mais-valia resulta apenas de atividades de transferência. A riqueza global da sociedade, tomada no seu conjunto, em nada foi aumentada. Perdem uns o que outros ganham. Com efeito, durante milênios,

a riqueza mobiliária global da humanidade pouco aumentou. É diferente o que sucede desde o advento do modo de produção capitalista. E isso porque, a partir desse momento, a mais-valia já não é simplesmente subtraída do processo de circulação das mercadorias. É agora correntemente produzida e portanto correntemente também acrescida e ampliada, no decurso da própria produção.

Já vimos que em todas as sociedades de classe pré-capitalistas, os produtores (escravos, servos, camponeses) eram obrigados a dividir a sua semana de trabalho, ou a sua produção anual, entre uma parte que eles próprios podiam consumir (produto necessário) e uma parte de que se apropriava a classe dominante (sobre-produto social). Na fábrica capitalista, manifesta-se o mesmo fenómeno, embora velado pela aparência das relações mercantis, que simulam governar a "livre compra e a livre venda" da força de trabalho, entre o capitalista e o operário.

Quando o operário inicia o seu trabalho na fábrica, ao princípio de sua jornada (ou da sua semana) de trabalho, incorpora um valor às matérias-primas que labora. Ao fim de um certo número de horas (ou de jornadas) de trabalho, reproduziu um valor que é exatamente o equivalente do seu salário quotidiano (ou semanal). Se suspendesse o trabalho nesse preciso momento, o capitalista não obteria sequer um centavo de mais-valia. Mas, em tais condições, o capitalista não teria evidentemente nenhum interesse em comprar esta força de trabalho. Tal como o usuário ou o mercador da idade média, ele "compra para vender".

Compra a força de trabalho para obter dela um produto mais elevado do que o que dispendeu para a comprar. Este "suplemento", este "excedente", é precisamente a sua mais-valia, o seu lucro. Entende-se pois que, se o operário produz o equivalente ao seu salário em 4 horas de trabalho, trabalhará não apenas 4 mas 6, 7, 8 ou 9 horas. Durante essas 2, 3, 4 ou 5 horas "suplementares", produz a mais-valia para o capitalista, em troca da qual nada recebe.

A origem da mais-valia é, portanto, o sobre-trabalho ou o trabalho gratuito, de que o capitalista se apropria. "Mas isso é um roubo", exclamar-se-á. A resposta deve ser: "sim e não". Sim, do ponto de vista do operário; não, do ponto de vista do capitalista e das leis do mercado.

Com efeito, o capitalista não comprou no mercado "o valor produzido ou a produzir pelo operário". Não comprou o seu "trabalho", ou seja, o trabalho que o operário vai efetuar (se o tivesse feito, teria efetivamente praticado um roubo puro e simples; teria pago 1000 escudos pelo que vale 2000 escudos). Comprou a força de trabalho do operário. Esta força de trabalho tem o seu valor. O valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho necessário para a reproduzir, ou seja, pela subsistência (no sentido lato do termo) do operário e da sua casa. A mais-valia tem origem no fato de se manifestar um distanciamento entre o valor produzido pelo operário e o

valor das mercadorias necessárias para assegurar a sua subsistência. Este distanciamento é devido ao aumento da produtividade de trabalho do operário. O capitalista pode apropriar-se do incremento da produtividade do trabalho porque a força do trabalho se tornou uma mercadoria, pois o operário foi colocado em condições tais que só pode produzir para a sua própria subsistência.

### 7. As condições de aparecimento do capitalismo moderno

O capitalismo moderno é o produto de três transformações económicas e sociais:

a) A separação dos produtores dos seus meios de produção e de subsistência. Esta separação efetuou-se designadamente na agricultura pela expulsão dos pequenos camponeses das terras senhoriais transformadas em prados; no artesanato pela destruição das corporações medievais; pelo desenvolvimento da indústria domiciliar; pela apropriação privada das reservas de terras virgens, etc.

b) A formação de uma classe social que monopoliza estes meios de produção: a burguesia moderna. O aparecimento desta classe supõe a prévia acumulação de capitais sob a forma de dinheiro, seguida de uma transformação dos meios de produção que torna estes tão caros que somente os proprietários de capital-dinheiro avultado podem adquiri-los. A revolução industrial do século XVIII, baseando doravante a produção sobre o maquinismo, realiza esta transformação de maneira definitiva.

c) A transformação da força de trabalho em mercadoria. Esta transformação resulta do aparecimento de uma classe que nada mais possui que a sua força de trabalho, e que, para poder subsistir, é obrigada a vender essa força de trabalho aos proprietários dos meios de produção.

"Gentes pobres e laboriosas, muitas das quais suportando o fardo e o encargo de mulheres e filhos numerosos e que nada mais possuem além do que podem ganhar com o trabalho das suas mãos": eis uma excelente descrição do proletariado moderno, extraída de uma petição do fim do século XVI, redigida em Leyde (na Holanda).

Porque esta massa de proletários não tem liberdade de escolha — a não ser a escolha entre a venda da sua força de trabalho e a fome permanente — é obrigada a aceitar como preço da sua força de trabalho o preço ditado pelas condições capitalistas normais no mercado do trabalho, quer dizer, o mínimo vital socialmente reconhecido. O proletariado é a classe dos que são obrigados, por esta coação económica, a vender a sua força de trabalho de maneira mais ou menos contínua.

## V – A ECONOMIA CAPITALISTA

### 1. As particularidades da economia capitalista

A economia capitalista funciona segundo uma série de características que lhe são próprias e dentre as quais mencionaremos:

a) A produção consiste essencialmente em produção de mercadorias, produção destinada a ser vendida no mercado. Sem a venda efetiva das mercadorias produzidas, as firmas capitalistas e a classe burguesa no seu conjunto não podem realizar a mais-valia produzida pelos trabalhadores e contida no valor das mercadorias fabricadas.

b) A produção efetua-se em condições de propriedade privada dos meios de produção. Esta propriedade privada não é, antes de tudo, uma categoria jurídica mas sobretudo uma categoria econômica. Significa que o poder de dispor das forças produtivas (meios de produção e forças de trabalho) não pertence à coletividade mas está dividido por *firmas separadas*, controladas por grupos capitalistas distintos (proprietários individuais, famílias, sociedades anônimas ou grupos financeiros). As decisões de investimento, que condicionam em larga medida a conjuntura econômica, são por igual tomadas separadamente, na base do interesse privado e separado de cada unidade ou grupo capitalista.

c) A produção efetua-se para um mercado anônimo, e rege-se pelos imperativos da concorrência. Uma vez que a produção não está limitada pelo costume (como nas comunidades primitivas) ou pela regulamentação (como nas corporações da Idade Média) cada capital particular (cada proprietário, cada firma ou cada grupo capitalista) esforça-se por atingir o mais elevado volume de negócios, por açambarcar a maior parte do mercado, sem se preocupar com decisões análogas de outras firmas operando no mesmo ramo.

d) O fim da produção capitalista é realizar o lucro máximo. As classes possuidoras pré-capitalistas viviam do sobreproduto social, que no seu conjunto consumiam improdutivamente. Também a classe capitalista deve consumir improdutivamente uma parte do sobreproduto social dos lucros que realiza. Mas, para realizar estes lucros, deve poder vender as suas mercadorias. Isso implica que deve poder oferecê-las no mercado a um preço mais baixo que o dos concorrentes. Para o conseguir, deve poder baixar os custos de produção. E o meio mais eficaz para baixar os custos de produção (os preços de custo) consiste em alargar a base de produção, em produzir mais utilizando máquinas cada vez mais aperfeiçoadas. Mas isso requer capitais cada vez mais

elevados. É portanto sob o chicote da concorrência que o capitalista se vê obrigado a procurar o máximo possível de lucro para poder desenvolver ao máximo os investimentos produtivos.

e) Assim, a produção capitalista revela-se como uma produção visando não só o lucro mas a *acumulação do capital*. Com efeito, a lógica do capitalismo implica que uma parte vultosa da mais-valia seja acumulada produtivamente (transformada em capital suplementar sob forma de máquinas e de matérias-primas suplementares, e de mão-de-obra suplementar) e não consumida improdutivamente (consumo privado da burguesia e dos seus servidores).

A produção tendo por fim a acumulação do capital conduz a resultados contraditórios. Por um lado, o desenvolvimento incessante do maquinismo implica uma *expansão das forças produtivas e da produtividade do trabalho*, que cria os fundamentos materiais de uma emancipação da humanidade quanto ao constrangimento de dever “ganhar o pão com o suor do seu rosto”. Esta a função historicamente progressiva do capitalismo. Mas, por outro lado, o desenvolvimento do maquinismo sob o imperativo da procura do lucro máximo e da acumulação incessante do capital, implica uma subordinação cada vez mais brutal do trabalhador à máquina, das massas laboriosas às “leis do mercado”, que lhe fazem perder periodicamente qualificação e emprego. A expansão das forças produtivas é, ao mesmo tempo, um desenvolvimento cada vez mais pronunciado da *alienação dos trabalhadores* (e, indiretamente, de todos os cidadãos da sociedade burguesa) dos seus instrumentos de trabalho, dos produtos do seu trabalho, das suas condições de trabalho, numa palavra, das suas condições de vida (incluindo as suas condições de consumo e de utilização dos “tempos livres”) e, ainda, das suas relações realmente humanas com os seus concidadãos.

### 2. O funcionamento da economia capitalista

Para obter o lucro máximo e desenvolver o mais possível a acumulação de capital, os capitalistas são obrigados a reduzir no máximo a parte do valor novo, produzido pela força de trabalho, que reveste para este sob a forma de salários. Este valor novo, este “rendimento criado”, determina-se com efeito no próprio processo de produção, independentemente de qualquer problema de repartição. É mensurável pela soma total das horas de trabalho fornecidas pelo conjunto dos produtores assalariados. Neste exato “bolo”, quanto maior for a parte dos salários reais pagos, tanto menor será, forçosamente, a parte da mais-valia. Quanto mais os capitalistas procurarem fazer avultar a parte atribuída à mais-valia, mais são obrigados a reduzir a parte atribuída aos salários.

Os dois meios essenciais pelos quais os capitalistas se esforçam por avolumar a sua parte, que o mesmo é dizer a mais-valia, são:

a) O prolongamento da jornada de trabalho (do século XVI a meados

do século XIX, no Ocidente; em numerosos países semicoloniais e coloniais, até aos nossos dias), a redução dos salários reais, o abaixamento do "mínimo vital". É o que Marx denominou o crescimento da *mais-valia absoluta*.

b) O aumento da intensidade e da produtividade do trabalho na esfera dos bens de consumo (que prevalece no Ocidente a partir da segunda metade do século XIX). De fato, se por efeito de um aumento da produtividade do trabalho nas indústrias de bens de consumo e na agricultura, o operário industrial médio reproduz o valor de um conjunto determinado desses bens de consumo em três horas de trabalho, em vez de dever trabalhar cinco horas para produzir, então a mais-valia que ele fornece ao patrão pode passar do produto de três horas ao de cinco horas de trabalho, matendo-se fixa a jornada de trabalho de oito horas. É isso que Marx denomina de crescimento da *mais-valia relativa*.

Cada capitalista procura obter o lucro máximo. Mas, para o conseguir, procura também aumentar ao máximo a produção, e baixar incessantemente o preço de custo e o preço de venda (expressos em unidades monetárias estáveis). Por este modo, a concorrência opera, a médio prazo, uma seleção entre as firmas capitalistas. Apenas sobrevivem as mais produtivas e as mais "rentáveis". Aquelas que vendem demasiado caro não só não realizam o "lucro máximo" como acabam por ver o seu lucro desaparecer completamente. Restam-lhes a falência ou a absorção pelas suas concorrentes.

A concorrência entre os capitalistas conduz assim a uma perequação da taxa de lucro. A maior parte das firmas acabam por dever contentar-se com um lucro médio, determinado em última análise pela massa total do capital social investido e a massa total da mais-valia proveniente do conjunto dos salários produtivos. Apenas as firmas de produtividade muito avançada, ou numa ou noutra situação de monopólio, obtêm *sobre-lucros*, quer dizer, lucros acima da média. Mas, em geral, a concorrência capitalista pouco permite que os sobre-lucros ou os monopólios sobrevivam por tempo ilimitado.

São os afastamentos em relação a este lucro médio que regem em grande parte os investimentos no modo de produção capitalista. Os capitais abandonam os setores em que o lucro se situa abaixo da média e afluem aos setores em que o lucro é superior à média (por exemplo, afluíram ao ramo automobilístico nos anos sessenta, e abandonaram este ramo, para afluír ao setor energético, nos anos setenta do nosso século).

Porém, ao afluír aos setores em que a taxa de lucro se situa acima da média, esses capitais provocam aí um aumento de concorrência, uma sobreprodução, uma baixa dos preços de venda, uma baixa dos lucros, até que a taxa de lucro se estabelece mais ou menos ao mesmo nível em todos os ramos.

### 3. A evolução dos salários

Uma das características do capitalismo é que transforma a força de tra-

balho humano em mercadoria. O valor da mercadoria-força de trabalho é determinado pelos seus custos de reprodução (o valor de todas as mercadorias cujo consumo é necessário para a reconstituição da força de trabalho). Trata-se aqui pois de uma grandeza objetiva, independentemente das apreciações subjetivas ou fortuitas de grupos de indivíduos, sejam operários ou patrões.

Todavia, o valor da força de trabalho possui uma característica particular em relação à de qualquer outra mercadoria: comporta, além de um elemento estritamente mensurável, um elemento variável. O elemento estável é o valor das mercadorias que devem reconstituir a força de trabalho *do ponto de vista fisiológico* (que devem permitir ao operário recuperar calorias e vitaminas, e a capacidade de dispender uma energia muscular e nervosa determinada, sem a qual seria incapaz de trabalhar ao ritmo "normal", previsto pela organização capitalista do trabalho, em dado momento). O elemento variável é o valor das mercadorias incorporadas no "mínimo vital normal" numa época e num país determinados, que não fazem parte do mínimo vital fisiológico. Marx chama esta parte do valor da força de trabalho, a sua fração histórico-moral. Isso quer dizer que também não é fortuita. É o resultado de uma evolução histórica e de uma dada situação das relações de força entre o Capital e o Trabalho. Neste preciso ponto de análise econômica marxista, a luta de classe, o seu passado e o seu presente, torna-se um fato co-determinante da economia capitalista.

O salário é o preço de mercado da força de trabalho. Como todos os preços do mercado, flutua à volta do valor da mercadoria em causa. As flutuações do salário são particularmente determinadas pelas flutuações do exército de reserva industrial, ou seja o desemprego, e isso em triplo sentido:

a) Quando num país capitalista há desemprego permanente muito importante (quando é industrialmente subdesenvolvido), os salários correm o risco de estar, de modo constante, quer abaixo quer ao nível do valor da força de trabalho. Este valor arrisca-se a estar próximo do mínimo vital fisiológico.

b) Quando o desemprego maciço permanente decresce a longo prazo, designadamente como resultado da industrialização em profundidade e da emigração em massa, os salários podem subir, em período de alta conjuntura, acima do valor da força de trabalho. A luta operária pode provocar a longo prazo a incorporação neste valor do equivalente de novas mercadorias. O mínimo vital socialmente reconhecido pode aumentar em termos reais, ou seja, incluir novas necessidades.

c) Os altos e baixos do exército de reserva industrial não dependem somente dos movimentos demográficos (taxas de nascimento e de mortalidade) e dos movimentos de migração internacional do proletariado. Dependem também e sobretudo da lógica de acumulação do capital, em si mesma. Com efeito, na luta para sobreviver face à concorrência, os capitalistas devem substituir a mão-de-obra por máquinas ("o trabalho morto"). Esta substituição

arroja constantemente mão-de-obra para fora da produção. As crises despenham a mesma função. Em contra-partida, nos períodos de alta conjuntura e de "sobreaquecimento", quando a acumulação do capital progride a um ritmo febril, o exército de reserva é reabsorvido.

Não existe, pois, nenhuma "lei de bronze" que governa a evolução dos salários. A luta de classe entre o Capital e o Trabalho, determina-a em parte. O capital esforça-se por fazer baixar os salários no sentido do mínimo vital fisiológico. O Trabalho esforça-se por dilatar o elemento histórico e moral do salário, incorporando nele mais necessidades novas a satisfazer. O grau de coesão, de organização, de solidariedade, de combatividade e de consciência da classe do proletariado, são pois fatores que co-determinam a evolução dos salários. Mas a longo prazo, pode-se patentear uma tendência incontestável para a pauperização relativa da classe operária. A parte do valor novo criado pelo proletariado, que cabe aos trabalhadores, tende a baixar (o que pode, de resto, ir de passo com uma alta dos salários reais).

O afastamento entre, por um lado, as novas necessidades suscitadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e o impluso da própria produção capitalista e, por outro lado, a capacidade de satisfazer as necessidades por meio dos salários obtidos, tende a aumentar.

É um índice claro desta pauperização relativa o afastamento crescente entre o aumento da produtividade do trabalho a longo prazo e o aumento dos salários reais. Do princípio do século XX até ao princípio dos anos 70, a produtividade do trabalho aumentou aproximadamente 5 a 6 vezes, na indústria e na agricultura dos Estados Unidos e da Europa ocidental e central. Os salários reais dos operários não aumentaram mais que 2 a 3 vezes durante o mesmo período.

#### 4. As leis de evolução do capitalismo

Por efeito das próprias características do seu funcionamento, o modo de produção capitalista evolui segundo certas leis de evolução (leis de desenvolvimento) que são por isso parte integrante da sua própria natureza:

a) A concentração e a centralização do capital. — Pela concorrência, os grandes peixes devoram os pequenos. As grandes empresas (firmas) batem as empresas (firmas) de dimensão inferior, que dispõem de menores meios, que não podem aproveitar das vantagens da produção em grande escala, nem introduzir a técnica mais avançada e mais dispendiosa. Por isso, a dimensão das firmas de ponta cresce sem cessar (concentração do capital). Há um século, as empresas com 500 assalariados eram exceção. Hoje, existem as que já ocupam mais de 100 000 assalariados. Ao mesmo tempo, muitas empresas batidas pela concorrência são absorvidas pelos concorrentes vencedores (centralização do capital).

b) A proletarização progressiva da população laboriosa. — A centraliza-

ção do capital implica que a quantidade de pequenos patrões trabalhando por sua própria conta diminua sem cessar. A fração da população laboriosa obrigada a vender a sua força de trabalho, para poder subsistir, cresce continuamente. Eis os números relativos a esta evolução nos Estados Unidos, que confirmam de maneira impressionante aquela tendência:

*Evolução da estrutura de classe nos Estados Unidos (em % de toda a população que exerce uma profissão)*

Anos	Assalariados	Empresários e Independentes
1880	62	36,9
1890	65	33,8
1900	67,9	30,8
1910	71,9	26,3
1920	73,9	23,5
1930	76,8	20,3
1939	78,2	18,8
1950	79,8	17,1
1960	84,2	14
1970	89,9	8,9

Ao contrário da legenda largamente propalada, esta massa proletária, se bem que fortemente estratificada, vê o seu grau de homogeneidade aumentar muito, e não decrescer. Entre um operário manual, um empregado bancário e um pequeno funcionário público, a distância é menor hoje do que era há meio século ou um século, tanto no que respeita ao nível de vida, como no que se refere à tendência para se sindicalizar e entrar em greve, como ainda no que concerne ao acesso potencial à consciência anti-capitalista.

Esta proletarização progressiva da população em regime capitalista deriva particularmente da reprodução automática das relações de produção capitalistas, por efeito da repartição burguesa dos rendimentos, reprodução esta já antes referida. Que os salários sejam baixos ou altos, não servem para mais nada que não seja satisfazer as necessidades de consumo, imediatas ou diferidas, dos proletários. Estes estão incapacitados de acumular fortunas. Por outro lado, a concentração do capital obriga a despesas de instalação cada vez mais elevadas, que impedem o acesso à propriedade das grandes empresas industriais e comerciais não apenas à totalidade da classe operária mas também à imensa maioria da pequena burguesia.

c) O aumento da composição orgânica do capital — O capital de cada ca-

pitalista e por conseguinte o capital de todos os capitalistas, pode ser dividido em duas partes. A primeira, serve para a compra de máquinas, de edifícios e de matérias-primas. O seu valor mantém-se constante no decurso da produção; conserva-se simplesmente pela força de trabalho, que daquela transmite uma parte para a dos produtos que fabrica. Marx denomina-a *capital constante*. A segunda, serve à compra da força de trabalho, ao pagamento dos salários. Marx chama-a *capital variável*. É só ela que produz a mais-valia. A relação entre o capital constante e o capital variável é, a um tempo, uma relação técnica — por utilizar de maneira rentável tal ou tal conjunto de máquinas, por ser necessário dar-lhe umas tantas toneladas de matérias-primas a devorar, por ser necessário para isso pôr em ação uns tantos operários — e uma relação em valor: tanto de salários dispendidos para comprar  $x$  trabalhadores a fim de fazer funcionar  $w$  máquinas, custando  $y$  escudos e transformando por  $z$  escudos as matérias-primas. Marx designa esta dupla relação do capital constante e do capital variável, por *composição orgânica do capital*. Com o desenvolvimento do capital industrial esta relação tende a crescer. Uma massa crescente de matérias-primas e uma quantidade crescente (e cada vez mais complexa) de máquinas, serão postas em movimento por 1 (10, 100, 1000) trabalhadores. A uma mesma massa salarial corresponderá, tendencialmente, um valor cada vez mais elevado dispendido na compra de matérias-primas, de máquinas, de energia e de instalações.

d) *A baixa tendencial da taxa média de lucro*. — Esta lei decorre logicamente da precedente. Se a composição orgânica do capital aumenta, o lucro tenderá a baixar em relação ao capital total, visto que somente o capital variável produz a mais-valia, produz o lucro.

Fala-se, a este propósito, de uma lei *tendencial* e não de uma lei que se impõe de maneira tão "linear" como a da concentração do capital ou a da proletarianização da população ativa. De fato, existem diversos fatores que contrariam esta tendência. Dentre eles, o mais importante é o aumento da taxa de exploração dos assalariados, o aumento da taxa da mais-valia (a relação entre a massa total da mais-valia e a massa total dos salários). No entanto, é necessário constatar que a baixa tendencial da taxa média de lucro não pode ser neutralizada duravelmente pelo crescimento da taxa de mais-valia. Há com efeito um limite abaixo do qual nem o salário real nem mesmo o salário relativo pode descer sem pôr em causa a produtividade social do trabalho, o rendimento da mão-de-obra, uma vez que não há nenhum limite ao crescimento da composição orgânica do capital (que pode elevar-se até ao infinito nas empresas automatizadas).

e) *A socialização objetiva da produção*. — No início da produção mercantil, cada empresa era uma célula independente de outra, apenas se estabelecendo relações passageiras com os fornecedores e os clientes. Quanto mais o regime capitalista evolui, mais se entrecruzam laços de interdependência técnica e social duráveis, entre empresas e ramos de um número crescente de países

e de continentes. Uma crise num setor repercute em todos os outros setores. Pela primeira vez, desde a origem do gênero humano, cria-se assim uma infraestrutura econômica comum a todos os homens, base da sua solidariedade no mundo marxista de amanhã.

### 5. As contradições inerentes ao modo de produção capitalista

Na base destas leis de desenvolvimento do regime capitalista, uma série de contradições fundamentais do modo de produção em questão podem ser evidenciadas:

a) A contradição entre a organização cada vez mais e mais deliberada, e a anarquia cada vez mais pronunciada do conjunto da produção capitalista, resultante da sobrevivência da propriedade privada e da produção mercantil generalizada.

b) A contradição entre a socialização objetiva da produção e a manutenção da apropriação privada dos produtos, do lucro e dos meios de produção. É na altura em que a interdependência das empresas, dos ramos, dos países e dos continentes se evidencia a mais avançada, que o fato de todo este sistema apenas funcionar segundo as ordens e os cálculos de lucro de um punhado de magnatas capitalistas, revela plenamente o seu caráter, a um tempo, economicamente absurdo e socialmente odioso.

c) A contradição entre a tendência do regime capitalista para desenvolver as forças produtivas de maneira limitada, e os limites estreitos que o mesmo deve obrigatoriamente impor ao consumo individual e social da massa de trabalhadores, visto que o fim da produção permanece sendo o máximo de mais-valia, o que forçosamente implica limitação dos salários.

d) A contradição entre um impulso enorme da ciência e da técnica — com o seu potencial de emancipação do homem — e a sujeição dessas forças produtivas potenciais aos imperativos da venda de mercadorias e do *enriquecimento* dos capitalistas, o que periodicamente transforma essas forças produtivas em forças de destruição (especialmente quando das crises econômicas, das guerras, do advento dos regimes de ditadura fascista sangrenta, mas também pelas ameaças que pesam sobre o meio ambiente natural do homem) confrontando assim a humanidade com o dilema: socialismo ou barbárie.

e) O desenvolvimento inevitável da luta de classe entre o Capital e o Trabalho, que mina periodicamente as condições normais de reprodução da sociedade burguesa. Esta problemática será examinada de modo mais detalhado nos capítulos VIII, IX, XI e XIV.

### 6. As crises periódicas de sobre-produção

Todas as contradições inerentes ao modo de produção capitalista culminam periodicamente em crises de sobre-produção. A tendência para as crises

periódicas de sobre-produção segue uma marcha cíclica da produção, que atravessa sucessivamente as etapas de reanimação econômica, de alta conjuntura, de "sobre-aquecimento" (boom), de crise e de depressão, todas inerentes a este modo de produção e só a ele. A amplitude destas flutuações pode variar de época para época, mas a sua realidade é inevitável em regime capitalista.

Houve crises econômicas (no sentido de interrupção da produção normal) em sociedades pré-capitalistas; existem também na sociedade pós-capitalista. Mas nem num caso nem no outro se trata de *crises de sobre-produção de mercadorias e de capitais*, antes de crises de sub-produção de valor de uso. O que caracteriza a crise de sobre-produção capitalista é que os rendimentos baixam, o desemprego cresce, a miséria (e amiúde a fome) instalam-se, não porque a produção física baixe, mas, ao contrário, porque aumenta de maneira excessiva em relação ao poder de compra disponível. É porque os produtos são *invendáveis* que a atividade econômica baixa e não porque fisicamente escasseiem.

Na base das crises periódicas de sobre-produção estão, ao mesmo tempo, a baixa da taxa média de lucro, a anarquia da produção capitalista e a tendência a desenvolver a produção sem ter em conta os limites que o modo de distribuição burguês impõe ao consumo das massas laboriosas. Por efeito da baixa da taxa de lucro, uma parte crescente dos capitais já não pode obter um lucro suficiente. Os investimentos reduzem-se. O desemprego cresce. A falta de venda de um número crescente de mercadorias combina-se com este fator para precipitar a queda geral do emprego, dos rendimentos, do poder de compra e da atividade econômica no seu conjunto.

A crise de sobre-produção é, simultaneamente, o produto destes fatores e o meio de que dispõe o regime capitalista para lhe neutralizar parcialmente os efeitos. A crise provoca a baixa de valor das mercadorias e a falência de numerosas firmas. O capital total sofre pois uma redução em valor. Isso permite uma recuperação da taxa de lucro e da atividade acumulativa. O desemprego maciço permite aumentar a taxa de exploração da mão-de-obra, o que conduz ao mesmo resultado.

A crise econômica acentua as contradições sociais e pode desembocar numa crise social e política explosiva. Assinala que o regime capitalista está maduro para ser substituído por um regime mais eficaz e mais humano, que deixe de dissipar os recursos humanos e materiais. Mas a crise não provoca automaticamente a derrocada deste regime. Deve ser derrubado pela ação consciente da classe revolucionária que fez nascer: a classe operária.

## VI – O CAPITALISMO DOS MONOPÓLIOS

O funcionamento do modo de produção capitalista não permanece idêntico desde as suas origens. Excluindo o capitalismo das manufaturas, que se estende do século XVI ao século XVIII, pode-se distinguir duas fases na história do capitalismo industrial, propriamente dito:

- a fase do capitalismo de livre concorrência, que vai da revolução industrial ( + 1760) até aos anos 80 do século passado;
- a fase do imperialismo, que se estende dos anos de 1880 até aos nossos dias.

### 1. Da livre concorrência aos acordos capitalistas

Durante toda a sua primeira fase de existência, o capitalismo industrial era caracterizado pela existência de um grande número de empresas independentes, em cada ramo industrial. Nenhuma delas podia dominar o mercado. Cada uma procurava vender ao mais baixo preço, na esperança de assim poder escoar a sua mercadoria.

Esta situação modificou-se desde que a concentração e a centralização capitalistas apenas permitiram subsistir numa série de ramos de indústrias um número reduzido de empresas, produzindo em conjunto 60, 70 ou 80 % da produção. Estas empresas podiam desde então entender-se para tentar dominar o mercado, quer dizer, cessar de fazer baixar os preços de venda, repartindo entre si os mercados, segundo as relações de forças do momento.

Semelhante declínio da livre concorrência capitalista foi facilitado por uma importante revolução tecnológica que se produziu na mesma altura: a substituição pelo motor elétrico e de explosão, do motor a vapor, como principal fonte de energia na indústria e nos principais ramos de transportes. Desenvolveu-se toda uma série de indústrias novas – indústrias de eletricidade, indústria de aparelhos elétricos, indústria petrolífera, indústria automóvel, química de síntese – que exigiram investimentos iniciais muito mais importantes do que nos antigos ramos industriais, o que reduziu à partida o número de concorrentes potenciais.

As principais formas de acordos entre capitalistas são:

- o cartel e o sindicato, num mesmo ramo de indústria, em que cada firma participante no acordo conserva a sua independência;
- o *trust* e a fusão de empresas, em que esta independência desaparece no seio duma única sociedade gigante;



— o grupo financeiro e a sociedade  *Holding*, em que um pequeno número de capitalistas controlam numerosas empresas de vários ramos industriais que se mantêm juridicamente independentes umas das outras.

## 2. As concentrações bancárias e o capital financeiro

O mesmo processo de concentração e centralização do capital que se realiza no domínio da indústria e dos transportes, produz-se igualmente no domínio dos bancos. No limite desta evolução, um pequeno número de bancos gigantes domina toda a vida financeira dos países capitalistas.

O papel principal dos bancos em regime capitalista é conceder crédito às empresas. Desde que a concentração bancária atinge um estágio avançado, um pequeno número de banqueiros detém um monopólio de fato quanto à concessão de crédito. Isto leva-os a deixar de se comportarem como emprestadores passivos, que se contentam em embolsar os juros sobre os capitais adiantados enquanto aguardam o reembolso do crédito no vencimento fixado.

Com efeito, os bancos que concedem créditos às empresas de atividades idênticas ou anexas, têm um interesse máximo em assegurar a rentabilidade e a solvabilidade de todas essas empresas. Têm interesse em evitar que os lucros desçam a zero, em virtude duma concorrência cortante. Intervêm pois para acelerar — e algumas vezes impor — a concentração e centralização industriais.

Desta forma, os bancos podem tomar iniciativas de formação de grandes  *trusts*. Podem igualmente utilizar as suas posições monopolistas, no domínio do crédito, para obter, em troca dos créditos, participações no capital das grandes empresas. Assim se desenvolve o capital financeiro, que consiste na penetração do capital bancário na indústria tomando nesta uma posição preponderante.

No topo da pirâmide de poder da época do capitalismo dos monopólios surgem os grupos financeiros que controlam, a um tempo, os bancos e outras instituições financeiras (como, por exemplo, as companhias de seguros), os grandes  *trusts* da indústria e dos transportes, os grandes armazéns, etc. Um punhado de grandes capitalistas, as famosas “sessenta famílias” nos Estados Unidos e as “duzentas famílias” em França, têm nas suas mãos todas as alavancas do poder econômico dos países imperialistas. Na Bélgica, uma dúzia de grupos financeiros (o grupo da  *Société Générale*; o grupo de  *Launoit*; o grupo  *Solvay-Boël*; o grupo  *Empain*; o grupo  *Lambert*; o grupo  *Petrofina*; o grupo  *Sofina*; o grupo  *Almanij*; o grupo  *Evence Coppée*), controlam o essencial da economia, a par de alguns grandes grupos estrangeiros.

Nos Estados Unidos, alguns grupos financeiros gigantes ( nomeadamente os grupos  *Morgan*,  *Rockefeller*,  *du Pont*,  *Mellon*, os chamados grupos  *de Chicago* e  *de Cleveland*, o grupo do  *Bank of America*, etc.) exercem um domínio muito extenso sobre toda a economia. O mesmo se passa no Japão, onde os antigos  *zaibatsu trusts*, aparentemente desmantelados após a 2ª guerra

mundial, facilmente se reconstruíram. Trata-se principalmente dos grupos  *Mitsubishi*,  *Mitsui*,  *Itoh* e  *Sumitomo*.

## 3. Capitalismo dos monopólios e capitalismo de livre-concorrência

O surto dos monopólios não significa o desaparecimento da concorrência capitalista. E ainda menos significa que cada ramo industrial seja dominado definitivamente por uma só firma. Significa, antes de mais, que nos setores monopolizados:

- a) A concorrência deixa de se exercer normalmente pela baixa de preços.
- b) Por este fato, os grandes trusts obtêm sobre-lucros monopolísticos, quer dizer, uma taxa de lucro superior à das empresas de setores não monopolizados.

Por outro lado, a concorrência prossegue:

- a) No interior dos setores não monopolizados da economia, que continuam a ser numerosos.
- b) Entre monopólios, de modo corrente, pelo uso de técnicas diferentes da baixa de preços de venda (pela via da redução do preço de custo, pela publicidade, etc.) e, excepcionalmente, também por uma “guerra de preços”, sobretudo quando as relações de força entre os trusts se modificam e quando se trata de ajustar a partilha dos mercados a essas novas relações de forças.

- c) Entre monopólios “nacionais” no mercado mundial, essencialmente pela via normal da “guerra de preços”. Contudo, a concentração do capital pode avançar até ao ponto de, no mesmo mercado mundial, subsistirem apenas nas algumas firmas num ramo industrial, o que pode conduzir à criação de “cartéis internacionais” que entre si partilham esses mercados.

## 4. A exportação de capitais

Os monopólios não podem controlar os mercados monopolizados sem que nestes limitem o crescimento da produção e, portanto, a acumulação do capital. Mas, por outro lado, esses mesmos monopólios dispõem de capitais abundantes, graças sobretudo aos sobre-lucros monopolísticos que realizam. A época imperialista do capitalismo caracteriza-se pois pelo fenômeno do excedente de capitais, nas mãos dos monopólios dos países imperialistas, que buscam novos campos de investimento. A exportação dos capitais torna-se assim traço essencial da era capitalista.

Esses capitais são exportados para países onde rendem lucro superior à média dos setores competitivos dos países imperialistas, e vão estimular produções complementares da indústria metropolitana. São utilizados, antes de

mais nada, no desenvolvimento da produção de matérias-primas vegetais e minerais nos países subdesenvolvidos (da Ásia, África e América Latina).

Enquanto o capitalismo operou no mercado mundial unicamente no sentido de aí vender as suas mercadorias e comprar matérias-primas e víveres, não tinha interesse de maior em abrir caminho pela força militar (conquanto esta fosse utilizada para abater barreiras opostas à penetração das suas mercadorias — caso das guerras do ópio, desencadeadas pela Grã-Bretanha para obrigar o Império chinês a levantar as interdições que afetavam a importação do ópio proveniente da Índia britânica). Mas esta situação modificou-se desde que a exportação de capitais começou a tomar um lugar preponderante nas operações internacionais do capital.

Ao passo que uma mercadoria vendida deve ser paga pelo máximo no espaço de alguns meses, os capitais investidos num país só ao fim de longos anos são amortizados. Por isso, as potências imperialistas passam a ter um interesse máximo em estabelecer um controle permanente sobre os países onde investiram os seus capitais. Este controle pode ser indireto — através de governos a soldo do estrangeiro, no caso de Estados formalmente independentes, como os países semicoloniais. Ou pode ser direto — através de uma administração diretamente dependente da metrópole, como nos países coloniais. A era imperialista assinala-se, pois, por uma tendência para a partilha do mundo em impérios coloniais e em zonas de influências das grandes potências imperialistas.

Esta partilha realizou-se em dado período (sobretudo o de 1880-1900), em função das relações de força existentes nesse período: hegemonia da Grã-Bretanha, força importante dos imperialismos francês, holandês e belga; fraqueza relativa das “jovens” potências imperialistas: Alemanha, Estados Unidos, Itália e Japão.

As guerras imperialistas em série vão ser o meio pelo qual as potências imperialistas “jovens” se esforçarão por utilizar a alteração das relações de força para modificar a partilha do mundo em seu favor: guerra russo-japonesa, 1ª guerra mundial, 2ª guerra mundial.

São guerras conduzidas com fins de rapina, visando áreas de investimento de capitais, fontes de matérias-primas, mercados de escoamento privilegiados, e não guerras por um ideal político (“a favor ou contra a democracia”, a favor ou contra as autocracias, a favor ou contra o fascismo). O mesmo comentário se aplica às guerras de conquista colonial que balizam a era imperialista (no século XX, sobretudo a guerra ítalo-turca, a guerra sino-japonesa, a guerra da Itália contra a Abissínia) ou as guerras colonialistas contra o movimento de libertação dos povos (guerra da Argélia, guerra do Vietnam, etc.), nas quais uma das partes prossegue fins de rapina mas em que o povo semicolonial ou colonial defende uma justa causa, procurando escapar à escravatura imperialista.

## 5. Países imperialistas e países dependentes

Assim, a era imperialista não mostra apenas o estabelecimento do controle de um punhado de magnatas da finança e da indústria sobre as nações metropolitanas. Caracteriza-se também pelo estabelecimento do controle da burguesia imperialista de um punhado de países sobre os povos dos países coloniais. Os seus capitais investidos nesses países obtêm sobre-lucros coloniais, que são repatriados para a metrópole. A divisão mundial do trabalho, assente na troca de produtos manufaturados metropolitanos por matérias-primas providas das colônias, conduz a uma troca desigual, na qual os países pobres trocam quantidades de trabalho mais reduzidas (porque mais intensivo) dos países metropolitanos. A administração colonial é paga por impostos arrancados aos povos colonizados, parte significativa dos quais é igualmente repatriada.

Todos estes recursos extraídos dos países dependentes fazem falta quando se pretende financiar o seu crescimento econômico. O imperialismo é assim uma das principais causas do subdesenvolvimento do hemisfério meridional.

## 6. A era do capitalismo tardio

A era imperialista pode, por sua vez, ser subdividida em duas fases: a era do imperialismo “clássico”, que recobre o período anterior à 1ª guerra mundial bem como o período de entre as duas guerras; e a era do capitalismo tardio, que começa com a 2ª guerra mundial ou com o fim desta.

Nesta era do capitalismo tardio, a concentração e a centralização do capital estende-se cada vez mais à escala internacional. Ao passo que o truste monopolístico nacional era a “célula de base” da era imperialista clássica, a sociedade multinacional é a “célula de base” da era do capitalismo tardio. Mas, ao mesmo tempo, a era do capitalismo tardio caracteriza-se por uma aceleração da inovação tecnológica, pelo encurtamento dos períodos de amortização do capital investido em máquinas, pela obrigação, para as grandes firmas, de calcular e planificar de modo mais exato os seus custos e os seus investimentos, e pela tendência à programação econômica do Estado, como consequência natural desta caracterização.

A intervenção econômica do Estado avoluma-se também pela obrigação em que se encontra a burguesia, de reativar, com a ajuda do Estado, os setores industriais tornados cronicamente deficitários; de financiar pelo Estado os setores de ponta ainda não rentáveis; de assegurar pelo Estado uma garantia dos lucros dos grandes monopólios, concedendo a estes encomendas do Estado (sobretudo, mas não só, encomendas militares) bem como subvenções, subsídios, etc.

Esta internacionalização crescente da produção, por um lado, e esta in-

tervenção crescente do Estado nacional na vida econômica, por outro lado, provocam uma série de novas contradições na era do capitalismo tardio, de que a crise do sistema monetário mundial, alimentada pela *inflação permanente*, é uma das principais expressões.

A era do capitalismo tardio caracteriza-se também pela desintegração generalizada dos impérios coloniais, pela transformação dos países coloniais em semicoloniais, pela reorientação das exportações de capitais, que passam agora primacialmente, de um a outro país imperialista e não dos países metropolitanos para os países coloniais, e por um início de industrialização (sobretudo localizada na esfera dos bens de consumo), nos países semicoloniais. Esta industrialização é não só uma tentativa da burguesia para travar a revolta popular, mas também um resultado do fato que as exportações de máquinas e bens de equipamento constituem hoje a maior parte das exportações dos próprios países imperialistas.

Nem as transformações ocorridas no funcionamento da economia capitalista, mesmo no interior dos países imperialistas, nem as que respeitam à economia dos países semicoloniais, bem como o funcionamento de conjunto do sistema capitalista, permitem pois pôr em causa a conclusão a que Lenine chegou há mais de meio século quanto ao significado histórico do conjunto da época imperialista. Esta época é a de agudização de todas as contradições inerentes ao sistema: contradições entre o Capital e o Trabalho, entre os países imperialistas e os países colonizados, bem como contradições inter-imperialistas. É uma época sob o signo de conflitos violentos de guerras imperialistas, de guerras de libertação nacional, de guerras civis. É a época das revoluções e contra-revoluções cada vez mais explosivas, e não a época de um tranqüilo e pacífico progresso da civilização.

Com mais forte razão se deve recusar os mitos segundo os quais a atual economia ocidental já não seria uma economia capitalista propriamente dita. A recessão generalizada da economia capitalista internacional em 1974-75 deu um golpe mortal na tese segundo a qual estaríamos vivendo numa pretensa "economia mista", em que a regulação da vida econômica pelos poderes públicos permitiria assegurar de maneira ininterrupta o crescimento econômico, o pleno emprego e a extensão do bem-estar a todos. A realidade demonstra uma vez mais que os imperativos do lucro privado continuam a reger esta economia, provocam periodicamente o desemprego maciço e a sobre-produção, continuando pois sempre a tratar-se de uma economia capitalista.

Do mesmo modo, a tese segundo a qual já não seriam os grupos capitalistas mais poderosos, mas os gestores, os burocratas, ou mesmo os tecnocratas e os sábios quem dirigiria a sociedade ocidental, não tem fundamento sem qualquer prova científica séria. Muitos destes "senhores" da sociedade viram-se atirados para a rua no decurso das duas recentes recessões. A delegação de poderes que o grande capital aceita e aperfeiçoa no seio das sociedades gigantes que controla, é extensiva à maioria das suas prerrogativas, exceto

quanto ao essencial: as decisões de última instância sobre as formas e orientações fundamentais de valorização do capital e de acumulação do capital, ou seja, tudo o que toca ao "santo dos santos": a prioridade do lucro dos monopólios, à qual pode ser sacrificada a distribuição de dividendos aos acionistas. Aqueles que na referida tese julgaram ver uma prova de que a propriedade privada já não conta quase nada, esquecem a tendência, predominante desde o início do capitalismo, a sacrificar a propriedade privada dos pequenos à de um punhado de grandes.

## VII — O SISTEMA IMPERIALISTA MUNDIAL

### 1. A industrialização capitalista e a lei do desenvolvimento desigual e combinado

O capitalismo industrial moderno nasceu na Grã-Bretanha. No decurso do século XIX estendeu-se progressivamente à maior parte dos países da Europa ocidental e central, bem como aos Estados Unidos, e mais tarde ao Japão. A existência de alguns países inicialmente industrializados não parecia impedir a penetração e a extensão do capitalismo industrial numa série sucessiva de países em vias de industrialização.

Pelo contrário, a grande indústria britânica, belga, francesa destruía implacavelmente naqueles últimos as formas de produção pré-industriais (artesanato e indústria domiciliar). Mas os capitais britânicos, belgas e franceses tinham ainda amplos campos de investimento que lhes estavam abertos nos seus próprios países. Assim, é geralmente uma indústria moderna nacional que substitui progressivamente o artesanato, arruinado pela concorrência das mercadorias estrangeiras baratas. Esse foi particularmente o caso ocorrido com a produção de têxteis na Alemanha, na Itália, em Espanha, na Áustria, na Boêmia, na Rússia tsarista (incluindo a Polónia), nos Países Baixos, etc.

Com o advento da era imperialista, do capitalismo dos monopólios, esta situação modifica-se totalmente. A partir de então, o funcionamento do mercado mundial capitalista deixa de facilitar e, pelo contrário, entrava o desenvolvimento capitalista "normal" e designadamente a industrialização em profundidade dos países subdesenvolvidos. A fórmula de Marx, segundo a qual cada país avançado mostra a um país menos desenvolvido a imagem do seu próprio futuro, perde a validade que tinha conservado ao longo de toda a era do capitalismo de livre concorrência.

Três fatores essenciais (e numerosos fatores suplementares que não mencionaremos) determinam esta alteração fundamental do funcionamento da economia capitalista internacional:

a) A amplitude da produção em série de numerosas mercadorias pelos países imperialistas, que inunda o mercado mundial, que adquire um avanço tal em produtividade e em preço de custo, em relação a toda a produção industrial inicial nos países subdesenvolvidos, que esta última já não pode arrancar em grande escala, já não pode seriamente sustentar a concorrência contra a produção estrangeira. É pois cada vez mais a indústria oci-

dental ( e mais tarde também a indústria japonesa) que aproveitará doravante a rufna progressiva do artesanato, da indústria domiciliar, da manufatura nos países da Europa oriental, da América Latina, da Ásia e da África.

b) O excedente de capitais, que aparece de maneira mais ou menos permanente nos países capitalistas industrializados sob a influência progressiva dos monopólios, desencadeia um vasto movimento de exportação de capitais para os países subdesenvolvidos e neles desenvolve ramos de produção *complementares e não concorrenciais* em relação à indústria ocidental. Deste modo, os capitais estrangeiros que dominam a economia desses países, especializam-nos na produção de matérias-primas minerais e vegetais, bem como na produção de víveres. Por outro lado, decaindo progressivamente para o estatuto de país semicolonial, ou colonial, o Estado, nesses países, defende antes de tudo os interesses do capital estrangeiro. Não toma sequer medidas, mesmo modestas, de proteção da indústria nascente contra a concorrência dos produtos importados.

c) O domínio da economia dos países dependentes pelos capitais estrangeiros cria uma situação econômica e social na qual o Estado preserva e consolida os interesses das antigas classes dominantes, ligando-as aos interesses do capital imperialista, em vez de eliminá-las mais ou menos radicalmente, como foi o caso durante o decurso das grandes revoluções democrático-burguesas, na Europa ocidental e nos Estados Unidos.

O conjunto desta nova evolução da economia capitalista internacional na era imperialista, pode resumir-se na lei do desenvolvimento desigual e combinado. Nos países atrasados — ou pelo menos numa série deles — a estrutura social e econômica, nos seus traços fundamentais, não é nem a de uma sociedade tipicamente feudal, nem a de uma sociedade tipicamente capitalista. Sob o impacto do domínio do capital imperialista, *combina*, de maneira excepcional, traços feudais, semifeudais, semicapitalistas e capitalistas. A força social dominante é a do capital, mas é em geral do capital estrangeiro que se trata. A burguesia indígena não exerce pois o poder político. A maioria da população não se compõe de assalariados, e em geral também não de servos, mas de camponeses submetidos, em graus diversos, às arbitrariedades dos proprietários fundiários e dos cobradores de impostos. Mas esta grande massa, embora vivendo em parte afastada da produção mercantil e mesmo da produção monetária, nem por isso sofreu menos os efeitos desastrosos das flutuações de preços das matérias-primas no mercado mundial imperialista, através dos efeitos globais que tais flutuações exercem sobre a economia nacional.

### 2. A exploração dos países coloniais e semicoloniais pelo capital imperialista

O afluxo dos capitais estrangeiros aos países dependentes, coloniais e semicoloniais, provocou ao longo de decênios sucessivos uma pilhagem, uma exploração e uma opressão sobre mais de um bilhão de seres humanos pelo

capital imperialista, que representa um dos principais crimes de que o sistema capitalista foi responsável no decorrer da sua história. Se, como diz Marx, o capitalismo apareceu sobre a terra transpirando sangue e suor por todos os poros, em nenhum caso esta definição se justifica de maneira tão literal como no dos países dependentes.

A era imperialista desenvolve-se antes de tudo sob o signo da *conquista colonial*. O colonialismo é, decerto, mais velho que o imperialismo. Os conquistadores espanhóis e portugueses tinham já posto a ferro e fogo as Canárias e Cabo Verde e a costa africana, bem como os países da América Central e do sul, exterminando aí quase por toda a parte a maioria, quando não a totalidade, da população indígena. Os colonos brancos em nada se comportaram de maneira mais humana em relação aos índios da América do Norte. A conquista do Império da Índia pela Grã-Bretanha foi acompanhada de um cortejo de atrocidades, tal como a da Argélia pela França.

Com o advento da era imperialista, essas atrocidades estendem-se a uma grande parte da África, da Ásia e da Oceania. Massacres, deportações, expulsão dos camponeses das suas terras, introdução do trabalho forçado quando não da servidão de fato, sucederam-se em grande escala.

O racismo justifica estas práticas desumanas afirmando a superioridade e o "destino histórico civilizador" da raça branca. Por forma ainda mais sutil, o mesmo racismo expropria os povos colonizados do seu próprio passado, da sua própria cultura, da sua própria altivez étnica, quando não mesmo da sua língua, ao mesmo tempo que lhes subtrai as riquezas naturais e uma boa parte dos frutos do seu trabalho.

Se os escravos coloniais ousam rebelar-se contra o domínio colonialista, são reprimidos com cruza inominável. Mulheres e crianças índias massacradas nas guerras de índios nos Estados Unidos; amotinados hindus postos à frente de canhões que disparam; tribos do Médio Oriente bombardeadas implacavelmente pela RAF; dezenas de milhar de argelinos civis massacrados como represália da insurreição nacional de maio de 1945: tudo isso faz pressagiar, quando não antecipa fielmente, as crueldades mais ignóbeis do nazismo, incluindo o genocídio puro e simples. Se os burgueses da Europa e da América se indignaram tanto contra Hitler, foi porque ele cometeu esse crime de lesa-raça branca que consistiu em aplicar a povos da Europa, por conta do imperialismo alemão, aquilo que os povos da Ásia, da América e da África tinham sofrido às mãos do imperialismo mundial.

Toda a economia dos países dependentes está submetida aos interesses e ao "diktat" do capital estrangeiro. Na maioria destes países, as linhas ferroviárias ligam aos portos os centros de produção que trabalham para a exportação, mas não os principais centros urbanos entre si. A infra-estrutura básica é a que serve às atividades de importação e de exportação; as redes escolar, hospitalar e cultural, pelo contrário, sofrem de um subdesenvolvimento horroroso. A maior parte da população estagna no analfabetismo, na igno-

rância e na miséria.

Sem dúvida que a penetração do capital estrangeiro permite um certo desenvolvimento das forças produtivas, faz nascer algumas grandes cidades industriais, desenvolve um embrião mais ou menos importante do proletariado nos portos, nas minas, nas plantações, nos caminhos-de-ferro e na administração pública. Mas, sem exagero, pode-se dizer que ao longo dos três quartos de século que separam o início da marcha para a colonização integral dos países subdesenvolvidos, da vitória da revolução chinesa, o nível de vida da população média, da Ásia, da África e da América (com exceção de alguns países privilegiados), estagnou ou recuou. Nalguns importantes países recuou mesmo de maneira catastrófica. As fomes periódicas, só por si, ceifaram literalmente dezenas de milhões de indianos e de chineses.

### 3. O "bloco de classes" no poder nos países semicoloniais

Para compreender de maneira mais aprofundada a forma como o domínio imperialista "gelou" os países coloniais e semicoloniais quanto ao seu desenvolvimento e neles impediu uma industrialização progressiva "normal" do tipo capitalista ocidental, é preciso discorrer um pouco mais sobre a natureza do "bloco de classes sociais" no poder nesses países durante a era imperialista "clássica" e sobre as conseqüências desse "bloco" na evolução econômica e social.

Quando o capital estrangeiro penetra em massa nos países coloniais e semicoloniais, a classe dominante local é em geral composta de proprietários (semifeudais e semicapitalistas, em proporções diversas segundo o país considerado) em aliança com o capital mercantil e bancário ou usuário. Nos países mais atrasados, como os da África negra, se está antes em presença de sociedades tribais em decomposição sob o efeito prolongado do tráfico de negros.

O capital estrangeiro vai geralmente aliar-se a essas classes dominantes, tratá-las como intermediárias para a exploração dos camponeses e dos trabalhadores indígenas e consolidar as suas relações exploradoras com os seus próprios povos. Algumas vezes, chega mesmo a estender amplamente o grau dessa exploração de forma pré-capitalista, combinando-a ao mesmo tempo com a introdução de novas formas de exploração capitalista. No Bengala, o capitalismo britânico vai transformar os zamindars, que eram simples cobradores de impostos ao serviço dos imperadores mongóis, pura e simplesmente em proprietários das terras nas quais cobravam impostos.

Aparecem assim três classes sociais híbridas na sociedade dos países subdesenvolvidos, que marcam com o seu selo a blocagem do seu desenvolvimento econômico e social:

— A classe da burguesia "compradora", burguesia autóctone, a princípio simples associados por mandato das casas estrangeiras de importação-expor-

tação, que se enriquecem e se transformam progressivamente em empresários independentes. As suas empresas circunscrevem-se essencialmente à esfera do comércio (e dos "serviços"). Os seus lucros são geralmente investidos no comércio, na usura, na compra de terras, na especulação imobiliária, etc.

— A classe do semiproletariado rural (mais tarde alargado aos "marginais urbanos"). Os camponeses empobrecidos e expulsos das suas terras não encontram trabalho na indústria dado o subdesenvolvimento desta. São obrigados a permanecer no campo e a alugar os seus braços aos grandes camponeses ou a alugar pedaços de terra para daí tirar uma subsistência miserável em troca de uma renda fundiária (ou, no sistema de "a meias", de uma parte da colheita), cada vez mais exorbitantes. Quanto mais funda é a sua miséria e a sua falta de emprego, mais alta é a renda que se dispõem a pagar para arrendar um terreno. Quanto mais elevada é a renda fundiária, menos os detentores de capitais têm interesse em investí-los na indústria, empregando-os antes na compra da terra. Quanto maior é a miséria da massa camponesa, mais restrito é o mercado interior de bens de consumo, e mais se mantém o subdesenvolvimento da indústria, mais intenso permanece o sub-emprego.

O subdesenvolvimento não é pois o resultado da falta absoluta de capitais ou de recursos. Bem pelo contrário, o sobre-produto social representa, muitas vezes, uma fração mais elevada do rendimento nacional nos países atrasados do que nos países industrializados. O subdesenvolvimento é o resultado de uma estrutura social e econômica derivada do domínio capitalista, que faz com que a acumulação de capitais-dinheiro não se oriente principalmente para a indústria nem mesmo para o investimento produtivo, o que provoca um imenso sub-emprego (quantitativo e qualitativo) em relação aos países imperialistas.

#### 4. O movimento de libertação nacional

Com o tempo, era inevitável que centenas de milhões de seres humanos não iriam suportar passivamente um sistema de exploração e de opressão impostos por um punhado de grandes capitalistas dos países imperialistas, bem como pelos aparelhos administrativos e represivos ao seu serviço. Um movimento de libertação nacional vai progressivamente ganhando raízes entre a jovem intelligentsia dos países da América Latina, da Ásia e da África, que adota as idéias democrático-burguesas e mesmo semi-socialistas e socialistas do Ocidente, para contestar o domínio estrangeiro sobre o seu país. O nacionalismo dos países dependentes, de orientação anti-imperialista, articula-se com base nos interesses de três forças sociais:

— É adotado, acima de tudo, pela jovem burguesia nacional industrial, onde esta possui já uma base material própria, que faz com que os seus interesses entrem em concorrência com os da potência imperialista predominante. O caso mais típico é o do Partido Indiano do Congresso, dirigido por Gândi e

fortemente apoiado pelos grandes grupos industriais indianos.

— Sob o impulso da revolução russa, pode ser perfilhado pelo movimento operário nascente, que dele fará sobretudo um instrumento de mobilização das massas urbanas e aldeãs, contra o poder estabelecido. O exemplo mais típico é o do Partido Comunista Chinês dos anos 20 e o do Partido Comunista Indochinês nos decênios seguintes.

— Pode promover explosões de revolta da pequena burguesia urbana e do campesinato, tomando a forma política do populismo nacionalista. E sobretudo a revolta mexicana de 1910 que serve de protótipo a esta forma de movimento anti-imperialista.

Em geral, a entrada em crise do sistema imperialista, assinalado por convulsões internas sucessivas — derrota da Rússia tsarista na guerra contra o Japão em 1904-5; revolução russa de 1905; primeira guerra mundial; revolução russa de 1917; entrada em cena do movimento de massa na Índia e na China; crise econômica de 1929-32; segunda guerra mundial; derrotas sofridas pelo imperialismo ocidental às mãos do imperialismo japonês em 1941-42; derrota do imperialismo japonês em 1945 — estimulou fortemente o movimento de libertação nacional nos países dependentes. Este movimento recebeu o seu maior impulso da vitória da revolução chinesa de 1949.

Os problemas táticos e estratégicos que, para o movimento operário internacional (e indígena, nos países dependentes) decorrem da aparição do movimento de libertação nacional nos países semicoloniais e coloniais, são tratados mais detalhadamente no capítulo XI, ponto 4 e no capítulo XIII, ponto 4. Sublinhe-se aqui apenas o particular dever do movimento operário dos países imperialistas de apoiar incondicionalmente todo o movimento e toda a ação efetiva das massas dos países coloniais e semicoloniais, contra a exploração e a opressão que sofrem por parte das potências imperialistas. Esse dever implica o de distinguir estritamente as guerras inter-imperialistas — guerras reacionárias — das guerras de libertação nacional, que, independentemente da força política que dirige o povo oprimido nesta ou naquela etapa da luta, são guerras justas, em relação às quais o proletariado mundial deve agir pela vitória dos povos oprimidos.

#### 5. O neocolonialismo

O impulso do movimento de libertação nacional a seguir à 2ª guerra mundial levou o imperialismo a modificar as suas formas de domínio nos países atrasados. Esse domínio, de direto, tornou-se progressivamente indireto. A quantidade de colônias, propriamente falando, administradas diretamente pela potência colonial, derreteu-se como cera ao sol. No espaço de dois decênios, passou de cerca de setenta a algumas apenas. Os impérios coloniais britânicos, franceses, italianos, holandeses e, finalmente, portugueses e espanhóis, desmoronaram-se totalmente.

Sem dúvida que o desaparecimento destes Impérios coloniais não se operou sem uma resistência sangrenta e contra-revolucionária de setores importantes do capital imperialista. Disso são testemunho as sangrentas guerras coloniais conduzidas pelo imperialismo holandês na Indonésia, pelo imperialismo britânico na Malásia e no Quênia, pelo imperialismo francês na Indochina e na Argélia, bem como pelas "expedições" mais curtas mas não menos sangrentas, como a do Suez em 1956 contra o Egito. Mas, historicamente, estes sinistros empreendimentos aparecem como combates de retaguarda. O colonialismo direto estava claramente condenado.

Contudo, o seu desaparecimento não implica nada a desagregação do sistema imperialista mundial. Este continua a existir, embora sob formas modificadas. A grande maioria dos países semicoloniais continua a estar circunscrita à exportação de matérias-primas. Continua a sofrer todas as nefastas conseqüências da exploradora troca desigual. A distância entre o seu grau de desenvolvimento e o dos países imperialistas continua a aumentar e não a reduzir-se. A distância entre o rendimento por cabeça de habitante e o nível de bem-estar na parte "norte" e na parte "sul" do globo, acentua-se ainda mais.

No entanto, a transformação do domínio imperialista direto em domínio imperialista indireto nos países subdesenvolvidos, implica uma associação mais estreita da burguesia industrial "nacional" à exploração das massas laboriosas desses países, bem como uma certa aceleração do processo de industrialização numa série de países semicoloniais. Isso decorre, a um tempo, das relações de força políticas modificadas (ou seja, representa uma concessão inevitável do sistema à pressão cada vez mais forte das massas) e de uma modificação dos interesses fundamentais dos principais grupos imperialistas.

Com efeito, nos países imperialistas, o conteúdo da exportação conheceu uma modificação importante. A categoria "máquinas, bens de equipamento e bens de transporte" ocupa aí agora o lugar preponderante, que antes era ocupado pelas categorias "bens de consumo e aços". Ora, é impossível que os trustes monopolísticos principais exportem cada vez mais máquinas para os países dependentes sem que neles estimulem certas formas de industrialização (em geral e sobretudo limitadas à indústria de bens de consumo).

Por outro lado, no quadro da sua estratégia mundial, as sociedades multinacionais têm interesse em implantar-se num certo número de países dependentes, a fim de neles ocupar de algum modo e à partida certo terreno, com vista à expansão futura das vendas, que prevêem. Assim se generaliza a prática das empresas em comum (*joint ventures*) entre o capital imperialista, o capital industrial "nacional", o capital privado e o capital do Estado nesses países, o que é característico da estrutura neocolonial. Por este fato, o peso da classe operária aumenta na sociedade.

Esta estrutura mantém-se inserida num conjunto imperialista constrangente e explorador. A industrialização mantém-se limitada; o seu "mercado interior" em geral não ultrapassa 20 % a 25 % da população: classes abastadas

+ técnicos, quadros, etc. + campesinato rico. A miséria das massas continua a ser enorme. As contradições sociais aumentam em vez de diminuir; daí permanecer intacto o potencial de explosões revolucionárias nesses países.

Uma nova camada social, nestas condições, ganha importância: a burocracia de Estado, que "gere" em geral um setor nacionalizado importante, que se erige em representante das preocupações nacionais face ao estrangeiro, mas que aproveita de fato do seu monopólio de gestão para efetuar a sua acumulação privada em grande escala.

## VIII. AS ORIGENS DO MOVIMENTO OPERÁRIO MODERNO

Desde que os assalariados existem, ou seja, bastante antes da formação do capitalismo moderno, houve manifestações de luta de classe entre patrões e operários.

Esta luta não resulta de atividades subversivas, mas, pelo contrário, a doutrina da luta de classe é produto da prática da luta de classe que a precede.

### 1. A luta de classe elementar do proletariado

As manifestações elementares da luta de classe dos assalariados giraram sempre à volta de três reivindicações:

1) O aumento dos salários, meio imediato de modificar a repartição do produto social entre patrões e operários, em favor destes.

2) A redução das horas de trabalho sem redução de salário foi outro meio direto de modificar esta repartição em favor dos trabalhadores.

3) A liberdade de organização. Enquanto que o patrão, proprietário do capital e dos meios de produção, dispõe por seu lado de todo o poderio econômico, os operários estão desarmados ao longo do tempo em que travam entre si uma luta de concorrência para obter emprego. Nestas condições, as "regras do jogo" favorecem unilateralmente os capitalistas, que podem fixar salários tão baixos quanto desejem, ao passo que os operários são obrigados a aceitá-los pelo receio de perder o seu emprego e, conseqüentemente, a sua subsistência.

É pela supressão dessa concorrência que os divide, pela formação de um bloco ante o patronato e a recusa em conjunto de trabalhar em condições julgadas inaceitáveis, que os trabalhadores têm possibilidade de obter vantagens na luta que os opõem ao patronato. A experiência ensina-lhes rapidamente que, sem liberdade de organização, não dispõem de armas para se oporem à pressão capitalista.

A luta de classe elementar dos proletários tomou tradicionalmente a forma de recusa coletiva do trabalho, ou seja, a greve. Os cronistas relatam-nos casos de greve no antigo Egito e na antiga China. Existem também relatos detalhados de greves que ocorreram no Egito sob o Império romano, sobretudo no primeiro século da nossa era.

### 2. A consciência de classe elementar do proletariado

Ora, a organização de uma greve implica sempre um certo grau de consciência de classe e um certo grau — elementar — de organização de classe. Implica, em especial, a noção de que o êxito de cada assalariado depende de uma ação coletiva; é uma solução de solidariedade de classe, oposta à solução individual ( que procura aumentar o ganho individual sem atender aos rendimentos dos outros assalariados).

Esta noção constitui a forma elementar da consciência de classe proletária. Do mesmo modo, pela organização de uma greve, os assalariados aprendem instintivamente a criar caixas de socorro. Estas caixas de socorro e de entreajuda visam também minorar de algum modo a insegurança da existência operária, permitir aos operários defenderem-se durante os períodos de desemprego, etc. Estas são as formas elementares de organização de classe.

Mas estas formas elementares de consciência e de organização operária não implicam nem a consciência dos fins históricos do movimento operário nem a compreensão da necessidade de uma ação política independente da classe operária.

Assim, as primeiras formas de ação política operária situam-se à extrema esquerda do radicalismo pequeno burguês. Durante a revolução francesa, à extrema esquerda dos jacobinos aparece a Conspiração dos Iguais, de Gracchus Babeuf, que representa o primeiro movimento político moderno visando a coletivização dos meios de produção.

Na mesma época, na Inglaterra, alguns operários constituem a *London Corresponding Society*, que procura organizar um movimento de solidariedade com a revolução francesa. Esta organização foi esmagada pela repressão policial. Mas, logo após o fim das guerras napoleônicas, na extrema esquerda do partido radical (pequeno-burguês) cria-se, na região industrial de Manchester-Liverpool, uma *Ligue Du Suffrage Universel*, essencialmente constituída por operários. Após os sangrentos incidentes em Peterloo, em 1817, a separação de um movimento operário independente do movimento pequeno-burguês acelerou-se, e assim pode surgir um pouco mais tarde o partido *cartista*, o primeiro partido essencialmente operário que reclama o sufrágio universal.

### 3. O socialismo utópico

Todos estes movimentos elementares da classe operária foram largamente dirigidos pelos próprios operários, quer dizer, por autodidatas, formulando amiúde ideias ingênuas sobre assuntos históricos, econômicos e sociais, que exigem estudos científicos sólidos para serem tratados a fundo. De certo modo, estes movimentos desenvolveram-se à margem do progresso científico dos séculos XVII e XVIII. Contrariamente, é no quadro desse progresso científico que se situam os esforços dos primeiros grandes autores utópicos, como Tho-



mas More (chanceler de Inglaterra no século XVI), Campanella (autor italiano do século XVII), Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon (autores dos séculos XVIII e XIX). Estes autores esforçaram-se por reunir todos os conhecimentos científicos da sua época, para formular:

a) uma crítica virulenta da desigualdade social, designadamente a que caracteriza a sociedade burguesa (Owen, Fourier e Saint-Simon);

b) um plano de organização de uma sociedade igualitária, baseada na sociedade coletiva;

Por estes dois aspectos da sua obra, os grandes socialistas utópicos são os verdadeiros precursores do socialismo moderno. Mas a fraqueza do seu sistema reside:

a) no fato que a sociedade ideal que imaginam (daí o termo: socialismo utópico) se apresenta como um ideal a construir, a atingir de uma só vez por um esforço de compreensão e de boa vontade dos homens, sem relação com a evolução histórica, mais ou menos determinada, da própria sociedade capitalista;

b) no fato que as explicações das condições do aparecimento da desigualdade social, e daquelas em que pode desaparecer, são cientificamente insuficientes por se basearem em fatos secundários (violência, moral, dinheiro, psicologia, ignorância etc.), não partindo dos problemas de estrutura econômica e social, da interação entre as relações de produção e o nível de desenvolvimento das forças produtivas.

#### 4. O nascimento da teoria marxista

É precisamente nestes dois domínios que a formação da teoria marxista na *Ideologia Alemã* (1845) e, sobretudo, no *Manifesto Comunista* (1847) de Karl Marx e Frederic Engels, representa um progresso decisivo. Com a teoria marxista, a consciência de classe operária encarna-se numa teoria científica de nível mais elevado.

Marx e Engels não descobriram as noções de classe social e de luta de classe. Tais noções eram já conhecidas dos socialistas utópicos e de autores burgueses franceses, como Thierry e Guizot. Porém, explicaram de forma científica a origem das classes, as causas do desenvolvimento das classes, o fato que toda a história humana pode ser explicada pela luta de classes e, sobretudo, as condições materiais e morais sob as quais a divisão da sociedade em classes pode dar lugar a uma sociedade socialista sem classes.

Por outro lado, explicaram como o próprio desenvolvimento do capitalismo preparava inexoravelmente o advento duma sociedade socialista, preparava as forças materiais e morais que deviam assegurar o triunfo da sociedade nova. Esta, a partir de então, deixou de aparecer como simples produto dos sonhos e dos desejos dos homens, e antes como o produto lógico da evolução da história humana.

O *Manifesto Comunista* representa, assim, uma forma superior da consciência de classe proletária. Vem ensinar à classe operária que a sociedade socialista resultará da sua luta de classe contra a burguesia. Ensina-lhe a necessidade de não lutar simplesmente por aumentos de salários, mas também pela abolição do salariedade. Ensina-lhe, sobretudo, a necessidade de constituir *partidos operários independentes*, de completar a ação de reivindicações econômicas por uma ação política no plano nacional e internacional.

Portanto, o movimento operário moderno nasceu da fusão entre a luta de classe elementar da classe operária e a consciência de classe proletária elevada à sua mais alta expressão, corporizada na teoria marxista.

#### 5. A Primeira Internacional

Esta fusão é a resultante de toda a evolução do movimento operário internacional entre os anos 50 e os anos 80 do século passado.

No decurso das revoluções de 1848, que sacudiram a maior parte dos países da Europa, em nenhum lugar a classe operária apareceu como um partido político no sentido moderno da palavra, com exceção da Alemanha (através da pequena *Associação dos Comunistas*) dirigida por Marx. Por toda a parte, segue na esteira do radicalismo pequeno-burguês. Na França, contudo, separa-se deste último durante as sangrentas jornadas de Junho de 1848, sem poder ainda constituir um partido político independente (os grupos revolucionários formados por Auguste Blanqui são, de certo modo, o seu núcleo). Após as reações dos anos seguintes à derrota da revolução de 1848, são as organizações sindicais e mutualistas da classe operária que acima de tudo se desenvolvem na maioria dos países, com exceção da Alemanha, onde a agitação pelo sufrágio universal permite a Lassalle constituir um partido político operário: a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães.

É pela fundação da Primeira Internacional, em 1864, que Marx e o pequeno grupo dos seus adeptos efetuam a verdadeira fusão com o movimento operário elementar da época e que preparam a constituição dos partidos socialistas na maioria dos países da Europa. Por muito paradoxal que possa parecer, não são os partidos operários nacionais que se reúnem para fundar a Primeira Internacional, mas é a constituição desta que permite a reunião nacional dos grupos locais e sindicalistas, que aderem à Primeira Internacional.

Quando a Internacional se desagrega, após a derrota da Comuna de Paris, os operários de vanguarda conservam a consciência da necessidade de um tal agrupamento no plano nacional. Durante os anos 70 e 80 e após várias tentativas goradas, formam-se em definitivo partidos socialistas com base no movimento operário elementar da época, com as únicas exceções importantes da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Nestes países, os partidos socialistas que se constituíram na mesma época ficaram à margem de um movimento sindical já poderoso. Na Grã-Bretanha, é só no século XX que é criado o Partido Tra-

balhista, com base nos sindicatos. Nos Estados Unidos, a criação de semelhante partido continua hoje ainda a ser a tarefa ardorosa do movimento operário.

#### 6. *As diferentes formas de organização do movimento operário*

Tudo isto nos permite precisar que os sindicatos, as mutualidades e os partidos socialistas surgem, de certo modo, como produtos espontâneos e inevitáveis da luta no seio da sociedade capitalista, e que, em definitivo, depende de fatores de tradição e de conjuntura nacionais que determinada forma se desenvolva antes de outra.

Quanto às cooperativas, não surgem como produto espontâneo da luta de classe mas como resultado da iniciativa de *Robert Owen* e seus camaradas, que em 1844 fundaram a primeira cooperativa, em Rochdale, Inglaterra.

A importância do movimento cooperativo é real, não só porque pode constituir para a classe operária uma escola de gestão operária da economia, mas sobretudo porque é suscetível de preparar, mesmo no interior da sociedade capitalista, a solução de um dos mais árduos problemas da sociedade socialista, que é o da distribuição. Mas, ao mesmo tempo, contém um perigoso potencial de concorrência econômica no seio do regime capitalista, com empresas capitalistas, concorrência que não pode deixar de arrastar a resultados nefastos para a classe operária e, sobretudo, de minar a consciência de classe de proletariado.

#### 7. *A Comuna de Paris*

A Comuna de Paris resume todas as tendências que estão na origem e na primeira expansão do movimento operário moderno. Nasceu de um movimento espontâneo de massas e não de um plano ou de um programa previamente elaborado por um partido operário. Revelou a tendência da classe operária para ultrapassar o estágio puramente econômico da sua luta — a origem imediata da Comuna é eminentemente política: a desconfiança dos operários de Paris em relação à burguesia, acusada de querer entregar a cidade aos exércitos prussianos que a cercavam — combinando simultânea e constantemente reivindicações econômicas e reivindicações políticas. Conduziu a classe operária, pela primeira vez, à conquista do poder político, ainda que apenas na área de uma única cidade. Refletiu a tendência da classe operária para destruir o aparelho de Estado burguês, para substituir a democracia burguesa por uma democracia proletária, como forma superior da democracia. Demonstrou também que, sem uma direção revolucionária consciente, o enorme heroísmo de que o proletariado é capaz no decurso de um combate revolucionário, se revela insuficiente para assegurar a vitória.

## IX — REFORMAS E REVOLUÇÃO

O nascimento e o desenvolvimento do movimento operário moderno dentro da sociedade capitalista oferecem-nos um exemplo da ação recíproca que exercem, um sobre o outro, o meio social no qual os homens se encontram, independentemente da sua vontade, e a opção mais ou menos consciente que desenvolvem para o transformar.

### 1. *Evolução e revoluções através da história*

As modificações do regime social que se têm produzido através das idas e voltas sempre o resultado de uma alteração brusca e violenta, por efeito de guerras, de revoluções ou de uma combinação entre as duas. Não há um único Estado hoje estabelecido que não seja produto de semelhantes subversões revolucionárias. O Estado americano nasceu da revolução de 1776 e da guerra civil de 1861-1865; o Estado britânico, da revolução de 1649 e da de 1689; o Estado francês, das revoluções de 1789, de 1830, de 1848 e de 1870; o Estado belga, da revolução de 1830; o Estado holandês, da revolução dos Países-Baixos do século XVI; o Estado alemão, das guerras de 1870-71, de 1914-18, de 1939-45, e das revoluções de 1848 e de 1918, etc., etc.

Seria porém errado supor que basta utilizar a violência para conseguir modificar a estrutura social segundo a vontade dos combatentes. Para que uma revolução transforme realmente a sociedade e as condições de existência das classes laboriosas, é preciso que tenha sido precedida de uma evolução que crie, no seio da antiga sociedade, as bases materiais (econômicas, técnicas, etc.) e humanas (as classes sociais dotadas de certas características específicas) da sociedade nova. Quando estas bases faltam, as revoluções, mesmo as mais violentas, acabam por reproduzir mais ou menos as condições que haviam pretendido abolir.

Um exemplo clássico a este respeito é o das sublevações camponesas vitoriosas que se escalonaram ao longo da história chinesa. Cada uma destas sublevações representa uma reação do povo contra as exações e o peso dos impostos insuportáveis de que os camponeses eram vítimas nos períodos de declínio das sucessivas dinastias que reinaram no Império celeste. Conseguiram a queda da dinastia visada e a subida ao poder de uma nova dinastia, que, amiúde, saiu dentre os próprios dirigentes da insurreição camponesa, como no caso da dinastia dos HAN.

A nova dinastia começa por estabelecer condições mais favoráveis para o campesinato. Mas, a par e passo que o seu poder se consolida e que a sua administração se reforça, as despesas do Estado aumentam, o que provoca a obrigação de aumentar os impostos. Os funcionários-mandarins, de início pagos pelos cofres do Estado, começam a abusar do seu poder e chamam a si a propriedade de fato dos domínios camponeses pela extorsão de uma renda fundiária, além do imposto. Deste modo, reproduz-se o crescimento da miséria camponesa, após alguns decênios de vida melhor. A carência de um "salto em frente" das forças produtivas, de um desenvolvimento da indústria moderna assente no maquinismo, explica o caráter cíclico das revoluções sociais na China clássica, e a impossibilidade dos camponeses assegurarem uma emancipação duradoura.

## 2. Evolução e revoluções no capitalismo contemporâneo

Também o capitalismo contemporâneo nasceu de revoluções sociais e políticas: as grandes revoluções burguesas que se sucederam entre o XVI e o XIX séculos, e que deram lugar à formação dos Estados nacionais. Estas revoluções tornaram-se possíveis devido a uma evolução precedente que consistiu no crescimento das forças produtivas no seio da sociedade feudal, forças essas incompatíveis com a manutenção da servidão, das corporações, das restrições impostas à livre circulação das mercadorias.

Esta evolução fez também nascer uma nova classe, a burguesia moderna, que fez a aprendizagem da luta política no quadro das comunas medievais e das escaramuças sob a monarquia absoluta, antes de se lançar à conquista do poder político.

A partir de um certo nível do seu desenvolvimento, também a própria sociedade burguesa se caracteriza por uma evolução que prepara inexoravelmente uma nova revolução social.

No plano material, as forças produtivas desenvolvem-se ao ponto de se tornarem cada vez mais incompatíveis com a propriedade privada dos meios de produção e com as relações de produção capitalistas. O desenvolvimento da grande indústria, a concentração do capital, a criação dos trustes, a crescente intervenção do Estado burguês para "regularizar" a marcha da economia capitalista, preparam cada vez mais o terreno para a socialização (a apropriação coletiva) dos meios de produção, e para a sua gestão planificada pelos próprios produtores associados.

No plano humano (social), constitui-se e reforça-se uma classe que reúne cada vez mais as qualidades para realizar esta revolução social: "o capitalismo produz, com o proletariado, o seu próprio coveiro". Concentrado em grandes empresas, perdida a esperança de uma promoção social individual, este proletariado adquire, através da sua luta quotidiana, as qualidades essenciais de solidariedade coletiva, de cooperação e de disciplina na ação que per-

mitem a reorganização fundamental de toda a vida econômica e social.

Quanto mais as contradições inerentes ao capitalismo se agravam, mais a luta de classe se exacerba e mais a evolução do capitalismo prepara a revolução, mais esta se orienta no sentido de explosões de natureza diversa (econômicas, sociais, políticas, financeiras, militares, etc.) no decurso das quais o proletariado tem espaço para lutar pela conquista do poder político e pela realização de uma revolução social.

## 3. A evolução do movimento operário moderno

No entanto, a história do capitalismo bem como a do movimento operários não seguiram uma trajetória tão clara e tão retilínea como os marxistas poderiam esperar por volta de 1880.

As contradições internas da economia e da sociedade dos países imperialistas não são imediatamente agravadas. Pelo contrário, entre a derrota da Comuna de Paris e o deflagar da 1ª guerra mundial, a Europa ocidental e os Estados Unidos conheceram um longo período de progresso das forças produtivas, umas vezes mais lento, outras vezes mais fértil, que disfarçavam e ocultavam o "trabalho de sapa" das contradições internas do sistema.

Estas contradições iriam estalar, com violência, em 1914. Foram seus signos precursores, nomeadamente, a revolução russa de 1905 e a greve geral dos trabalhadores austríacos no mesmo ano. Mas a experiência imediata dos trabalhadores e do movimento operário nestes países não refletia um aprofundamento das contradições do sistema. Pelo contrário, refletia a crença numa evolução gradual, largamente pacífica e irreversível, dos progressos para o socialismo (já não acontecia o mesmo na Europa oriental; daí terem um peso mais reduzido tais ilusões nos países desta zona).

É incontestável que os sobre-lucros coloniais acumulados pelos imperialistas lhes permitiram conceder certas reformas aos trabalhadores dos países ocidentais. Mas outros fatores devem também entrar em linha de conta para compreender esta evolução.

A emigração maciça para os países de além-mar, o crescendo das exportações europeias para o resto do mundo, fizeram baixar, a longo prazo, o exército de reserva industrial. As relações de força entre o Capital e o Trabalho, no "mercado de trabalho", melhoraram deste modo para os trabalhadores, o que criou as bases da expansão de um sindicalismo de massa, não limitado apenas aos operários qualificados. Assustada pelo Comuna de Paris, pelas greves violentas na Bélgica (1886, 1893) pelo ascenso aparentemente irresistível da social-democracia alemã, a burguesia procurou deliberadamente acalmar as massas revoltadas através de reformas sociais.

O resultado prático desta evolução foi a formação de um movimento operário ocidental que, na prática, se contentava com lutar por reformas imediatamente realizáveis: aumentos de salários, reforço da legislação social, ex-

tensão das liberdades democráticas, etc. O combate pela revolução social era relegado ao domínio da propaganda literária e da educação dos quadros. Assim, este movimento deixava de se preparar deliberadamente para a revolução socialista, na crença de que bastaria reforçar as organizações de massa de proletariado para que, “chegado o momento”, essa colossal força desempenhasse automaticamente um papel revolucionário.

#### 4. O oportunismo reformista

Simultaneamente, os partidos e sindicatos de massa da Europa ocidental não se contentavam com refletir uma evolução momentânea de lutas de classe limitadas, no essencial, ao domínio das reformas. Tornavam-se, por sua vez, uma força política que acentuava a *adaptação do movimento operário* de massa ao capitalismo “próspero” dos países imperialistas. O oportunismo social-democrata descuidava a preparação dos trabalhadores para as bruscas mudanças de clima social, político e econômico que se anunciavam, tornando-se um fator importante no sentido de facilitar a sobrevivência do capitalismo nos tormentosos anos de 1914-1923.

No *plano teórico*, o oportunismo manifestou-se por uma revisão do marxismo, oficialmente proclamada por Edouard Bernstein (o movimento é tudo, o fim não é nada), que pedia o abandono de toda e qualquer atividade além da busca de reformas do sistema. O “centro marxista” à volta de Kautsky, embora combatendo o revisionismo, fez-lhe numerosas concessões, em especial ao justificar uma prática dos partidos e dos sindicatos que se aproximava cada vez mais do revisionismo.

No *plano prático*, o oportunismo manifestou-se pela aceitação da coligação eleitoral com partidos burgueses “liberais”; pela aceitação progressiva da participação ministerial em governos de coligação com a burguesia; pela ausência de uma luta conseqüente contra o colonialismo e outras manifestações do imperialismo. Embora momentaneamente afetado em conseqüência da revolução russa de 1905, este oportunismo manifestou-se, sobretudo na Alemanha, pela recusa de aceitar a proposta de Rosa Luxemburgo para desencadear greves de massa com fins políticos. Refletia, em profundidade, os interesses particulares de um aparelho burocrático reformista (mandatários social-democratas, funcionários do partido e dos sindicatos, que tinham conquistado substanciais vantagens no seio da sociedade burguesa).

Este exemplo demonstra que a invasão do movimento operário pelo oportunismo reformista não era inevitável. Teria sido possível promover ações extra-parlamentares e greves cada vez mais amplas, durante os anos que precederam a 1.ª guerra mundial. Essas ações teriam podido preparar as massas operárias para as tarefas exigidas pelo ascenso revolucionário que coincidiu com o fim daquela guerra.

#### 5. A necessidade de um partido de vanguarda

A experiência confirma, assim, os elementos fundamentais da teoria leninista do partido de vanguarda. Embora a classe operária possa, por si mesma, assumir lutas de classe muito vastas à volta de objetivos imediatos, embora ela seja perfeitamente capaz de ter acesso a um nível elementar de consciência de classe política, indispensáveis para poder *prever* as viragens da situação objetiva, para poder elaborar as tarefas do movimento operário disso decorrentes, e indispensáveis também para suplantiar todas as manobras da burguesia, todas as influências (amiúde sutis) que a ideologia burguesa e pequeno-burguesa podem exercer sobre as massas laboriosas.

Por outro lado, o movimento de massa passa inevitavelmente por altos e baixos. As largas massas não se mantêm num permanente nível elevado de atividade política. Uma organização de massa que procure adaptar-se ao nível médio de atividade e de consciência dessas massas, desempenhara, afinal, um papel de freio no que respeita à expansão da atividade revolucionária, que apenas é possível em determinados momentos.

Por todas estas razões, é indispensável estruturar uma organização de vanguarda da classe operária, um partido revolucionário. Em tempos normais, tal partido manter-se-á minoritário. Mas assegurará a continuidade da atividade dos seus militantes e o seu nível de consciência. Permitirá preservar os ensinamentos adquiridos na experiência de luta e propagá-los à classe. Terá por tendência as futuras lutas revolucionárias e terá por missão essencial a preparação dessas lutas. Deste modo, facilitará grandemente as viragens na mentalidade e no comportamento dos trabalhadores organizados e das massas laboriosas mais largas, viragens exigidas pelas bruscas alterações da situação objetiva.

Decerto, tais partidos de vanguarda não podem substituir-se às massas para procurar realizar a revolução social, em seu lugar. “A emancipação dos trabalhadores tem que ser obra dos próprios trabalhadores”. Obter a adesão da maioria dos trabalhadores ao programa, à estratégia e à tática do partido revolucionário, eis a pré-condição indispensável para que um partido de vanguarda possa realizar plenamente a sua missão.

Tal adesão não será normalmente possível senão em momentos “quentes” de crise pré-revolucionária ou revolucionária, eles próprios “assinalados” pela deflagração de poderosos movimentos espontâneos de massa. Não há pois em absoluto nenhuma oposição entre a espontaneidade das massas e a necessidade de estruturar uma organização revolucionária de vanguarda. Esta apóia-se sobre aquela, prolonga-a, completa-a, e permite-lhe triunfar concentrando toda a sua energia no ponto nevrálgico: a derrubada do poder político e econômico do Capital.

## 6. Os revolucionários e a luta pelas reformas

Por reação ao oportunismo reformista, desenvolveram-se atitudes ultraesquerdistas das camadas minoritárias do movimento operário e da classe operária.

Para os marxistas-revolucionários, o reformismo de modo nenhum se identifica com a luta pelas reformas. O reformismo é a ilusória idéia de uma abolição do capitalismo por via gradual, por meio da acumulação de reformas. Mas é perfeitamente possível combinar a participação em lutas por reformas imediatas, com a preparação da vanguarda operária em lutas anticapitalistas tão amplas que provoquem uma crise revolucionária na sociedade.

A recusa radical em qualquer luta por reformas implica a aceitação passiva de uma deterioração da situação da classe operária até o dia J em que esta seria bruscamente capaz de derrubar o regime capitalista com um simples empurrão. Tal atitude é, a um tempo, utópica e reacionária.

É utópica, porque esquece que os trabalhadores, cada vez mais divididos e desmoralizados pela incapacidade de defender o seu nível de vida, o seu emprego, as suas liberdades e os seus direitos elementares, não estão nada aptos a poder afrontar vitoriosamente uma classe social possuidora da riqueza e da experiência política, como é o caso da burguesia moderna. É reacionária, porque serve objetivamente a causa capitalista, a causa dos patrões, que teriam todo o interesse em fazer baixar os salários, em manter um desemprego maciço, em suprimir os sindicatos e o direito de greve, caso os trabalhadores se deixem passivamente reduzir ao estado de escravos sem defesa.

Os marxistas-revolucionários vêm a emancipação dos trabalhadores e a queda do capitalismo como o resultado final de uma época de crescimento da força organizacional do proletariado e de uma crescente confiança nas suas próprias forças. Todas estas transformações subjetivas não podem resultar apenas da propaganda ou da educação literárias. Em última análise, só podem resultar de sucessivos êxitos obtidos nas lutas correntes, que são as lutas pelas reformas.

O reformismo não é o produto automático de tais lutas ou de tais êxitos. Só é resultado disso se a vanguarda operária se abstém de educar a classe no sentido da necessidade do derrubamento do regime; se se abstém de combater a influência da ideologia pequeno-burguesa e burguesa no seio da classe operária; se se abstém de desencadear na prática lutas de massa extra-parlamentares, anticapitalistas, visando ultrapassar o estágio das reformas.

Pela mesma razão, é absolutamente indispensável que os revolucionários trabalhem nos sindicatos de massa e combatam pelo reforço e não pelo enfraquecimento das organizações sindicais.

Sem dúvida que os sindicatos são geralmente pouco aptos para preparar ou organizar combates revolucionários; nem é mesmo essa a sua função. Mas são indispensáveis para defender os interesses dos trabalhadores no dia a dia,

contra os interesses do Capital. A luta de classe quotidiana não se extingue, mesmo no período de declínio do capitalismo. Sem sindicatos poderosos, agrupando uma fração elevada da classe operária, o patronato tem todas as hipóteses de sair vencedor das escaramuças quotidianas. O ceticismo e a desconfiança nas suas próprias forças, que resultaria de semelhantes malogros, seria altamente prejudicial ao desenvolvimento de uma consciência de classe elevada no interior das largas massas operárias.

Além disso, na época do capitalismo contemporâneo, a ação sindical já não se confina fatalmente na luta pelos salários e pela redução do tempo de trabalho. Os trabalhadores vêm-se cada vez mais confrontados com problemas econômicos de conjunto, que influenciam o seu nível de vida: inflação, encerramento de empresas, desemprego, aceleração dos ritmos de trabalho, tentativas do Estado para limitar o exercício do direito à greve e à livre negociação dos salários, etc. O sindicato vê-se obrigado a tomar posição, cedo ou tarde, sobre todas estas questões. Torna-se pois uma escola de educação da classe operária, inclusive sobre problemas de conjunto do capitalismo e do socialismo. Torna-se uma arena onde se defrontam tendências favoráveis à colaboração permanente de classe, até mesmo à integração dos sindicatos no Estado burguês, e tendências de luta de classe, que recusam subordinar os interesses dos trabalhadores a um pretenso "interesse geral" que não é mais do que o interesse do capital mal camuflado. Como defendem, nestas condições, os interesses imediatos da grande massa contra as tentativas de desviar os sindicatos da sua função fundamental, os revolucionários integrados nesta tendência de luta de classe têm portanto a oportunidade de encontrar um eco crescente no seio dos sindicatos, sob condição de agir com paciência e perseverança, não abandonando este campo de trabalho de massa aos burocratas, reformistas e direitistas de todo o gênero.

Os revolucionários procuram ser os melhores sindicalistas, quer dizer, procuram agir para que sejam adotados pelos sindicatos e pelos sindicalizados as propostas acerca dos objetivos de luta e das formas de organização das lutas, que melhor correspondam aos interesses imediatos de classe dos trabalhadores. Não descuidam nunca a defesa desses interesses imediatos, desenvolvendo ao mesmo tempo sem cessar a sua propaganda geral em favor da revolução socialista, sem a qual, em definitivo, nenhuma conquista operária pode ser consolidada, nenhum problema vital para os operários pode ser definitivamente resolvido.

Inversamente, a burocracia sindical, cada vez mais integrada no Estado burguês, privilegiando e substituindo cada vez mais uma política de conciliação de classe e de "paz social", à sua missão original de defesa irreconciliável dos interesses dos sindicalizados, enfraquece objetivamente o sindicato, espezinhando cada vez mais as preocupações e as convicções dos filiados. A luta pela democracia sindical e a luta por um sindicalismo de luta de classe completam-se assim logicamente, num combate constante, de todos os dias.

## X – DEMOCRACIA BURGUESA E DEMOCRACIA PROLETÁRIA

### 1. Liberdade econômica e liberdade política

Para muitos que não refletem sobre esta questão, liberdade política e liberdade econômica são noções equivalentes. É o que, designadamente, se afirma no dogma liberal, que pretende hoje pronunciar-se da mesma forma pela liberdade, em todos os domínios.

No entanto, se a liberdade política pode ser facilmente definida de modo a que a liberdade de uns não implique a sujeição de outros, já o mesmo não acontece com a liberdade econômica. Um só instante de reflexão demonstra que a maioria dos aspectos desta “liberdade econômica” implica precisamente a desigualdade, a exclusão automática de uma grande parte da sociedade de usufruir dessa mesma liberdade.

A liberdade de comprar e vender escravos, implica a divisão da sociedade em dois grupos: os escravos e os senhores de escravos. A liberdade de apropriação dos grandes meios de produção como propriedade privada, implica a existência de uma classe social obrigada a vender a sua força de trabalho. Que faria o proprietário de uma grande fábrica, se ninguém fosse obrigado a trabalhar por conta de outrem?

Lógicos consigo próprios, os burgueses da era ascendente do capitalismo defenderam o princípio da liberdade de fazer trabalhar nas minas as crianças de 10 anos; a liberdade de obrigar os trabalhadores a labutar 12 ou 14 horas por dia. Mas uma só liberdade era obstinadamente recusada: a liberdade de associação dos trabalhadores, proibida na França pela famosa Lei Le Chapelier, adotada em plena Revolução Francesa, sob o pretexto de obstar a todas as coligações de origem corporatista.

Estas aparentes contradições da ideologia burguesa, desvanecem-se desde que se reúnem todas estas atitudes à volta de um único tema central: a defesa da propriedade e do interesse de classe capitalistas. Nisto consiste a base de toda a ideologia burguesa, e não numa qualquer defesa intransigente do “princípio” da liberdade.

Também isso ressalta, com a maior nitidez, da história do direito de voto.

O parlamentarismo moderno nasceu como expressão do direito da burguesia a controlar as despesas públicas financiadas pelos impostos que ela pagava. Proclamou durante a revolução inglesa de 1649: *no taxation without re-*

*presentation* (não aos impostos sem representação parlamentar). Disso se concebia logicamente que recusava o direito de voto às classes populares, que não pagavam impostos: os representantes “demagogos” destas não seriam levados a votar constantemente novas despesas, visto que outros teriam de as pagar?

Mais uma vez, o que se encontra na base da ideologia burguesa, não é, de nenhum modo, o princípio da igualdade de direitos de todos os cidadãos (o direito de voto censitário espezinha cinicamente este princípio) nem o princípio da liberdade política a todos garantida, mas tão-só a defesa e proteção dos cofres-fortes, das somas avultadas!

### 2. O Estado burguês ao serviço dos interesses de classe do Capital

Deste modo, no século XIX não era difícil explicar aos trabalhadores que o Estado burguês nada tinha de “neutro” na luta de classe, não era em nada um “árbitro” entre o Capital e o Trabalho, com o encargo de defender o “interesse geral”, mas antes um instrumento de defesa dos interesses do Capital contra os do Trabalho.

Só a burguesia tinha o direito de voto. Só a burguesia podia livremente recusar a admissão de trabalhadores. Desde que os operários entrassem em greve e se recusassem coletivamente a vender a sua força de trabalho nas condições ditadas pelo Capital, a polícia ou o exército agiriam pela violência. A justiça era, com evidência, uma justiça de classe. Parlamentares, juizes, altos funcionários, altos oficiais, colonizadores, ministros, bispos, todos saíam da mesma classe social, todos estavam ligados entre si pelos mesmos elos de dinheiro, de interesse, até de família. A classe operária estava totalmente excluída deste brilhante mundo.

Esta situação modificou-se a partir do momento em que o movimento operário moderno arranca, adquire poder organizacional temível, conquista o sufrágio universal através de imponentes ações diretas (greves políticas na Bélgica, Áustria, Suécia, Holanda, Itália, etc.). A classe operária vê-se largamente representada no Parlamento (e, ao mesmo tempo, obrigada a pagar uma grande parte dos impostos — o que é uma outra história). Partidos operários reformistas participam em governos de coligação com a burguesia. Algumas vezes, começam mesmo a constituir governos formados exclusivamente por representantes de partidos social-democratas (Grã-Bretanha, Escandinávia).

Desde então, a ilusão de um Estado “democrático” acima das classes, “árbitro” real e “conciliador” das oposições de classe, pode mais facilmente ser aceite no seio da classe operária. Uma das funções essenciais do revisionismo reformista é a de difundir largamente tais ilusões. Antes, isso foi apanágio exclusivo da social-democracia. Hoje, os Partidos Comunistas, empenhados numa via neo-reformista, semeiam o mesmo tipo de ilusões.

No entanto, a natureza real do Estado burguês, mesmo o mais “democrático”, revela-se quando se examina, ao mesmo tempo, o seu funcionamento prático e as condições materiais desse funcionamento.

É característico que, à medida que o sufrágio universal vai sendo conquistado pelas massas laboriosas e que os representantes operários entram em força nos Parlamentos, o centro de gravidade do Estado, fundado sobre a democracia parlamentar, desloca-se invariavelmente do Parlamento para o aparelho de Estado burguês permanente: “os ministros vêm e vão, mas a política permanece”.

Ora, este aparelho de Estado, pela forma como é recrutado nas cúpulas, pela maneira como organiza a sua hierarquia, pelas regras de seleção e de carreira que a ele presidem, segrega uma simbiose perfeita com a média e a grande burguesia. Indissolúveis laços ideológicos, sociais e econômicos ligam este aparelho à classe burguesa. Todos os altos funcionários têm remunerações tais que lhes permitem a acumulação privada de capital, por vezes modesta mas sempre real, o que interessa essas pessoas, mesmo individualmente, na defesa da propriedade privada e na boa marcha da economia capitalista.

Além disso, o Estado fundado sobre o parlamentarismo burguês pertence em corpo e alma ao Capital pelas cadeias de ouro da dependência financeira e da dívida pública. Nenhum governo burguês pode governar sem recorrer constantemente ao crédito, controlado pelos bancos, ao capital financeiro, à grande burguesia. Qualquer política anticapitalista que um governo reformista tente sequer esboçar, esbarra imediatamente com a sabotagem financeira e econômica dos capitalistas. A “greve dos investimentos”, a evasão dos capitais, a inflação, o mercado negro, a queda da produção, o desemprego, resultam rapidamente desta réplica.

Toda a história do século XX o confirma: é impossível utilizar o parlamento burguês e o governo, fundados sobre a propriedade capitalista e o Estado burguês, contra a burguesia, de modo conseqüente. Toda a política que pretenda efetivamente seguir uma via anticapitalista, vê-se rapidamente confrontada com o dilema: ou capitular ante a chantagem movida pelo poder do Capital, ou destruir o aparelho de Estado burguês e substituir as relações de propriedade capitalista pela apropriação coletiva dos meios de produção.

### 3. Os limites das liberdades democráticas burguesas

Não foi por acaso que o movimento operário esteve na vanguarda da luta pelas liberdades democráticas nos séculos XIX e XX. Defendendo essas liberdades, o movimento operário defendia ao mesmo tempo as condições mais favoráveis para a sua própria ascensão. A classe operária é a classe mais numerosa da sociedade contemporânea. A conquista das liberdades democráticas permite-lhe organizar-se, adquirir a garantia do grande número, exercer um peso cada vez maior na balança das relações de força.

Além disso, as liberdades democráticas conquistadas em regime capitalista constituem a melhor escola da democracia substancial que os trabalhadores usufruirão amanhã, após ter suprimido o reinado do capital. É com razão que Trotsky se refere às “células de democracia proletária no seio da democracia burguesa”, que representam as organizações de massa da classe operária, possibilidade dos trabalhadores efetuarem congressos e desfiles, de organizar greves e manifestações de massa, de possuir a sua imprensa, as suas escolas, os seus teatros, os seus cineclubes, etc.

Mas é precisamente porque as liberdades democráticas se revestem de uma importância capital aos olhos dos trabalhadores, que mais importante se torna apreender os limites da democracia parlamentar burguesa, mesmo a mais avançada, do ponto de vista dessas liberdades.

Desde logo, a democracia parlamentar burguesa é uma democracia indireta, no interior da qual apenas alguns milhares ou dezenas de milhares de mandatários (deputados, senadores, governadores civis, presidentes de câmaras, conselheiros municipais, etc.) participam da administração do Estado. A esmagadora maioria dos cidadãos é excluída dessa participação. O seu único poder é o de depor um boletim de voto nas urnas, de tantos em tantos anos.

Depois, a igualdade política numa democracia parlamentar burguesa é uma igualdade meramente formal e não uma igualdade real. Formalmente, o rico e o pobre têm o mesmo “direito” de fundar um jornal, cujo funcionamento custa muitos milhões de escudos. Formalmente, o rico e o pobre têm igual “direito” de comprar um tempo de emissão na TV e a mesma “possibilidade” de influenciar o eleitor. Mas, como o exercício prático desses direitos pressupõe a movimentação de poderosos meios materiais, só o rico disso plenamente aproveita. O capitalista conseguirá assim influenciar um grande número de eleitores que dele dependem materialmente, comprar jornais, estação de rádio ou períodos de tempo na TV, graças aos seus subsídios.

Finalmente, mesmo fazendo abstração de todos os limites estes, próprios da democracia parlamentar burguesa, e supondo erradamente que esta seja perfeita, permanece o fato de se tratar apenas de uma democracia política. Mas para que serve uma igualdade política entre o rico e o pobre — que está longe de ser real! — se ao mesmo tempo coincide, não desde alguns anos mas desde meio século até um século ou mais, com uma desigualdade social e econômica enorme, que vai sempre aumentando? Mesmo que os ricos e os pobres tivessem exatamente os mesmos direitos políticos, os primeiros não deixariam de conservar um enorme poder econômico e social que falta aos segundos, e que subordina inevitavelmente os segundos aos primeiros na vida de todos os dias.

### 4. Repressão e ditaduras burguesas

A natureza de classe do Estado fundado sobre a democracia parlamen-

tar burguesa, mostra-se da maneira mais clara quando se examina o seu papel repressivo. São conhecidos inúmeros conflitos sociais em que as forças para-militares e militares intervêm para suprimir piquetes de greve, dispersar manifestações operárias, fazer evacuar fábricas ocupadas pelos trabalhadores, alvejar os grevistas. Não há um caso conhecido em que aquelas forças da burguesia tenham intervindo para deter os patrões quando despedem os operários, tenham ajudado os trabalhadores a ocupar fábricas fechadas pelo Capital, ou tenham alvejado burgueses que promovem a carestia de vida, a evasão dos capitais ou a fraude fiscal.

Os apologistas da democracia burguesa replicarão que os operários violam a "lei" em todos os casos citados, e que ameaçam a "ordem pública" que as forças de repressão supostamente defendem. A resposta é que isso só confirma que a "lei" em nada é neutra e que é *uma lei burguesa que protege a propriedade capitalista*; que as forças de repressão estão ao serviço dessa propriedade; que por isso se comportam muito diferentemente, conforme são os operários ou os capitalistas a cometer infrações formais da "lei"; e que nada melhor confirma o caráter fundamentalmente burguês do Estado.

Em tempos normais os aparelhos de repressão desempenham um papel marginal na manutenção do regime capitalista, tanto quanto este é respeitado de fato, na vida diária, pela grande maioria das classes laboriosas. Mas tudo se passa de maneira diferente nos períodos de crise aguda (seja ela política, econômica, social, militar ou financeira) durante os quais o regime capitalista é profundamente abalado, durante os quais as massas laboriosas manifestam a sua vontade de derruir o regime, ou durante os quais este já não consegue funcionar normalmente.

Então, a repressão sobe ao primeiro plano da cena política. Então, a natureza profunda do Estado burguês revela-se bruscamente em toda a sua nudez: *um grupo de homens armados ao serviço do Capital*. Assim se confirma uma regra mais geral da história das sociedades de classe. Quanto mais estável é essa sociedade mais se permite o luxo de conceder diversas liberdades formais aos oprimidos. Quanto mais se torna instável e se vê sacudida por crises profundas, mais deve exercer o poder político pela via da violência, sem frases. O fascismo torna-se a via de contenção.

Assim, a história dos séculos XIX e XX está semeada de diversas experiências de supressão de todas as liberdades democráticas dos trabalhadores por meio de ditaduras burguesas: militaristas, bonapartistas ou fascistas. A ditadura fascista é a forma mais brutal e a mais bárbara de ditadura ao serviço do grande capital.

Caracteriza-se, em particular, pelo fato que não suprime somente as liberdades das organizações revolucionárias ou radicais da classe operária, mas vai até procurar esmagar qualquer forma de organização coletiva e de resistência dos trabalhadores, incluindo os sindicatos e as formas mais elementares de greves. Caracteriza-se ainda pelo fato de que a *tentativa de atomizar a classe*

*operária*, para se tornar tanto quanto possível eficaz, não pode apoiar-se apenas no aparelho de repressão tradicional (exército, forças para-militares, juizes), mas, também, em *bandos armados privados*, arregimentados por sua vez no meio de um movimento de massa: o da pequena burguesia empobrecida e desesperada pela crise e a inflação, e que o movimento operário não conseguiu atrair ao seu campo por meio de uma ofensiva anticapitalista.

A classe operária e a sua vanguarda revolucionária não podem manter-se neutras perante o ascenso do fascismo. Devem defender com unhas e dentes as suas liberdades democráticas. Para isso, devem opor uma frente única de todas as organizações operárias, incluindo os mais reformistas e os mais moderados, à progressão do fascismo, a fim de esmagar no ovo a fera malfazeja. Devem criar as suas próprias unidades de autodefesa contra os bandos armados do capital, não confiando na proteção do Estado burguês. Milícias operárias apoiadas pela massa dos trabalhadores, unificando todas as organizações operárias e impedindo toda a tentativa fascista de aterrorizar um qualquer setor das massas, de desfazer uma só greve, de dispensar uma só reunião de qualquer organização operária — eis a via para obstruir o caminho à barbárie fascista, que, de contrário, conduz aos campos de concentração, aos massacres e torturas, a Buchenwald e a Auschwitz. De resto, todo o sucesso nesta via permite às massas laboriosas passar resolutamente à contra-ofensiva e abater conjuntamente a ameaça fascista e o regime capitalista que a fez surgir e que a alimenta.

##### 5. A democracia proletária

O Estado operário, a ditadura do proletariado e a democracia proletária, que os marxistas desejam substituir ao Estado burguês, que no fundo e em definitivo é a ditadura da burguesia, mesmo quando sob a sua forma mais democrática, caracterizam-se *por uma extensão e não por uma restrição das liberdades democráticas efetivas*, para a massa dos cidadãos que trabalham. Sobre tudo após a experiência desastrosa do estalinismo, que minou a credibilidade das garantias democráticas dos Partidos Comunistas oficiais, é indispensável reafirmar vigorosamente este princípio de base.

O Estado operário será mais democrático que o Estado fundado sobre a democracia parlamentar, na medida em que *alargue ao máximo a área da democracia direta*. Será um Estado que começará a extinguir-se desde o seu nascimento, pela entrega de domínios inteiros da atividade social à autogestão e à auto-administração dos cidadãos envolvidos (correios, telecomunicações, saúde, ensino, cultura, etc.) Associará a massa dos trabalhadores, organizados em *conselhos operários*, ao exercício direto do poder, abolindo as fronteiras fictícias entre o poder executivo e o poder legislativo. Eliminará o "carreirismo" da vida pública, pela limitação dos ordenados dos funcionários, incluindo os situados mais alto, ao salário de um operário de qualificação média. Entrava-



rá a formação de uma nova casta de administradores vitalícios, pela introdução do princípio da *rotação obrigatória* em relação a qualquer delegação de poder.

O Estado operário será mais democrático que o Estado fundado sobre a democracia parlamentar na medida em que *criar as bases materiais para o exercício das liberdades democráticas por todos*. As imprensas, as estações de rádio e de TV, as salas de reunião tornar-se-ão propriedade coletiva e serão postas à disposição efetiva de qualquer grupo de trabalhadores que reclame a sua utilização. Os conselhos operários defenderão inflexivelmente a liberdade de criar diversas organizações políticas, incluindo as de oposição; criar uma imprensa de oposição; expressão das minorias políticas na imprensa, rádio e TV. O armamento geral das massas laboriosas, a supressão do exército permanentes e dos aparelhos de televisão, a eleição dos juizes, a total publicidade de todos os processos, constituirão a mais sólida garantia de que nenhuma minoria poderá arrogar-se o direito de excluir qualquer grupo de cidadãos laboriosos do exercício das liberdades democráticas.

## XI — A PRIMEIRA GUERRA IMPERIALISTA E A REVOLUÇÃO RUSSA

A deflagração da 1a. guerra mundial é o mais claro sinal da entrada do capitalismo na sua fase de declínio. Tudo o que de progresso havia trazido à humanidade, estava doravante ameaçado. Imensos recursos materiais passam a ser periodicamente destruídos: 1a. guerra mundial; crise econômica de 1929 —32; 2a. guerra mundial; guerras coloniais de reconquista; numerosas “secções”. A sobrevivência do capitalismo salda-se por verdadeiras hecatombes de vidas humanas. Ditaduras sangrentas, militares ou fascistas, varrem as aquisições das grandes revoluções democrático-burguesas. A humanidade vê-se colocada ante o dilema: socialismo ou barbárie.

### 1. O movimento operário internacional e a guerra imperialista

Durante o decênio que precedeu 1914, a Internacional Socialista e todo o movimento operário internacional haviam-se esforçado por educar e mobilizar as massas laboriosas contra a progressão das ameaças de guerra. A corrida aos armamentos, a multiplicação dos conflitos “locais”, o agravamento das contradições inter-imperialistas, tudo anunciava claramente a iminência da conflagração. A Internacional lembrara aos trabalhadores de todos os países que os seus interesses eram comuns e que não tinham que sancionar as sórdidas querelas entre possesores: querelas pela partilha dos lucros arrancados aos proletários e aos povos colonizados do mundo.

Mas, quando a guerra estalou em 1914, a maior parte das direções social-democratas capitularam ante a vaga “chauvine” desencadeada pela burguesia. Cada uma delas identificou-se com o “seu” campo imperialista, contra a barbárie do “absolutismo tsarista”. Para os dirigentes social-democratas belgas, franceses, britânicos, a luta contra o “militarismo prussiano” passava à frente de tudo.

Nos dois campos, o alinhamento “chauvine” sobre a defesa nacional da “pátria” imperialista, implicava a supressão da propaganda antimilitarista, socialista revolucionária, e mesmo a interrupção de toda a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores, incluindo os imediatos. Proclamava-se a “união sagrada” dos proletários e dos capitalistas ante “o inimigo estrangeiro”. Mas, como esta “união sagrada”, tal como a guerra, não modificava em nada a natureza capitalista, quer dizer, exploradora, de economia e da sociedade, o social-patriotismo implicou a aceitação de fato de um agravamento das condições de vida e de trabalho dos operários e de um enriquecimento escanda-

Capa  
Peter  
Revisão  
C. Kl



33  
Ma

1982  
Direitos des-  
Editora Mov  
República, 1  
Porto Alegre

loso dos trustes e outros traficantes de guerra capitalistas.

## 2. A guerra imperialista desemboca na crise revolucionária

Nestas condições, as contradições do social-patriotismo tinham que manifestar-se rapidamente. Os dirigentes reformistas mais astutos explicavam que as próprias massas eram favoráveis à guerra e que um partido operário de massa não podia opor-se aos sentimentos predominantes do povo. Mas cedo os sentimentos predominantes no seio das massas se transformaram em descontentamento, em oposição à guerra, em revolta. Nesse momento, os dirigentes social-patriotas alemães Scheideman e Noske, os dirigentes social-patriotas franceses Renaudel e Jules Guede nada fizeram para "se adaptar aos sentimentos predominantes no seio da classe operária". Pelo contrário, esforçaram-se por evitar o deflagrar de greves e de manifestações de massa, participando em governos de coligação com a burguesia, ajudando esta a reprimir a propaganda antimilitarista, grevista e revolucionária, sabotando o desenvolvimento das lutas operárias. E quando as revoluções acabaram por eclodir, os dirigentes social-democratas — que tinham aprovado o massacre de milhões de soldados em luta pela causa dos cofres-fortes — voltaram bruscamente a descobrir a sua alma pacifista e suplicaram aos operários que não recorressem à violência, que evitassem fazer correr sangue. No início da guerra, quando as massas eram manipuladas pela propaganda burguesa e pela traição dos seus próprios dirigentes, um punhado apenas de socialistas revolucionários se manteve fiel ao internacionalismo proletário, recusando fazer causa comum com a sua própria burguesia: Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, na Alemanha; Monatte e Rosmer, em França; o SDP na Holanda; MacLean, na Grã-Bretanha; Debs, nos Estados Unidos; na Itália, Sérvia e Bulgária, a maioria do partido social-democrata manteve posições internacionalistas.

A Internacional Socialista tinha ruído. Num primeiro momento, os internacionalistas agruparam-se através das conferências de Zimmerwald (1915) e Kienthal (1916). No entanto, diferenciaram-se em duas correntes; uma corrente centrista, que na realidade desejava reconstruir uma Internacional reunificada com os social-patriotas, e uma corrente revolucionária, orientada no sentido da constituição de uma Terceira Internacional.

Lenine, que foi a alma da esquerda zimmerwaldiana, assentava as suas análises na certeza de que a guerra ia agravar todas as contradições do sistema imperialista e desembocar numa crise revolucionária de envergadura. Nesta perspectiva, os internacionalistas podiam encarar uma inversão espetacular da relação de forças entre a extrema-esquerda e a direita do movimento operário.

Estas previsões iriam confirmar-se a partir de 1917. A revolução russa estalou em Março de 1917. Em Novembro de 1918, a revolução estala na Alemanha e na Áustria-Hungria. Em 1919-29, um ascenso revolucionário de

grande envergadura convulsiona a Itália, sobretudo nas regiões industriais do Norte. A separação entre social-patriotas e internacionalistas alarga-se a uma separação entre social-democratas, recusando romper com o Estado burguês e o capitalismo, e comunistas, orientados para a vitória da revolução proletária, para Repúblicas de conselhos operários. Os primeiros adotam uma posição francamente contra-revolucionária logo que as massas ameaçaram a ordem burguesa.

## 3. A revolução de fevereiro de 1917 na Rússia

Em fevereiro de 1917 (março segundo o calendário ocidental) a autocracia tsarista afundou-se sob o efeito combinado de sublevações operárias, da fome e da decomposição do exército, quer dizer, da crescente oposição à guerra no seio do campesinato. O insucesso da revolução russa de 1905 tinha sido devido à falta de conjugação entre o movimento operário e o movimento camponês. A sua conjugação em 1917 tornou-se fatal para o tsarismo.

A classe operária desempenhara o papel principal nos acontecimentos revolucionários de Fevereiro de 1917. Mas, por falta de uma direção revolucionária, tinha visto a sua vitória frustrada. O poder executivo arrancado ao tsarismo passava às mãos de um Governo Provisório, aliado os partidos burgueses, como os cadetes, (democratas-constitucionais) aos grupos moderados do movimento operário (mencheviques e socialistas-revolucionários).

No entanto, o movimento de massa era de tal modo poderoso que pôde criar a sua própria estrutura organizacional: a dos conselhos (soviets) de delegados de operários, de soldados e de camponeses, apoiados nos guardas vermelhos armados. Assim, a Rússia conheceu, a partir de fevereiro de 1917, um regime de dualidade de poder de fato. O Governo Provisório, recoberto por um aparelho de Estado burguês em lenta desagregação, via-se confrontado por uma rede de soviets que progressivamente construía um poder de Estado operário.

Os acontecimentos deram assim incontestável confirmação à previsão formulada por Léon Trotsky desde o fim da revolução russa de 1905, segundo a qual a Rússia iria cobrir-se de soviets quando da sua futura revolução. Os marxistas russos e internacionalistas eram obrigados a rever a sua análise de natureza social da revolução russa em curso.

Estes marxistas tinham tradicionalmente considerado que a revolução russa iria ser uma revolução burguesa. Sendo a Rússia um país atrasado, as tarefas fundamentais a resolver por esta revolução afiguravam-se-lhes semelhantes às das grandes revoluções democrático-burguesas dos séculos XVIII e XIX: derrubar o absolutismo; conquistar as liberdades democráticas bem como uma constituição; libertar os camponeses das sobrevivências semifeudais; libertar as nacionalidades oprimidas; criar um mercado nacional unificado para assegurar a rápida expansão do capitalismo industrial, indispensável

Capa  
Peter  
Revisão  
C. Kli



33  
Ma

1982  
Direitos dest  
Editora Mov  
República, 1  
Porto Alegre

para preparar a ulterior vitória de uma revolução socialista. Disto resultava uma estratégia de aliança entre a burguesia liberal e o movimento operário, devendo este último contentar-se em lutar por objetivos de classe imediatos (jornada de 8 horas, liberdade de organização e de greve, etc.), ao mesmo tempo que se abandonava a espada nas mãos da burguesia para esta completar mais radicalmente a obra da "sua" revolução.

Lenine rejeitou esta estratégia em 1905, lembrando a análise que Marx havia feito da atitude burguesa desde a revolução de 1848: desde que o proletariado surge na cena política, a burguesia desliza para o campo da contra-revolução, por medo duma revolução operária. Lenine não alterou a análise das tarefas históricas da revolução russa, tal como os marxistas russos a haviam formulado tradicionalmente. Mas, do caráter claramente contra-revolucionário do comportamento da burguesia, concluiu da impossibilidade de realizar essas tarefas por meio de uma aliança entre a burguesia e o proletariado. A essa idéia substituiu a de uma aliança entre o proletariado e o campesinato.

#### 4. A teoria da revolução permanente

Lenine concebeu esta "ditadura democrática dos operários e camponeses" sobre a base de uma economia ainda capitalista e no quadro de um Estado ainda burguês. Trotsky pôs o dedo sobre a fraqueza desta concepção: a incapacidade crônica do campesinato (admitida por Lenine depois de 1917) em se constituir em força política autônoma. Através de toda a história moderna, o campesinato sempre seguiu, em última análise, uma direção burguesa ou uma direção proletária. Se é fatal que a burguesia deslize para o campo da contra-revolução, a sorte da revolução depende da capacidade do proletariado em conquistar a hegemonia política no seio do movimento camponês, e em estabelecer a aliança entre operários e camponeses, sob a sua própria direção. Por outras palavras: a revolução russa não poderia triunfar e realizar as suas tarefas revolucionárias sem a conquista de poder político pelo proletariado e a criação de um Estado operário apoiado na aliança com o campesinato trabalhador.

Assim, a teoria da revolução permanente proclama que, na época imperialista, e por força dos inúmeros laços que ligam a burguesia dita "nacional" ou "liberal" dos países subdesenvolvidos ao imperialismo estrangeiro por um lado, e às antigas classes possidentes por outro lado, as tarefas históricas da revolução democrático-burguesa (revolução agrária, independência nacional, liberdades democráticas, unificação do país para o progresso da indústria) apenas podem ser realizadas através da ditadura do proletariado, apoiado no campesinato. Esta previsão de Trotsky, em 1906, foi inteiramente confirmada pelo curso da revolução russa de 1917. E foi também confirmada pelo curso de todas as revoluções que, a partir de então, se verificaram em países

subdesenvolvidos.

#### 5. A revolução de Outubro de 1917

Regressando da emigração à Rússia, Lenine apercebeu-se imediatamente da existência de imensas possibilidades revolucionárias. Com as suas "Teses de Abril" reorienta o partido bolchevique no sentido da teoria da revolução permanente. É preciso lutar pela conquista do poder pelos soviets, para o estabelecimento da ditadura do proletariado. Esta posição, a princípio contestada pelos antigos dirigentes bolcheviques (Estaline, Kamenev, Molotov, entre outros) que se agarram às fórmulas de 1905, desejam a unificação com os mencheviques e pretendem dar um apoio crítico ao governo provisório, é rapidamente aceite pelo conjunto do partido, em especial sob a pressão dos operários bolcheviques de vanguarda, que a haviam instintivamente adotado mesmo antes de formulada conscientemente por Lenine. Os partidários de Trotsky aderiram aos bolcheviques, que se lançam à conquista da maioria dos trabalhadores.

Após várias peripécias (sublevações prematuras em julho, "putsch" contra-revolucionário falhado do general Kornilov, em agosto) os bolcheviques adquirem a maioria nos soviets das maiores cidades, desde setembro de 1917. A partir daí, a luta pela conquista do poder passa à ordem do dia. Torna-se realidade em outubro (novembro segundo o calendário ocidental) sob a direção do Comité Militar Revolucionário de Petrogrado, presidido por Trotsky, sob mandato do soviete desta cidade.

Este soviete conseguiu assegurar-se da antecipada lealdade de quase todos os regimentos estacionados na antiga capital tsarista; estes regimentos recusaram obedecer ao estado-maior do exército burguês. Deste modo a insurreição, que coincide com o 2º Congresso pan-russo dos soviets, triunfa quase sem efusão de sangue. O antigo aparelho de Estado e o governo provisório, afundam-se. O 2º Congresso dos soviets vota por grande maioria a passagem do poder aos soviets de operários e camponeses. Pela primeira vez na história e sobre todo o território de um grande país, é criado um Estado segundo o modelo da Comuna de Paris, um Estado operário.

#### 6. A destruição do capitalismo na Rússia

Na sua teoria da revolução permanente, Trotsky tinha predito que, após a conquista do poder, o proletariado não poderia contentar-se em realizar as tarefas históricas da revolução democrático-burguesa e seria obrigado a apoderar-se das fábricas, a eliminar a exploração capitalista e a iniciar a construção de uma sociedade socialista. Foi exatamente isso o que aconteceu na Rússia após outubro de 1917.

O programa do governo que subiu ao poder quando do 2º Congresso

Capa  
Peti  
Revisão  
C. I



3  
M

1982  
Direitos de  
Editora Mo  
República,  
Porto Alegre

dos soviets tinha-se limitado, no imediato, a estabelecer o controle operário sobre a produção, por as tarefas imediatas da revolução de outubro serem consideradas, antes de tudo: o restabelecimento da paz, a divisão da terra, a solução da questão nacional e a criação de um verdadeiro poder soviético sobre todo o território da Rússia.

Mas, como era inevitável, a burguesia decidiu sabotar a aplicação da política do novo poder. Os trabalhadores, sentindo-se os mais fortes, não toleraram nem a exploração nem a sabotagem dos capitalistas. Passou-se, assim, muito rapidamente, do estabelecimento do controle operário à nacionalização dos bancos, das grandes fábricas, dos organismos de transporte. Em breve todos os meios de produção, salvo os dos camponeses e de pequenos artífices, passam às mãos do povo.

A organização de uma economia fundada sobre a propriedade coletiva dos meios de produção tinha inevitavelmente que deparar com numerosas dificuldades num país essencialmente atrasado, no qual o capitalismo estava longe de ter concluído a tarefa de criar os fundamentos materiais do socialismo. Os bolcheviques tinham perfeita consciência desta dificuldade, mas estavam convencidos que não permaneceriam isolados por muito tempo. A revolução proletária iria produzir-se em numerosos países industrialmente avançados, sobretudo na Alemanha. A fusão entre a revolução russa, a revolução alemã, a revolução italiana, podia criar uma inabalável base de partida material para a criação de uma sociedade sem classes.

A história demonstra que essas esperanças não eram sem fundamento. Efetivamente, a revolução estalou na Alemanha. E na Itália, em 1919-20, esteve-se muito perto disso.

A revolução russa apostou a fundo no seu papel de detonador e de modelo estimulante da revolução socialista mundial. Aqueles que dentre os social-democratas russos e europeus troçaram, depois, que os "sonhos" de Lenine e Trotsky acerca da revolução mundial se haviam mostrado não realizáveis, que a revolução russa estava condenada ao isolamento e que iria revelar-se utópico o propósito de construir uma economia socialista num país atrasado, esqueceu-se que a derrota da explosão revolucionária de 1919-20 na Europa central em nada se deveu à falta de lutas ou de vigor revolucionário mas sobretudo ao papel deliberadamente contra-revolucionário que a social-democracia internacional na circunstância desempenhou.

Neste sentido, Lenine, Trotsky e os seus camaradas ao conduzirem o proletariado de um primeiro país à conquista do poder político, fizeram a única coisa que os marxistas-revolucionários podem fazer para modificar as relações de força em favor da sua classe: explorar a fundo as ocasiões mais favoráveis que existem num país para derrubar o poder do Capital. Isso, em si mesmo, não chega para *decidir* do desfecho da luta internacional entre o Capital e o Trabalho. Mas, em todo o caso, constitui o único meio de *influenciar* o desfecho dessa luta num sentido favorável ao proletariado.

## XII – O ESTALINISMO

### 1. O fracasso do ascenso revolucionário de 1918-23 na Europa

A revolução internacional, esperada pelo proletariado russo e pelos dirigentes bolcheviques, estalou com efeito em 1918. Na Alemanha e na Áustria foram criados conselhos de operários e soldados. Na Hungria, foi proclamada uma República dos Conselhos, em março de 1919; na Baviera, em abril de 1919. Os operários da Itália do Norte, em efervescência crescente desde 1919, ocuparam todas as fábricas em abril de 1920. Outros países foram atravessados por poderosas correntes revolucionárias, como a Finlândia, a Polônia, a Tchecoslováquia e a Bulgária. A Holanda viu-se sob a ameaça iminente de uma greve geral. Na Grã-Bretanha, os operários estabeleceram a "tríplice aliança" dos três maiores sindicatos do país, que abalou o governo.

Mas esta vaga revolucionária acabou por fracassar. As razões principais deste fracasso são as seguintes:

– a Rússia dos Soviéticos via-se dilacerada por uma guerra civil. Os antigos terra-tenentes e oficiais tsaristas, apoiados pelos capitalistas russos e estrangeiros, esforçaram-se por derrubar pela primeira república de operários e camponeses. Por isso, o poder dos soviets apenas podia conceder uma ajuda material e militar reduzida às revoluções européias, que, por outro lado, eram atacadas por todos os exércitos imperialistas;

– a social-democracia internacional colocou-se, sem hesitar, no campo da contra-revolução, esforçando-se, através de todas as promessas e embustes imagináveis (na Alemanha, prometendo desde fevereiro de 1919 a socialização imediata da grande indústria, o que evidentemente de modo nenhum foi realizado) de afastar os trabalhadores da luta pelo poder. Não teve a mínima hesitação em organizar a violência contra-revolucionária, designadamente através dos "corpos francos", utilizados para socorrer Noske contra a revolução alemã. Estes corpos francos foram o núcleo dos futuros bandos nazis;

– os jovens partidos comunistas, que tinham fundado a III Internacional, careciam de experiência e de maturidade, o que os levou a cometer múltiplos erros "esquerdistas" ou direitistas;

– a burguesia, apavorada pelo espectro revolucionário, fez subitamente, em numerosos países, importantes concessões econômicas aos trabalhadores, designadamente, a jornada de 8 horas e o sufrágio universal, o que travou o ascenso revolucionário em vários desses mesmos países.

Capa  
Peter  
Revisão  
C. Kl



33  
Ma

1982  
Direitos des  
Editora Mov  
República, 1  
Porto Alegre

Os primeiros reveses da revolução terminaram por derrotas sangrentas, na Hungria, onde a República dos Sovietes foi esmagada num banho de sangue, e na Itália, onde o fascismo tomou o poder em 1922. Na Alemanha, contudo, o Partido Comunista pôde reforçar-se, adquirir uma base de massas cada vez mais ampla e lançar-se em 1922-23 à conquista dos grandes sindicatos e dos conselhos de empresa. O ano de 1923 viu surgir neste país uma crise revolucionária excepcional: ocupação do Ruhr pelo exército francês; inflação galopante; greve geral vitoriosa que derrubou o governo Cuno; constituição de governos de coligação socialistas de esquerda-comunistas na Saxônia e Turíngia. Mas o Partido Comunista, mal aconselhado pela Internacional Comunista, falhou na organização sistemática da insurreição, no momento mais propício. O grande capital pôde restabelecer a situação, estabilizar o marco e reconduzir ao poder uma coligação burguesa. Estava assim terminada a crise revolucionária do após-guerra.

## 2. O ascenso da burocracia soviética

A Rússia dos Sovietes tinha concluído vitoriosamente a guerra civil em 1920-21. Mas tinha saído exangue desta guerra. A produção agrícola e industrial tinha baixado de maneira catastrófica. A fome flagelava grandes regiões do país. Para dar remédio a esta situação, Lenine e Trotsky decidiram fazer um recuo econômico. A propriedade mantinha-se nacionalizada em relação a toda a grande indústria, aos bancos e ao sistema de transportes. Mas era restabelecida a liberdade de comércio para os excedentes agrícolas, depois de pago o imposto em espécie. O artesanato, o comércio e a pequena indústria privados eram restabelecidos.

Para os bolcheviques, devia tratar-se de uma medida temporária, de que mediam os riscos, sobretudo no plano econômico: o enriquecimento da pequena burguesia podia reproduzir de forma permanente a acumulação capitalista privada. Mas as conseqüências sociais e políticas do isolamento da revolução proletária, num país atrasado, eram muito mais temíveis do que aqueles perigos econômicos. E podem resumir-se assim: *o proletariado russo perdia cada vez mais o exercício direto do poder político e econômico*. Sobre as suas costas, uma nova camada privilegiada começa a subir. Esta burocracia adquiriu um verdadeiro monopólio do exercício do poder em todos os domínios da sociedade.

Este processo não foi o resultado de um *complot* premeditado. Resultou da interação de um grande número de fatores. O proletariado viu-se enfraquecido numericamente pela queda da produção industrial e o êxodo para os campos. Sob o peso da fome e das privações, despolitizou-se parcialmente. Os seus elementos mais conscientes foram absorvidos pelo aparelho soviético. Muitos dos seus melhores filhos foram mortos durante a guerra civil. Todo este agitado período não foi propício à formação de quadros, técnica e cultural-

mente qualificados, no seio da classe operária. A "intelligentsia" pequeno-burguesa e burguesa pôde por isso conservar de fato o seu monopólio de conhecimentos. Um período de grandes penúrias é sempre propício à aquisição e defesa de privilégios materiais.

Também não se deve pensar que este processo passou despercebido aos marxistas revolucionários russos. Desde 1920 que a Oposição Operária, no seio do PC soviético, faz soar o alarme, mas propondo soluções largamente inadequadas. Desde 1921, Lenine manifesta viva inquietação pelo perigo burocrático, denomina o Estado russo um Estado operário burocraticamente deformado e, semi-impotente, nota o predomínio da burocracia nascente sobre o próprio aparelho do Partido. Desde 1923, constitui-se a Oposição de Esquerda trotskista, que fará da luta contra a burocracia um dos pontos essenciais do seu programa.

Seria igualmente errado crer que a progressão da burocracia soviética representa um fenômeno inevitável. Embora mergulhe raízes profundas na realidade social e econômica da Rússia do início dos anos 20, nem por isso era menos possível contrariá-la, com reais possibilidades de sucesso. O Programa trotskista da Oposição de Esquerda visava criar as condições propícias para corrigir a situação:

- a) acelerando a industrialização da Rússia e aumentando assim o peso específico do proletariado na sociedade;
- b) aumentando os salários, e combatendo o desemprego, com vista ao aumento de confiança das massas operárias em si próprias;
- c) alargando imediatamente a democracia soviética e a democracia no seio do Partido, tendo em vista aumentar a atividade política e a consciência de classe do proletariado;
- d) acentuando a diferenciação no seio do campesinato, ajudando os camponeses pobres, com créditos e máquinas agrícolas, a constituir cooperativas de produção, sobrecarregando os camponeses ricos com impostos progressivos;
- e) mantendo a orientação no sentido da revolução mundial e retificando os erros táticos e estratégicos do Comintern.

Se o conjunto dos dirigentes e dos quadros bolcheviques tivessem compreendido a necessidade e a possibilidade de realizar semelhante programa, teria sido possível a revitalização dos soviets e do exercício do poder pelo proletariado, desde meados dos anos 20. Mas a maior parte dos quadros do Partido eram eles próprios arrastados pelo processo de burocratização. Só demasiado tarde é que a maior parte dos dirigentes compreendeu o perigo mortal que representava a expansão da burocracia. A tibiaza do "fator subjetivo" (do partido revolucionário) juntou-se às condições objetivas propícias, para explicar a vitória da burocracia estalinista na URSS.

Capa  
Pe  
Revisã  
C.

TO  
FA  
NF  
VA  
PR

3  
M

1982  
Direitos c  
Editora N  
República  
Porto Ale

### 3. Natureza da burocracia, natureza social da URSS.

A burocracia não é uma nova classe dominante. Não representa qualquer papel indispensável no processo de produção. É uma camada privilegiada que usurpou o exercício das funções de gestão no Estado e na economia soviética, e que, sobre a base desse monopólio do poder, se arroga substanciais vantagens no domínio do consumo (remunerações elevadas, vantagens em espécie, armazéns especiais, etc.) Não é proprietária dos meios de produção. Não detém nenhuma garantia de conservar essas vantagens nem de as transmitir aos seus filhos; tudo está ligado ao exercício de funções específicas.

Trata-se de uma camada social privilegiada do proletariado, que assenta o seu poder sobre as conquistas da revolução socialista de outubro: nacionalização dos meios de produção; planificação econômica; monopólio de Estado do comércio exterior. É conservadora no mesmo sentido em que o é qualquer burocracia operária; põe a conservação do adquirido acima de qualquer iniciativa de extensão das conquistas revolucionárias.

A burocracia teme a revolução internacional, que ameaça reanimar a atividade política do proletariado soviético e, por isso, minar o seu poder. Deseja pois conservar o *statu quo* internacional. Mas, enquanto que camada social, mantém-se adversária de um restabelecimento do capitalismo na URSS, que destruiria os próprios fundamentos dos seus privilégios (o que não impede que a burocracia seja o caldo de cultura de subgrupos e de subtendências que podem tentar transformar-se em novos capitalistas).

A URSS não é uma sociedade socialista, quer dizer, uma sociedade sem classes.

Continua sendo, como no dia seguinte à revolução de outubro de 1917, uma sociedade de transição entre o capitalismo e o socialismo. O capitalismo pode ser ali restaurado, mas à custa de uma contra-revolução social. O poder direto dos trabalhadores pode ali ser restaurado, mas à custa de uma revolução política que destrua o monopólio do exercício do poder detido pela burocracia.

Não é pelo fato de ser um sistema de “domínio do produtor pelos burocratas”, nem por ter dado prioridade por longo tempo ao desenvolvimento das máquinas à custa do consumo das massas, que a economia soviética merece ser classificada como “capitalista”. O capitalismo é um sistema específico de domínio de classe, caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção, pela concorrência, pela produção mercantil generalizada, pelo caráter mercantil da força de trabalho, pela inevitabilidade das crises periódicas de sobre-produção generalizada. Nenhum destes traços fundamentais pode ser encontrado na economia soviética.

Mas se a economia soviética não é capitalista, também não é socialista, não o é pelo menos no sentido tradicional do termo, tal como ressalta dos textos de Marx, Engels e do próprio Lenine. Uma economia socialista define-

se como o regime dos produtores associados, que regulam eles próprios a sua vida produtiva e social, estabelecendo a hierarquia das necessidades a satisfazer em função dos recursos disponíveis e do tempo de trabalho que se dispõem a consagrar ao esforço produtivo. Na União Soviética, se está longe de tal situação. Uma economia socialista define-se pelo desaparecimento de toda a produção mercantil. Contrariamente à doutrina oficial em curso na URSS, Marx e Engels esclarecem bem que esse depercimento de nenhum modo é inerente à “segunda fase” da sociedade sem classes, correntemente chamada “fase comunista”, mas que ela caracteriza já a primeira fase, comumente chamada “socialista”.

Ao desenvolver a teoria antimarxista sobre a possibilidade de concluir a construção do socialismo num só país, Estaline exprimiu de maneira pragmática o conservantismo pequeno-burguês da burocracia soviética: mistura de funcionários antigos de Estados burgueses, de recém-chegados ao aparelho de Estado soviético, de comunistas desmoralizados e cínicos, de jovens técnicos desejosos de “fazer carreira” sem respeito pelos interesses de classe do proletariado.

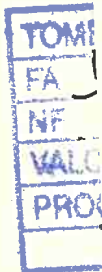
Ao opor a esta teoria a reatualização de noções de base do marxismo (“a sociedade sem classes apenas pode ser realizada à escala internacional, incluindo pelo menos alguns dos principais países industrializados do mundo” — “a revolução começa por triunfar num país, entende-se internacionalmente e enceta afinal um combate decisivo à escala mundial”) Trotsky e a Oposição de Esquerda de modo nenhum defenderam uma posição “atentista” ou “derrotista” em relação à revolução russa. Procuraram desde logo impulsionar, mais cedo do que Estaline, e de maneira mais racional, a industrialização do país. Foram e continuam sendo partidários da defesa da URSS contra o imperialismo, da defesa do que subsiste das conquistas de Outubro contra toda a tentativa de restaurar o capitalismo na URSS. Mas compreenderam que a sorte da URSS seria decidida em definitivo pelo desfecho da luta de classe à escala internacional. Hoje como ontem, esta conclusão impõe-se como válida.

### 4. O que é o estalinismo?

Ao pronunciar o seu famoso requisitório contra os crimes de Estaline, no XX Congresso do PCUS, N.S. Kroutchev explicou esses crimes pelo “culto da personalidade” que teria reinado durante a ditadura de Estaline. Esta explicação subjetiva, digamos psicológica, de um regime político que subverteu a vida de dezenas de milhões de seres humanos, é incompatível com o marxismo. O fenômeno do estalinismo não pode ser reduzido às particularidades psicológicas ou políticas de um homem. Trata-se de um fenômeno social, cujas raízes sociais devem ser postas a nu.

Na URSS, o estalinismo é a expressão da degenerescência burocrática

Capa  
Peter  
Revisão  
C. Kli



33  
Ma

1982  
Direitos desta  
Editora Mov  
República, 1  
Porto Alegre

do primeiro Estado operário, no qual uma camada social privilegiada usurpou o exército do poder político e econômico. As formas brutais (terror policial, purgas maçicas dos anos 30 e 40, assassinato de quase todos os antigos quadros do PCUS, processo de Moscou, etc.) e as formas mais "sutis" desse poder burocrático, podem variar. Mas, depois de Estaline como sob Estaline, os fundamentos da degenerescência burocrática subsistem.

O poder não é exercido por sovietes livremente eleitos por todos os trabalhadores. As empresas não são geridas por trabalhadores. Nem a classe operária, nem os membros do partido comunista dispõem das liberdades democráticas necessárias para poder livremente determinar as grandes opções de política econômica e cultural, interna e internacional.

No mundo capitalista, o estalinismo significa a subordinação, pelos partidos que seguem a política do Kremlin, dos interesses da revolução socialista no seu próprio país aos interesses da diplomacia do Kremlin. Este utiliza os partidos comunistas estalinizados, bem como o movimento de massa que controlam, como moeda de troca nos seus esforços para estabelecer e manter o statu quo internacional com o imperialismo.

No plano ideológico, o estalinismo representa uma deformação apolo-gética e pragmática da teoria marxista. Em lugar de servir de instrumento de análise da evolução das contradições do capitalismo, das relações de força entre classes, da realidade objetiva da sociedade de transição do capitalismo para o socialismo, a fim de apoiar a luta de emancipação do proletariado, a teoria marxista é rebaixada ao nível de instrumento de justificação das sucessivas "viragens táticas" do Kremlin e dos partidos estalinistas.

O estalinismo procura justificar estas manobras em nome das necessidades de defesa da URSS, "bastião principal da revolução mundial" antes da 2ª guerra mundial, "centro do campo mundial do socialismo" depois da 2ª guerra mundial. Os trabalhadores devem efetivamente defender a URSS contra as tentativas do imperialismo para ali restabelecer o domínio do capital.

Mas as manobras táticas estalinistas que contribuíram para a derrota de tantas revoluções no mundo; que facilitaram o acesso ao poder de Hitler na Alemanha em 1933; que condenaram a revolução espanhola de 1936 à derrota; que obrigaram as massas comunistas francesas e italianas a reconstruir o Estado burguês e a economia capitalista nestes países em 1944-46; que conduziram ao esmagamento sangrento os movimentos revolucionários do Iraque, da Indonésia, do Brasil, do Chile e de tantos outros países desde então — não correspondem de modo algum aos interesses da União Soviética, como Estado. Apenas correspondem aos interesses estreitos da defesa dos privilégios da burocracia soviética, contrários em todos os casos aos verdadeiros interesses da URSS.

## 5. A crise do estalinismo

O declínio da revolução internacional após 1923 e o estado atrasado da economia soviética são, esses, os dois pilares principais do poder da burocracia na URSS. Desde o fim dos anos 40, estes pilares vão sendo progressivamente minados.

A vinte anos de derrotas da revolução sucedeu um novo ascenso da revolução mundial, primeiro circunscrito a países igualmente subdesenvolvidos (Iugoslávia, China, Vietname, Cuba) mas que a partir de maio de 68 se espalhou pelo Ocidente. Após anos de esforços de "acumulação Socialista", a URSS deixou de ser um país subdesenvolvido. É hoje a segunda potência industrial do mundo e o seu nível técnico e cultural pode equiparar-se ao de vários países capitalistas avançados. O proletariado soviético, tal como o dos Estados Unidos, é numericamente o mais poderoso que existe.

Nestas condições, as bases da passividade das massas nos países dominados pela burocracia soviética, começa a desaparecer. Ao despertar de atividades oposicionistas corresponde o ranger e estalar da própria burocracia, que sofre, desde a rotura Estaline-Tito, em 1948, um crescente processo de diferenciação. A interação destes dois fatores favorece irrupções bruscas de ação política das massas, que se lançam na via da revolução política, como em Outubro-Novembro de 1956 na Hungria, ou durante a "primavera de Praga" de 1968, na República Socialista Tchecoslovaca.

Até agora, estes movimentos de massa puderam ser reprimidos pela intervenção militar da burocracia soviética. Mas, a par e passo que os mesmos processos amadurecem na URSS, nenhuma força exterior poderá conter as vagas de revolução política na Europa oriental e na URSS. A democracia soviética será restabelecida. Todo o perigo de restauração capitalista será definitivamente anulado. O poder político será exercido pelos trabalhadores, operários e camponeses. E a luta pela revolução socialista no resto do mundo ver-se-á grandemente facilitada.

## 6. As reformas econômicas

Após a morte de Estaline e sobretudo no início dos anos 60 e 70, esboçou-se na URSS e em várias "democracias populares" um vasto movimento de reforma dos métodos de planificação e de gestão. As reformas mais prementes incidiram no domínio da agricultura, na qual a produção de víveres por cabeça de habitante, ao tempo da morte de Estaline, era algumas vezes inferior a de 1928 a até da época tsarista quanto aos produtos animais. Medidas sucessivas visaram despertar o interesse dos camponeses, a racionalização do emprego das máquinas agrícolas (que foram vendidas aos Kolkhozes), o estabelecimento de gigantescas herdades do Estado nas "terras virgens" do Kazaquistão, o aumento maciço dos investimentos na agricul-

Ca  
Re  
tura.

As reformas na indústria foram mais lentas e mais hesitantes. A necessidade objetiva dessas reformas decorreu de uma crise de crescimento da economia soviética, de uma baixa da taxa de crescimento anual da produção industrial. Corresponderam ao esgotamento da elasticidade que tinha permitido o funcionamento, melhor ou pior, da industrialização extensiva, quer dizer, sem esforço de economizar ao máximo as despesas de mão-de-obra, de matérias-primas e de terras. O esgotamento das reservas arrastou à obrigação de um cálculo mais preciso, de uma escolha mais racional entre diversos projetos de investimento. A própria expansão da economia, a multiplicação das empresas e dos seus recursos, ameaçaram fazer subir o desperdício ao infinito, caso métodos de gestão e de planificação mais racionais não fossem introduzidas.

A pressão das massas laboriosas, cansadas de decênios de sacrifícios e de tensões, e desejosas de melhorar e diversificar o seu consumo, ao mesmo tempo que a necessidade de aproximar as decisões — ao nível da indústria ligeira — destes desejos dos consumidores, agiram no mesmo sentido. Ainda um outro elemento encorajou a procura de reformas: o crescente atraso tecnológico em relação à 3ª revolução tecnológica da economia capitalista, atraso derivado de um sistema de estimulantes materiais à burocracia, que desencorajou a experimentação e a inovação tecnológicas. A forma desses estimulantes foi desde então modificada.

Pela ligação dos prêmios dos diretores ao “lucro”, (diferença entre o preço de custo e o de venda) que se convencionou “sintetizar” o ótimo global da empresa, em vez da produção bruta expressa em termos físicos, acreditou-se poder desencorajar o desperdício das matérias-primas e da força de trabalho e encorajar um emprego racional do equipamento. Os resultados foram modestos, embora positivos na indústria ligeira. Mas não modificaram em nada a natureza híbrida do sistema, visto que os preços de venda continuaram a ser fixados pelas autoridades do Plano Central.

O alcance de todas estas reformas é limitado, na medida em que não resolvem o problema fundamental. Nenhum “mecanismo econômico”, fora do controle democrático e público pela massa dos produtores e consumidores, pode chegar a um máximo de rendimentos por um mínimo de esforços. Cada reforma tende a substituir, por uma nova forma de abusos burocráticos e de desperdícios, a forma anterior. Não há racionalização global possível da planificação sob o domínio da burocracia e do seu incentivo material, considerado como motor principal para a realização do plano. As reformas não restauraram o capitalismo nem reintroduziram o lucro das empresas como guia das decisões de investimento. Mas aumentaram as contradições internas do sistema. Por um lado, acentuaram o impulso de uma fração da burocracia no sentido de uma autonomia dos diretores de fábricas, suprimindo as conquistas da classe operária, como a garantia do direito ao trabalho, e, por ou-

tro lado, a resistência dos trabalhadores às tendências ao desmantelamento dessas conquistas e da economia planificada.

## 7. O maoísmo

A vitória da 3ª revolução chinesa em 1949 foi a mais importante conseguida pela revolução mundial depois da vitória da revolução socialista de Outubro. Quebrou o cerco capitalista da URSS, estimulou poderosamente o processo de revolução permanente na Ásia, na África e na América Latina e modificou sensivelmente as relações de forças à escala mundial, em detrimento do imperialismo. Pôde ser obtida porque, na prática, a direção maoísta do PC chinês tinha rompido com a linha estalinista de “bloco das quatro classes” e de revolução por etapas, tinha dirigido um vasto levantamento agrário e se tinha orientado no sentido da destruição do exército e do Estado burgueses, apesar das suas proclamações favoráveis a uma coalizção com Chang-Kai-Chek.

No entanto, esta revolução vitoriosa foi logo à partida burocraticamente deformada. A ação autônoma do proletariado foi estritamente limitada, quando não contrariada, pela direção maoísta. O Estado operário estabelecido não se fundou sobre soviets operários e camponeses democraticamente eleitos. Propagaram-se largamente formas de gestão e de privilégios burocráticos, imitados daqueles em vigor na Rússia estalinista. Isso provocou um descontentamento crescente das massas sobretudo operárias e jovens, que Mao procurou canalizar desencadeando a “grande revolução cultural proletária” em 1964/65. Esta combinou formas autênticas de mobilização e de tomada de consciência antiburocrática de massa nas cidades, com uma tentativa da parte de Mao para depurar o aparelho do PC e se desfazer dos seus adversários no seio da burocracia. Desde que as mobilizações de massas e a evolução ideológica, cada vez mais crítica por parte dos “guardas vermelhos”, ameaçou escapar ao controle da fração maoísta, esta suspendeu a “revolução cultural”, e restabeleceu em grande medida a unidade da burocracia reconduzindo a postos de direção a maioria dos burocratas afastados quando a revolução havia atingido o auge.

O conflito sino-soviético, provocado pela tentativa da burocracia soviética de impor um controle monolítico sobre a direção do PC chinês e de suprimir a ajuda econômica e militar à RP da China, como represália pela recusa de Mao a inclinar-se perante esses *ukases*, transformou-se progressivamente de um conflito interburocrático num conflito ao nível de Estado e numa batalha organizacional e ideológica no seio do movimento estalinista internacional. O nacionalismo estreito da burocracia, tanto soviética como chinesa, desferiu um duro golpe nos interesses do movimento operário e anti-imperialista mundial, permitindo ao imperialismo manobrar para explorar o conflito sino-soviético.





172

1982  
Direitos  
Editora l  
Repúblic  
Porto Al

No plano ideológico, o maoísmo representa uma variante da deformação estalinista do marxismo-leninismo. Caracteriza-se em particular pela incompreensão de fenômeno social da burocracia operária e da possibilidade de degenerescência burocrática das revoluções socialistas e dos Estados operários — visto que ele próprio é a expressão ideológica de uma fração da burocracia. Ao identificar, de maneira irresponsável e não científica, “burocracia” e “burguesia de Estado” na URSS, o maoísmo justifica, por antecipação, todas as viragens da política estrangeira chinesa e dos grupos maoístas, indo até designar a URSS e os PC como o “principal inimigo dos povos”, propondo uma aliança com potências imperialistas e partidos burgueses contra a União Soviética e os PC. Além disso, estas fundam-se na tese segundo a qual a maioria dos países capitalistas não se encontraria hoje colocada ante a tarefa da revolução social, mas apenas ante a de “lutar pela independência nacional contra as superpotências”.

O caráter arbitrário de todas estas teorias, que não são mais, no fundo, do que justificações a posteriori dos movimentos diplomáticos de Pequim, tem as suas raízes numa deformação idealista e voluntarista do marxismo. Sob o pretexto de combater o “economicismo”, que seria “a mais perigosa revisão” do marxismo, os “maoístas-ortodoxos” deixam de considerar as classes sociais como realidades objetivas, determinadas pelas relações de produção que se estabelecem na produção da sua vida natural. As classes sociais são identificadas como opções ideológicas. O proletariado deixa de ser o conjunto dos assalariados; são-no só aqueles que “seguem a linha Mao-tse-tung”. Desta maneira, correntes de ideologia burguesa ou pequeno-burguesa no seio da classe operária são identificadas com “a burguesia” ou “seus representantes”, a luta ideológica no seio do movimento operário identifica-se com “a luta de classe entre o proletariado e a burguesia”. Nisto se funda portanto a recusa da democracia operária, a justificação do emprego da violência e da repressão no seio do movimento operário, a rejeição de toda a tradição marxista-leninista de luta pela frente única das organizações operárias contra o inimigo de classe comum. A ditadura do proletariado é identificada com o “pensamento Mao-tse-tung” e exercida pelo partido “Mao-tse-tung”, Fechase assim o anel.

Após a entrada em guerra contra o poder da burocracia na URSS, acaba-se por preconizar um regime de comando burocrático muito semelhante àquele que existe na URSS, ainda que envolto nalguns oupéis de “democracia direta” e de “participação” das massas nas tomadas de decisão. Tal como Estaline, Kruschew e Brejnev, Mao não aceita a teoria leninista da ditadura do proletariado como fundada no exercício do poder por conselhos operários e camponeses, livre e democraticamente eleitos.

### XIII — DAS LUTAS CORRENTES DE MASSAS À REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL

A partir da primeira guerra mundial existem as condições materiais necessárias ao advento de uma sociedade socialista. A grande empresa tornou-se a base da produção. A divisão mundial do trabalho atingiu nível elevado. A interdependência entre todos os homens — a “socialização objetiva do trabalho” — foi largamente realizada. A partir daqui, a substituição do regime da propriedade privada, da concorrência e da economia de mercado, por um regime fundado na associação entre todos os produtores e na planificação da produção em vista a atingir objetivos deliberadamente escolhidos, tornou-se objetivamente possível.

#### 1. As condições de vitória da revolução socialista

Mas, ao contrário de todas as revoluções sociais do passado, a revolução socialista exige um esforço consciente e deliberado da parte da classe revolucionária: o proletariado. Enquanto que as revoluções do passado substituíram um regime de exploração econômica dos produtores por um outro e, por isso, se deram por satisfeitas ao eliminar os obstáculos encontrados no caminho para o funcionamento deste ou daquele mecanismo econômico, a revolução socialista visa a reorganizar a economia e a sociedade segundo um projeto preconcebido: a organização consciente da economia com vista a satisfazer todas as necessidades racionais dos homens e a assegurar o pleno desenvolvimento da sua personalidade.

Semelhante projeto não pode realizar-se automaticamente. Reclama da parte da classe revolucionária uma consciência clara dos seus fins e dos meios para o atingir. E isto é tanto mais verdadeiro quanto é certo que, na sua luta pela revolução socialista, a classe dos trabalhadores deve enfrentar um inimigo de classe superiormente organizado, dispondo cada vez mais de uma rede mundial de forças militares, financeiras, políticas, comerciais e ideológicas, para perpetuar o seu domínio.

A vitória da revolução socialista mundial reclama dois tipos de condições para ter o sucesso assegurado:

— condições ditas objetivas, quer dizer independentes do nível de consciência dos proletários e dos revolucionários. Entre estas, é preciso classificar a maturidade de condições materiais e sociais (base econômica e força numérica do proletariado) adquiridas à escala mundial de modo permanente desde

Cap:  
P.  
Revi  
C.

TC  
FA  
NF  
VA  
PP

3  
M

1982  
Direitos d.  
Editora M.  
República,  
Porto Aleg

antes de 1914. Deve-se também aqui classificar as condições políticas: a incapacidade de governar da classe burguesa e as suas crescentes divisões internas; a recusa das classes produtivas em aceitar o domínio da burguesia e a sua rebelião crescente contra este domínio. Estas condições objetivas políticas, necessárias à vitória de uma revolução socialista, adquirem-se periodicamente em diversos países, quando deflagram crises pré-revolucionárias e revolucionárias profundas;

— condições ditas subjetivas, quer dizer nível de consciência de classe do proletariado e grau de maturidade, de influência e de força da sua direção revolucionária e do seu partido revolucionário.

Pode-se concluir que, a partir da primeira guerra mundial, revoluções socialistas vitoriosas eram objetivamente possíveis, por várias vezes e em vários países. Limitando-nos apenas aos países industrialmente avançados: na Alemanha, em 1918-20 e em 1923, sem dúvida também em 1930-32; na Itália em 1919-20, em 1946-48, em 1969-70; em França em 1936, em 1944-47, em maio de 1968; na Grã-Bretanha em 1919-20, em 1926 e em 1945; em Espanha em 1936-37, etc., etc.

Em contrapartida, as condições subjetivas não tinham atingido a maturidade necessária para a vitória da revolução. A falta de vitórias revolucionárias no Ocidente é pois, até aqui, essencialmente função da “crise do fator subjetivo da história”, da crise de consciência de classe e da direção revolucionária do proletariado.

## 2. A construção da IV Internacional

É a partir desta análise, fundada na falência histórica do reformismo e do estalinismo em conduzir o proletariado à vitória, que Trotsky e um núcleo de comunistas opositores, a partir de 1933, tomaram em mãos a tarefa de construir uma nova direção revolucionária para o proletariado mundial. Com este fim, criaram, em 1938, a IV Internacional.

Por certo, esta não é ainda, em si mesma, a Internacional revolucionária de massas, capaz de funcionar como um verdadeiro estado-maior geral da revolução mundial. Mas transmite, desenvolve e aperfeiçoa o programa de uma tal Internacional revolucionária de massas, através das suas constantes atividades no interior da luta de classe em 50 países. Na base deste programa, forma os quadros através destas múltiplas atividades. Estimula assim, de maneira deliberada, a unificação das experiências e da consciência dos revolucionários à escala mundial, ensinando-os a agir no seio de uma mesma organização, em vez de aguardar —de resto em vão— que semelhante unificação resulte dos efeitos espontâneos do progresso das forças revolucionárias, em diversos países e partes do mundo, desenvolvendo-se separadamente uns dos outros.

A IV Internacional não se contenta com aguardar passivamente o “grande dia”, adornando entretanto o seu programa. Não se limita à propaganda abstrata desse programa. Também não desperdiça as suas forças num ativismo e numa agitação estéreis, confinados no apoio às lutas imediatas das massas exploradas.

A construção de novos partidos revolucionários e de uma nova Internacional revolucionária comporta, ao mesmo tempo, a defesa intransigente do programa marxista-revolucionário, que reúne as lições de todas as experiências passadas da luta de classe; a propaganda e a agitação em favor de um programa de ação, parte do programa geral marxista-revolucionário, que Trotsky chamou programa de reivindicações transitórias inspirando-se nos termos utilizados pelos dirigentes da Internacional Comunista durante os seus primeiros anos de existência; e uma intervenção constante nas lutas de massa no sentido de as conduzir à adoção, na prática, deste programa de ação e de dotar essas lutas de formas de organização que visem a criação de conselhos operários.

A necessidade de uma Internacional revolucionária, que é mais que uma simples adição de partidos revolucionários nacionais, assenta em bases materiais sólidas. A época imperialista é a época da economia, da política e das guerras mundiais. O imperialismo é um sistema internacional articulado. As forças produtivas de há longo tempo que se internacionalizaram. O capital está cada vez mais organizado internacionalmente nos seus grandes trustes multinacionais. O Estado nacional tornou-se desde há muito tempo, um entrave aos ulteriores progressos da produção e da civilização. Os grandes problemas da humanidade (impedir a guerra nuclear mundial; eliminar a fome do hemisfério meridional; planificar o crescimento econômico; repartir equitativamente recursos e rendimentos entre todos os povos; proteger o ambiente; pôr a ciência ao serviço do homem) só podem ser resolvidos à escala mundial.

Nestas condições, querer avançar para o socialismo em ordem dispersa, querer bater um adversário mundialmente organizado, desdenhando toda a coordenação internacional do projeto revolucionário, querer mesmo pôr em cheque os trustes multinacionais através de lutas operárias limitadas a um só país, é recair manifestamente na utopia.

Por outro lado, as lutas revolucionárias têm uma tendência objetiva e espontânea a alargar-se internacionalmente, não só em resposta a intervenções contra-revolucionárias do inimigo de classe, mas também e sobretudo pelo efeito estimulante que exercem sobre os trabalhadores de numerosos países. Retardar continuamente a criação de uma verdadeira organização internacional dos revolucionários, é permanecer em atraso não só em relação às necessidades objetivas da nossa época, mas até em relação às tendências espontâneas dos setores mais avançados das massas.

Cap  
I  
Rev.  
C

TR  
FN  
W  
P

5  
1

1982  
Direitos  
Editora l  
República  
Porto Al

### 3. Reivindicações imediatas e reivindicações transitórias

Na nossa época, a exploração capitalista e a opressão imperialista impellem de novo e sucessivamente as massas na via dos grandes combates. Mas, as massas, por si mesmas, limitam-se a lutas por fins imediatos: defesa ou aumento dos salários reais; defesa ou conquista de certas liberdades democráticas fundamentais; queda de governos particularmente opressivos, etc.

A burguesia pode fazer concessões às massas em luta, para evitar que o seu combate se desenvolva até ao ponto de ameaçar a exploração capitalista em conjunto. E permite-se fazê-las tanto mais quanto é certo que dispõe de inúmeros instrumentos para neutralizar essas concessões, para reaver com uma mão aquilo que concedeu com a outra. Se aceita aumentos de salários, a subida dos preços poderá manter os lucros. Se a duração do tempo de trabalho é reduzida, o ritmo do trabalho poderá ser acelerado. Se os trabalhadores forçam à concessão de medidas de segurança social, os impostos que incidem sobre os seus rendimentos poderão ser aumentados, de maneira que acabem por pagar eles próprios o que o Estado aparentemente lhes concede, etc.

Para sair deste círculo vicioso, é necessário persuadir as massas a pugnar nas suas lutas correntes e reivindicações transitórias, por objetivos cuja realização se torne incompatível com o funcionamento normal da economia capitalista e do Estado burguês. Essas reivindicações devem ser formuladas de maneira tal que sejam compreensíveis pelas massas — do contrário não passarão do papel. Ao mesmo tempo, devem ser de natureza a provocar, pelo seu próprio conteúdo, e pela amplitude das lutas desenvolvidas, uma contestação global do regime capitalista e a criação de órgãos de tipo soviético, órgãos de dualidade de poder. Longe de ser apenas válidas em período de crise revolucionária aguda, as reivindicações transitórias — como a reivindicação do controle operário — tendem precisamente a fazer nascer uma tal crise revolucionária, levando os trabalhadores a contestar o regime capitalista tanto nos fatos como na sua consciência.

### 4. Os três setores da revolução mundial de hoje

Em consequência do atraso da revolução socialista nos países industrialmente avançados, o proletariado mundial vê-se confrontado com tarefas diferentes nas diferentes partes do mundo.

Nos países coloniais e semi-coloniais os trabalhadores e os camponeses pobres não podem aguardar que os operários dos países industrializados venham em seu auxílio. Visto o enorme fardo de opressão e de miséria que o imperialismo impôs às massas operárias e camponesas desses países, é inevitável que deflagrem vastas lutas de massa e vastos movimentos revolucionários. Os trabalhadores devem apoiar todo o movimento de massa anti-imperialista, quer seja dirigido contra a dominação estrangeira quer contra a exploração

pelos trustes estrangeiros, quer vise a revolução camponesa ou a eliminação de ditaduras indígenas sangrentas. Ao conseguir conquistar a direção política destes movimentos de massa, pela sua resolução e a sua energia, ao perfilhar as reivindicações progressistas de todas as classes e camadas exploradas da nação, o proletariado luta pela conquista do poder e, ao mesmo tempo, derruba a propriedade e o poder da burguesia industrial.

Nos Estados operários burocratizados, as massas levantam-se pela conquista das suas liberdades democráticas, contra o monopólio de exercício do poder nas mãos da burocracia, contra o renascimento da opressão nacional, contra a incompetência, o desperdício, os privilégios materiais, que são próprios da gestão burocrática da economia. Reivindicam a gestão do Estado operário pelos próprios trabalhadores, organizados em conselhos (soviets), a gestão da economia planificada por meio de um sistema de conselhos de trabalhadores e democraticamente centralizada.

Nos países imperialistas, os movimentos de massa contra a exploração capitalista, contra a supressão das liberdades democráticas, transformam-se, graças ao programa de transição e à construção de uma nova direção revolucionária, em lutas pela derrubada do Estado burguês e pela expropriação do Capital, em revolução socialista vitoriosa.

As diferentes tarefas com que o proletariado e os revolucionários são confrontados em diferentes partes do mundo — tarefas da revolução permanente nos países subdesenvolvidos, tarefas de revolução política anti-burocrática nos Estados operários burocratizados, tarefas de revolução proletária nos países imperialistas — refletem o desenvolvimento desigual e combinado da revolução mundial. Esta não se produz simultaneamente em todos os países. Os países não se encontram todos em condições sociais, econômicas e políticas idênticas.

A tarefa suprema dos marxistas-revolucionários consiste na unificação progressiva destes três movimentos revolucionários num mesmo e único processo de revolução socialista mundial. Esta unificação é objetivamente possível devido ao fato que uma só classe social, o proletariado, pode por si só orientar bem as distintas tarefas históricas da revolução em cada um dos três setores acima mencionados. Esta unificação tornar-se-á real por meio da educação e da política internacionalistas da vanguarda revolucionária, que, nas lutas correntes, fará sobressair cada vez mais experiências de solidariedade internacional dos trabalhadores e dos oprimidos de todos os países, que combaterá de maneira sistemática a xenofobia, o racismo, os preconceitos nacionalistas de toda a espécie, a fim de fazer penetrar esta consciência internacionalista no interior das largas massas.

### 5. Democracia operária, auto-organização das massas e revolução socialista

Um dos aspectos principais da ação direta das massas, dos seus amplos

movimentos de manifestação ou de greve, é a elevação do seu nível de consciência pelo aumento de confiança em si próprias.

Na vida quotidiana, os trabalhadores, os camponeses, os pequenos artífices, as mulheres, os jovens, as minorias nacionais e raciais, estão habituados a ser esmagados, explorados e oprimidos por uma multidão de possesores e de poderosos. Adquiriram a sensação de que a revolta é impossível e ineficaz, que a força dos seus adversários é demasiado grande, que tudo acaba sempre por "regressar à ordem". Mas, no calor das grandes mobilizações e dos grandes combates de massa, este medo, este desânimo, este sentimento de inferioridade e de impotência, começam bruscamente a derreter-se. Agora as massas adquirem consciência do seu imenso poder potencial, desde que atuem unidas, de forma coletiva e solidária, desde que se organizem e organizem de maneira eficaz o seu combate.

É por isso que os marxistas-revolucionários ligam uma importância extrema a tudo o que aumenta este sentimento de confiança das massas, a tudo o que as liberta de comportamentos obdientes e servis que lhes foram inculcados por milênios de domínio das classes possidentes. "Nós não somos nada, sejamos tudo": estas palavras da primeira estrofe do nosso hino "A Internacional", resume admiravelmente a revolução psicológica indispensável para a condução de uma revolução socialista vitoriosa.

No caminho da auto-organização das massas, a eleição de comitês de greve por assembleias democráticas de grevistas, e todo o mecanismo análogo no seio de outras formas de ações de massa, desempenham um papel vital. Em semelhantes assembleias, as massas fazem o aprendizado do auto-governo. Aprendendo a dirigir as suas próprias lutas, aprendem a dirigir amanhã o Estado e a economia. As formas de organização a que as massas assim se habitam, são formas embrionárias dos futuros conselhos operários, dos futuros sovietes, formas de organização de base do Estado operário a construir.

A unidade de ação indispensável para congregar as forças dispersas dos trabalhadores, o poderoso sopro unitário que nas grandes mobilizações e ações de massa reúne milhões de indivíduos que não tinham o hábito de agir em conjunto, é irrealizável sem a mais larga prática da democracia operária. Um comitê de greve democraticamente eleito deve ser, por definição, a emanção de todos os grevistas da empresa, do ramo de indústria, da cidade, da região ou do país em greve. Excluir dele os representantes de tal ou tal setor dos trabalhadores considerados, sob o pretexto de que as suas opiniões políticas ou filosóficas não convêm aos dirigentes ocasionais da greve, é destruir a unidade da greve e destruir a própria greve.

O mesmo princípio se aplica a toda a forma de ação das largas massas e às formas de organização representativas que essa ação cria. A unidade indispensável à vitória, pressupõe a democracia operária, ou seja, o princípio da não exclusão de toda e qualquer corrente de combatentes. Todos devem ter o direito de palavra e de representação. Todos devem ter o direito de defen-

der as suas proposições particulares com vista a fazer triunfar a luta.

Se esta democracia é respeitada, as minorias respeitarão por sua vez as decisões maioritárias, visto que conservarão a possibilidade de poder modificá-las, à luz da experiência. Por esta afirmação da democracia operária, as formas democráticas de organização das lutas dos trabalhadores anunciam também uma característica do Estado operário de amanhã: a extensão e não a restrição das liberdades democráticas.

Capa  
Peti  
Revisã  
C. 1



3  
M

1982  
Direitos d  
Editora M  
República  
Porto Ale

## XIV – A CONQUISTA DAS MASSAS PELOS REVOLUCIONÁRIOS

### 1. A diferenciação política no seio do proletariado

Já vimos (capítulo IX, ponto 5) como a necessidade de um partido revolucionário de vanguarda nasce da descontinuidade de ação direta das largas massas, assim como do caráter científico da estratégia necessária para derrubar o poder da burguesia. Cabe aqui juntar um elemento suplementar a essa análise: a diferenciação política no seio do proletariado.

Em todos os países do mundo, o movimento operário aparece como uma soma de correntes ideológicas diferentes. Existem lado a lado: a corrente social-democrata, reformista clássica; a corrente dos P.C. oficiais pró-Moscou, de origem estalinista e de orientação cada vez mais neo-reformista; a corrente anarquista ou sindicalista revolucionária; a corrente maoísta; a corrente marxista-revolucionária (IV Internacional). Em numerosos países existem ainda outras correntes intermédias (centristas) entre estas correntes ideológicas principais.

Esta diferenciação ideológica do movimento operário mergulha numerosas raízes objetivas na realidade e história do proletariado.

A classe operária não é inteiramente homogênea do ponto de vista das suas condições sociais de existência. Conforme os trabalhadores trabalham na grande ou pequena empresa; foram urbanizados ao longo de várias gerações ou somente a partir de uma data recente; são altamente qualificados ou só dispõem de uma qualificação média; sentir-se-ão normalmente inclinados a compreender, mais ou menos rapidamente, a validade de certas idéias de base do socialismo científico. Os agregados de ocupação altamente qualificada poderão compreender mais rapidamente a necessidade de uma organização sindical do que os operários sem trabalho durante metade da sua vida. Mas a sua organização sindical arrisca-se também a sucumbir mais rapidamente às tentações de um corporativismo estreito, subordinando os interesses gerais da classe operária aos interesses particulares de uma aristocracia operária, que particularmente defende as vantagens adquiridas, tentando interditar o acesso à profissão. Para os operários das grandes cidades e da grande indústria, é mais fácil tomar consciência da força potencialmente enorme da grande massa proletária e de crer na possibilidade da luta votirosa do proletariado para arrancar o poder e as fábricas à burguesia, do que para os operários que trabalham em pequenas empresas e vivem em pequenas cidades.

A não homogeneidade da classe operária acresce a diversidade da expe-

riência de luta e a diversidade das capacidades individuais dos trabalhadores. Dado grupo operário fez e possui a experiência de uma dezena de greves, na sua maioria vitoriosas, e de numerosas manifestações operárias, Esta experiência determinará em parte a consciência desse grupo de maneira diferente da de um outro grupo de proletários que apenas terá conhecido uma única greve, de resto falhada, no decurso de um decênio, e que nunca participou em bloco numa luta política. Certo operário ou empregado é atraído naturalmente pela leitura, lê brochuras e livros, além do seu jornal. Um outro, não lê quase nunca. Um é, por temperamento, combativo e mesmo “condutor de homens”; outro, é mais passivo e prefere calar durante as reuniões. Um, liga-se facilmente aos camaradas; o outro, é mais caseiro e voltado para o seu lar. Tudo isto influenciará em parte o comportamento e a opção política dos trabalhadores individuais, o nível de consciência de classe que podem atingir.

Finalmente, há que ter em conta a história específica e as tradições nacionais do movimento operário de cada país. A classe operária britânica, a primeira a ascender à organização política de classe independente, com o *cartismo*, jamais conheceu um partido de massa fundado sobre um programa ou uma educação marxistas, mesmo que elementares. O seu partido de massa funda-se e nasce com base no sindicalismo de massa: o partido trabalhista. A classe operária francesa, fortemente marcada por tradições particulares no século XIX (blanquismo, proudhonismo) foi travada no seu acesso ao marxismo pela fraqueza relativa da muito grande indústria e a sua relativa dispersão por cidades da província relativamente pequenas. Foi preciso esperar a expansão das grandes cidades nos subúrbios parisiense, lionês e marselhês dos anos 20 e 30, acentuada no decurso dos anos 50 e 60, para que a greve de massa conduzida pelos trabalhadores das grandes fábricas pudesse determinar o curso da luta de classe (junho de 36, maio de 68), e para que o PCF se tornasse o partido hegemônico da classe operária, dando-lhe um verniz e uma tradição diretamente relacionados com o marxismo. A classe operária e o movimento operário espanhóis foram largamente marcados pela tradição do sindicalismo revolucionário, fortemente influenciado pelo pronunciado subdesenvolvimento da grande indústria na península ibérica, etc., etc.

A diversidade de correntes ideológicas do movimento operário resulta de uma lógica própria, quer dizer, de debates e de oposições produzidos pelo próprio curso da luta de classe. Houve, sucessivamente, ruptura entre marxistas e anarquistas no seio da I Internacional, sobre a questão da necessidade de conquista do poder político; ruptura entre revolucionários e reformistas no seio da II Internacional acerca das questões de participação em governos burgueses, do apoio à defesa nacional nos países imperialistas e do apoio ou sufocação da luta revolucionária das massas, ameaçadora da sobrevivência da economia capitalista e do Estado burguês – fundado na democracia parlamentar; ruptura entre estalinistas e trotskistas (marxistas-revolucionários) no seio da III Internacional e do movimento comunista internacional, entre par-

tidários e adversários da teoria da revolução permanente e da teoria da "revolução por etapas", entre partidários e adversários da utopia da construção acabada do socialismo num país só, e, a partir daí, partidários ou adversários da subordinação dos interesses da revolução internacional às pretensas necessidades desse "acabamento".

Mas esta diversidade de correntes ideológicas tem, ao mesmo tempo, raízes objetivas e materiais mais profundas do que aquelas que acabamos de pôr a claro.

## 2. A frente única operária contra o inimigo de classe

A diversidade das correntes ideológicas no seio do movimento operário conduziu a um fracionamento das organizações políticas da classe operária. Ao passo que a unidade sindical existe em numerosos países (Grã-Bretanha, países escandinavos, Alemanha Federal, Áustria) a divisão em organizações políticas diferentes é universal. Como materialistas, devemos compreender que isso tem causas objetivas profundas e não pode ser atribuído ao acaso ou aos "crimes" dos "cisionistas".

Em si mesma, esta divisão política não é um mal. A classe operária pôde alcançar algumas das suas mais brilhantes vitórias em condições de coexistência de numerosos partidos e de numerosas tendências reivindicando-se simultaneamente do movimento operário. O 2º Congresso Panrusso dos Sovietes, que decidiu transferir todo o poder aos soviets, caracterizava-se por uma fragmentação da classe operária em partidos e tendências políticas diferentes, mais pronunciada do que tudo o que conhecemos atualmente no Ocidente. A divisão da classe operária alemã em três grandes partidos (e numerosos grupúsculos e correntes menores) não impediu a vitória da greve geral de 1920, que suprimiu em embrião o "putsch" reacionário de von Kapp. A diversidade das organizações políticas e sindicais do proletariado espanhol em julho de 1936 não impediu de dominar o levantamento militar-fascista praticamente em todas as áreas industriais do país.

Mas, para que a diversidade política do movimento operário não conduza ao enfraquecimento da força agressiva da classe operária no seu conjunto, é pré-condição que não impeça a unidade de ação dos trabalhadores contra o inimigo de classe: o patronato, a grande burguesia, o governo burguês, o Estado burguês. A outra pré-condição é que não impeça a luta política e ideológica para a hegemonia do marxismo-revolucionário no seio da classe operária, para a construção do partido revolucionário de massa, ou seja, que a democracia operária se estabeleça no seio do movimento operário organizado.

E sobretudo perante as ofensivas da burguesia que a réplica unitária da classe operária se torna absolutamente indispensável. Esta ofensiva pode ser econômica: despedimentos, encerramento de empresas, redução dos salários reais, etc. E pode ser política: ataques ao direito de greve e às liberdades sin-

dicais; ataques às liberdades democráticas das massas e do movimento operário; tentativas de instaurar regimes autoritários ou abertamente fascistas, suprimindo a liberdade de organização e de ação do movimento operário no seu conjunto. Em todos estes casos, uma réplica maciça e unitária pode fazer falhar a ofensiva burguesa. E a efetiva unidade de ação da classe operária passa pela frente única efetiva de todas as organizações operárias, tanto quanto permaneça real a influência destas sobre setores importantes do proletariado.

Uma das maiores tragédias do século XX foi a derrota do proletariado alemão mediante a conquista do poder por Hitler, em 30 de Janeiro de 1933, como resultado da recusa e da incapacidade das direções do KPD (PC alemão) e do SPD (partido social-democrata) de concluir a tempo um acordo de frente única contra o assalto nazi. Esta tragédia foi de tão pesadas conseqüências que todos os trabalhadores devem impregnar-se profundamente da principal lição desta experiência: contra o ascenso do fascismo, é indispensável a frente única de todas as organizações operárias, para conter a subida ao poder dos assassinos e dos carrascos por meio de uma ação unitária e resoluta das massas laboriosas.

As objeções e obstáculos na via de realização da frente única são essencialmente de natureza ideológica e política. Por instinto, os trabalhadores são, na grande maioria, favoráveis a toda a iniciativa unitária. Dentre estes obstáculos de natureza política e ideológica há que assinalar:

— As práticas repressivas dos dirigentes social-democratas que exercem responsabilidades no seio do Estado burguês, bem como dos dirigentes estalinistas quando se encontrem em idênticas condições. As camadas radicalizadas da classe operária indignam-se justamente com tais práticas, que vão do "simples" fato de "furar" as greves até a organização sistemática da espionagem no seio das organizações operárias, e mesmo à organização do assassinio de dirigentes revolucionários ou ainda de simples operários (Noske!)

— As práticas burocráticas e manipuladoras de dirigentes sindicais reformistas e estalinistas, de dirigentes do PC guiados a posições dirigentes do movimento operário, etc. Tais práticas, prolongando as práticas repressivas da burocracia onde quer que exerçam o poder, provocam igualmente justificada repugnância em certas camadas de trabalhadores.

— O papel sistematicamente contra-revolucionário das direções tradicionais do movimento operário, que amortecem o impulso da consciência de classe, ajudam objetivamente (e amiúde deliberadamente) à realização de projetos contra-revolucionários e anti-operários do Grande Capital, semeiam a ideologia burguesa e pequeno-burguesa no seio da classe operária, etc., etc.

Contudo, é necessário combater o sectarismo e o ultra-esquerdismo pelo que toca às organizações de massa tradicionais do movimento operário, sectarismo e ultra-esquerdismo que são não só obstáculos na via da realização da frente única operária contra o inimigo de classe, mas também obstáculos na

via da luta eficaz contra a hegemonia das direções reformistas e estalinistas sobre a maioria da classe operária.

Na base dos erros sectários e ultra-esquerdistas encontra-se a incompreensão da natureza dupla e contraditória das organizações de massa tradicionais e burocratizadas do movimento operário. (Duma maneira geral, o sectarismo caracteriza-se, aliás, pela incapacidade em compreender a luta de classes na sua totalidade complexa, pela tendência em isolar e a dar um peso decisivo a um aspecto particular da realidade objetiva).

Se é verdade que a política das direções destas organizações é largamente favorável à burguesia, que estas direções praticam a colaboração de classe, enfraquecem a luta de classe do proletariado, são responsáveis por inúmeras derrotas sofridas pela classe operária, é também verdade que a existência destas organizações permite aos trabalhadores aceder a um mínimo de consciência e de força de classe, sem o qual a progressão dessa consciência se torna infinitamente mais difícil. A existência destas organizações permite mesmo assim uma modificação das relações de força quotidianas entre o Capital e o Trabalho, sem a qual a confiança da classe operária se encontraria fortemente abalada. Apenas a sua substituição imediata por formas superiores de organização de classe (soviets) implicará que o seu enfraquecimento não se salde por um recuo ou pela paralisia da classe operária. Por outro lado, o seu enfraquecimento, para não falar da sua destruição, pela reação capitalista, representa um enfraquecimento e um recuo grave para o conjunto do proletariado. Eis a base de princípio sobre a qual os marxistas revolucionários assentam a sua política de frente única operária contra a reação capitalista.

### 3. A dinâmica ofensiva da frente "classe contra classe"

Em face a qualquer ofensiva capitalista contra a classe operária e em particular perante toda a ameaça fascista ou de estabelecimento de uma ditadura da direita, os marxistas preconizam a constituição de uma frente única de todas as organizações operárias, da base à cúpula. Esforçam-se por implicar nesta frente única todas as organizações que se reivindicam do movimento operário, incluindo as mais moderadas, com direções oportunistas e revisionistas. Devem abordar sistematicamente os dirigentes do PS e do PC, dos sindicatos reformistas e cristãos, para que uma frente única seja estabelecida entre direções nacionais, regionais, locais, entre seções nas empresas e nos bairros, a fim de fazer frente à ofensiva por todos os meios apropriados.

A recusa de alargar a frente única às cúpulas da social-democracia ou dos PC (política dita de "terceiro período" do Comitern, retomada hoje por não poucas organizações mao-estalinistas) assenta sobre uma incompreensão ultimata e infantil da função objetiva e das pré-condições subjetivas da unidade da frente proletária. Isso pressupõe que a massa dos trabalhadores socialistas (ou que seguem o PC) estaria pronta a comprometer-se numa ação uni-

da com os trabalhadores revolucionários, sem o acordo prévio dos seus dirigentes "social-fascistas" ou "revisionistas". Supõe pois resolvida a tarefa que falta resolver: a de separar essa massa pela sua própria experiência das suas direções oportunistas. Mas, justamente, o apelo aos dirigentes do PS e do PC para se juntarem numa frente única contra a ofensiva da reação, permite aos trabalhadores que seguem essas direções fazer uma experiência preciosa e indispensável quanto à credibilidade, eficácia e boa-fé dos seus dirigentes.

Aliás, supor que não é indispensável empenhar as direções do PS e do PC na frente única operária, é reduzir esta a uma minoria da classe operária, é semear graves ilusões sobre a possibilidade de fazer recuar, quer o patronato, quer o Estado burguês, quer a ameaça fascista, sob golpes de ações minoritárias.

Quer isto dizer que a tática da frente única operária se limita estritamente a fins defensivos? De modo nenhum é assim. A organização de toda a classe operária em dispositivo de combate — mesmo à partida para fins defensivos — modifica as relações de força entre as classes, reforça consideravelmente a combatividade, a força agressiva, a capacidade de ação política e a confiança das classes laboriosas em si próprias. Cria-se assim um imenso potencial de luta suplementar, que pode rapidamente transformar uma luta defensiva em luta ofensiva. Quando do "putsch" de von Kapp, na Alemanha, em março de 1920, a réplica vitoriosa e unitária das organizações operárias alemãs criou, nalguns dias, uma situação na qual os militantes de numerosas organizações — incluindo mesmo organizações reformistas, aceitaram, em várias cidades do Ruhr, constituir milícias operárias armadas. A necessidade de um governo operário foi mesmo avançada pelos dirigentes sindicais mais moderados. A réplica vitoriosa e unitária das massas espanholas contra o "putsch" fascista de julho de 1936, na maioria das cidades, conduziu ao armamento do proletariado à frente das fábricas.

Para explorar a fundo esse potencial ofensivo da frente única operária, os marxistas revolucionários preconizarão a necessidade de estruturar a frente única, na base como na cúpula, sem evidentemente fazer desta estruturação um ultimatum dirigido aos partidos, sindicatos ou massas do proletariado. Semelhante estruturação implica que, além de acordos e "cartéis" nacionais, regionais, etc., de organizações operárias, a frente única compreenda comitês que deveriam ser, tão depressa quanto possível, democraticamente eleitos e empenhados em mobilizações e ações de massa sistemáticas. É evidente a dinâmica ofensiva de semelhante estrutura, que na realidade iniciaria uma situação revolucionária.

### 4. Frente única operária e frente popular

Quanto mais os marxistas-revolucionários são firmes partidários de uma política de frente única operária, tanto mais rejeitam a política da "Frente

Popular”, que procura impor de novo, desde o 7º Congresso do Comintern, a velha política reformista social-democrata, de alianças entre a burguesia “liberal” (ou “nacional”, ou “anti-fascista”) e o movimento operário (“cartel das esquerdas”).

A distinção fundamental entre a frente única operária e o “cartel das esquerdas”, ou “Frente Popular”, reside em que, pela sua lógica de “classe contra classe”, a frente única operária aciona uma dinâmica de acentuação e de exarcebção da luta do proletariado contra a burguesia, enquanto que, pela sua lógica de colaboração de classe, a política da Frente Popular, pelo contrário, desenvolve uma dinâmica de travagem das lutas operárias, ou até de repressão das camadas operárias mais radicalizadas. Enquanto que a frente única operária contra a ofensiva capitalista não comporta qualquer pré-condição de defesa da ordem burguesa e da propriedade capitalista (qualquer que seja o apego dos dirigentes reformistas a essa defesa), a frente popular assenta no respeito da ordem burguesa e da propriedade, sem o qual, diz-se, a presença da “burguesia progressista” no seio da frente se torna impossível, o que “reforçaria a reação”. Toda a lógica da frente popular tende pois a desviar, conter ou destruir as lutas de massa, o que não é o caso dos acordos de frente única operária.

Como é evidente, a distinção entre frente única operária e frente popular, sendo embora uma diferença considerável, segundo a natureza de classe objetiva dos dois tipos de acordo, não é uma diferença “absoluta”. Podem verificar-se aplicações oportunistas da tática de frente única operária, nas quais, sob o pretexto de não “assustar os dirigentes reformistas”, os dirigentes de organizações que se afirmam revolucionárias, comecem por sua vez a travar as lutas das massas. Inversamente, em certas situações, as massas podem partir das ilusões unitárias disseminadas pelos acordos de frente popular para acentuar as suas lutas e criar mesmo estruturas de auto-organização, iniciativas estas que os marxistas-revolucionários deverão evidentemente favorecer e reforçar por todos os meios.

Mas sejam quais forem estas situações intermediárias, a questão de princípio permanece vital. Do ponto de vista da luta de classe, é necessário favorecer uma política de frente única operária; é necessário combater todo o acordo político com partidos burgueses mesmo de “esquerda”, que repõe em causa a independência política de classe do proletariado.

### 5. Independência política de classe e organização unitária de classe

Assim, a problemática da frente única operária, como a da frente popular, reconduz em definitivo a uma única e mesma questão vital: como pode a classe operária realizar uma organização unitária da sua força, com total independência em relação à burguesia, apesar da sua divisão em correntes ideológicas e partidos, grupos e seitas políticas diferentes, e apesar da insuficiência

do seu nível médio de consciência de classe.

Aqueles que preconizam o desaparecimento prévio dessa divisão como pré-condição para atingir a organização unitária de classe, perseguem uma quimera. Essa divisão existe desde há um século. Não existe qualquer índice de que desapareça em breve. Considerar esse desaparecimento como prévio, é proclamar de fato que a unidade da frente proletária (e, logo, a sua vitória) é impossível até um futuro que se perde nas brumas do tempo.

Aqueles que vêem a realização da unidade de ação da classe como simples função de acordos de cúpula, independentemente do conteúdo de classe e da dinâmica objetiva desencadeada por esses acordos — por exemplo, identificando positivamente frente única operária e frente popular — esquecem que a unidade real da frente proletária não é possível senão sobre uma base de classe; com efeito, é impensável que todos os setores e todas as camadas da classe operária aceitarão a auto-imitação e a auto-mutilação contidas em acordos de colaboração de classe.

Existe, pois, uma ligação íntima entre unidade de ação da classe operária no seu conjunto, e objetivos de luta comumente aceites ou até formas de luta adotadas pela classe. Os marxistas-revolucionários vinculam-se com firmeza a toda a iniciativa realmente unitária, porque estão convencidos que tais iniciativas reforçam sempre a combatividade e a consciência dos trabalhadores num sentido de intransigente luta de classe contra o capital.

A independência de classe do proletariado, sem a qual a sua unidade é irrealizável, situa-se, em relação ao patronato, ao nível de empresa e de ramo de indústria. Situa-se em relação aos partidos burgueses. Mas situa-se também em relação ao Estado burguês, até mesmo ao mais livre Estado democrático-burguês. A confiança que a classe operária adquire em si própria, passando por uma experiência realmente unitária de toda a classe, incita-a a desejar tomar nas suas próprias mãos a solução de todos os problemas, incluindo os problemas normalmente relegados ao Parlamento. É mais uma razão para os revolucionários serem os advogados mais resolutos e mais firmes da unidade de ação de toda a classe operária.

### 6. Independência de classe e alianças entre as classes

A distinção de princípio que fazemos entre frente única operária e frente popular, foi com frequência criticada como sendo “dogmática”. Tal distinção “negaria a necessidade de aliança”. Sem “alianças de classe” a vitória da revolução socialista seria impossível. De resto, o próprio Lenine não fundou toda a estratégia bolchevique sobre a necessidade de uma aliança entre o proletariado e o campesinato?

De imediato há que observar que é abusivo todo o paralelo entre os países imperialistas de hoje e a Rússia tsarista. Na Rússia, o proletariado apenas representava 20% da população ativa. Nos países imperialistas, à exceção



de Portugal (no qual representa 38% da população) o proletariado, ou seja, a massa daqueles que são obrigados a vender a sua força de trabalho, representam a maioria esmagadora da nação, na maior parte destes países de 70 a 90% da população ativa. A unidade da frente proletária (incluindo, como é evidente, os empregados) é infinitamente mais vital para a revolução do que a aliança com o campesinato.

Acrescente-se que os marxistas-revolucionários de nenhum modo são adversários de uma aliança entre o proletariado e a pequena burguesia laboriosa (não exploradora) das cidades e dos campos, mesmo nos países onde esta é minoritária. Em numerosos países imperialistas, tais como Portugal, Espanha, Itália e França, o estabelecimento da aliança operário-camponesa é ainda de uma grande importância política, e sobretudo econômica, para a vitória e consolidação da revolução socialista. O que nós contestamos é que a aliança entre partidos operários e partidos burgueses seja necessária para fundar semelhante aliança das classes laboriosas. Pelo contrário, libertar o campesinato e a pequena burguesia urbana da influência da burguesia, pressupõe emancipá-los também do apoio que concedem a partidos políticos burgueses. A aliança pode e deve ser baseada em interesses comuns. O proletariado e os seus partidos devem oferecer, a estas classes, objetivos sociais, econômicos, culturais e políticos que lhes interessem e que a burguesia é incapaz de lhes assegurar. Se a experiência confirma a vontade do proletariado de conquistar o poder e realizar o seu programa, poderá obter o apoio de uma boa parte de pequena burguesia com vista a realizar esses objetivos.

## XV – O ADVENTO DA SOCIEDADE SEM CLASSES

### 1. O fim socialista a atingir

O objetivo socialista que queremos atingir é o de substituir a sociedade burguesa, baseada na luta de todos contra todos, por uma sociedade comunitária sem classes, na qual a solidariedade social substitua o desejo de enriquecimento individual como móbil essencial de atividade, e na qual a riqueza da sociedade assegure o desenvolvimento harmonioso de todos os indivíduos.

Muito longe de desejar “tornar todos os homens iguais”, como pretendem todos os adversários ignorantes do socialismo, os marxistas desejam permitir, pela primeira vez na história humana, o desenvolvimento de toda a gama infinita de diferentes possibilidades de pensamento e de ação, presentes em cada indivíduo. Mas compreendem que a *igualdade econômica e social*, a emancipação do homem da necessidade de lutar pelo seu pão quotidiano, representa uma condição prévia para a conquista desta verdadeira realização da personalidade humana por parte de todos os indivíduos.

Uma sociedade socialista exige pois uma economia desenvolvida ao ponto em que a *produção em função das necessidades* suceda à *produção para o lucro*. A humanidade socialista deixará de produzir mercadorias destinadas a ser trocadas por dinheiro, no mercado. Produzirá valores de uso, distribuídos a todos os membros da sociedade a fim de todos satisfazerem as suas necessidades.

Semelhante sociedade libertará o homem da cadeia da divisão social e econômica do trabalho. Os marxistas rejeitam a tese segundo a qual certos homens “nasceram para mandar” e certos outros “nasceram para obedecer”.

Nenhum homem, pela sua natureza, nasce predestinado a ser, durante toda a sua vida, mineiro, torneiro ou guarda-freio. Em cada homem existe latente o desejo de exercer um certo número de atividades diferentes: basta observar os trabalhadores durante os seus tempos livres para disso nos apercebermos. Na sociedade socialista, o alto nível de qualificação técnica e intelectual de cada cidadão permitir-lhe-á desempenhar, no decurso da sua vida, numerosas e variadas tarefas úteis à comunidade. A escolha da “profissão” deixará de ser imposta aos homens por forças ou condições materiais independentes da sua vontade; dependerá da sua própria necessidade, do seu próprio desenvolvimento individual. O trabalho deixará de ser uma atividade *imposta*, que não se pode esquivar, para se tornar simplesmente a realização da própria persona-

lidade. O homem será enfim livre, no sentido real da palavra. Semelhante sociedade esforçar-se-á por eliminar todas as causas de conflitos entre os homens. Consagrará à luta contra as doenças, à formação do caráter na criança, à educação e às belas-artes, os imensos recursos dissipados hoje em fins de destruição e de repressão. Pela eliminação de todos os antagonismos econômicos e sociais entre os homens, terá suprimido todas as causas de guerra ou de conflitos violentos. Somente o estabelecimento total de uma sociedade socialista pode garantir à humanidade esta paz universal que se torna condição da simples sobrevivência da espécie na época das armas atômicas e termonucleares.

## 2. As condições econômicas e sociais para atingir esse fim

Se não nos contentamos com sonhar num futuro radioso, se queremos lutar por conquistar esse futuro, devemos compreender que a construção de uma sociedade socialista, que transformará completamente os costumes e hábitos dos homens, radicados há milênios nas sociedades divididas em classes, está subordinada a transformações materiais não menos profundas, a realizar previamente.

O advento do socialismo exige, antes de tudo, a supressão da propriedade privada dos meios de produção. Na época da grande indústria e da técnica moderna (que não se poderia suprimir sem lançar a humanidade na pobreza generalizada) esta propriedade privada dos meios de produção implica inevitavelmente a divisão da sociedade numa minoria de capitalistas que exploram e numa maioria de assalariados que são explorados.

O advento da sociedade socialista exige a supressão do salariedade, da venda da força de trabalho em troca dum salário fixo em dinheiro, que faz do produtor uma engrenagem impotente da vida econômica. Ao salariedade deve suceder a retribuição do trabalho pelo livre acesso a todos os bens necessários à satisfação das necessidades dos produtores. Somente numa sociedade que assegure ao homem semelhante *abundância* de bens pode nascer uma nova consciência social, uma nova atitude dos homens, uns em relação aos outros.

Semelhante abundância de bens não é de modo nenhum utópica, sob condição de ser atingida gradualmente e de partir de uma racionalização progressiva das necessidades dos homens, emancipados dos constrangimentos da concorrência, da caça à riqueza privada e da manipulação por uma publicidade interessada em criar um estado de insatisfação permanente nos indivíduos. Assim, os progressos do nível de vida criaram já um estado de saturação do consumo em pão, batatas, legumes, certos frutos, até produtos lácteos gordos e carne de porco, na parte menos pobre da população dos países imperialistas. Tendência análoga se manifesta no que respeita às roupas interiores, calçado, móveis de base, etc. Todos estes produtos poderiam ser progressivamente distribuídos gratuitamente, sem intervenção de dinheiro e sem com isso provocar importantes aumentos das despesas coletivas. A mesma possibilidade existe

em relação a serviços sociais, como o ensino, a saúde, os transportes coletivos, etc.

Mas a abolição do salariedade não exige apenas a transformação das condições de retribuição e de distribuição dos bens de consumo. Reclama também a modificação da *estrutura hierárquica da empresa*, a substituição, pelo regime da democracia dos produtores, do regime de comando único do diretor (assistido pelos chefes de oficina, contra-mestres, etc.). O fim do socialismo é o autogoverno dos homens em todos os escalões da vida social, a começar pela vida econômica. É a substituição de todos os delegados designados por chefes eleitos, de todos os delegados permanentes por chefes que exerçam essa função temporariamente. É por esta via que se pode chegar a criar as condições de uma verdadeira igualdade.

A riqueza social, que permite instaurar um regime de abundância, não será atingida por outro meio que não seja a *planificação* da economia permitindo evitar todo o desperdício que representa a não utilização dos meios de produção, e o desemprego, assim como a utilização desses meios para fins contrários aos interesses da humanidade. A emancipação do trabalho fica subordinada ao desenvolvimento prodigioso da técnica moderna (aplicação produtiva da energia atômica uma vez reunidas as condições máximas de segurança e investigação intensiva das fontes de energia alternativas, eletrônica e telecomando, que permite a automatização completa da produção) que liberta o homem cada vez mais das tarefas pesadas, degradantes e embrutecedoras. Assim a história responde por antecipação à velha e vulgar objeção contra o socialismo: “Quem pois exercerá as baixas tarefas numa sociedade socialista?”

O desenvolvimento máximo da produção nas condições rentáveis para a humanidade exige a manutenção e a extensão de uma divisão mundial do trabalho, modificada contudo profundamente para suprimir a articulação de países “avançados” e de países “dependentes”, a supressão das fronteiras e a planificação mundial da economia. A supressão das fronteiras e a real unificação do gênero humano é de resto também um imperativo psicológico do socialismo, o único meio de suprimir a desigualdade econômica e social entre as nações. A supressão das fronteiras de modo nenhum significa a supressão da personalidade cultural própria de cada nação; pelo contrário, permitirá a afirmação dessa personalidade de forma bem mais saliente do que hoje, sobre o terreno que lhe é próprio.

A gestão das empresas pelos trabalhadores, a da economia por um congresso de conselhos de trabalhadores, a de todas as esferas da vida social pelas coletividades a que respeitam, reclama também as condições materiais de realização, para que não seja fictícia. *A redução radical da jornada de trabalho* — de fato, a introdução da meia-jornada de trabalho — é indispensável para que os produtores disponham de tempo para gerir as empresas e as comunas, para que não se constitua uma nova camada de administradores profissionais.

A generalização do ensino superior — e uma nova repartição entre o

“tempo de estudo” e o “tempo de trabalho” ao longo de toda a vida adulta do homem e da mulher — é indispensável para que se extinga progressivamente a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. A estrita igualdade de remuneração, de representação e de oportunidades de qualificação superior das mulheres, é indispensável para que a desigualdade entre os sexos não se mantenha após a extinção da desigualdade entre as classes sociais.

### 3. *As condições políticas, ideológicas, psicológicas e culturais para atingir esse fim*

Para o advento de uma sociedade sem classes, as condições materiais são indispensáveis mas não são suficientes. O socialismo e o comunismo não serão o produto automático do desenvolvimento das forças produtivas, do desaparecimento da penúria, da elevação do nível de qualificação técnica e intelectual da humanidade. É por igual preciso modificar os hábitos, os costumes, as estruturas mentais resultantes de milênios de exploração, de opressão e de condições sociais que favoreçam o desejo de enriquecimento privado.

Antes de tudo, é preciso retirar o poder político às classes dominantes e impedi-las de reconquistar esse poder. O armamento geral dos trabalhadores, em substituição aos exércitos permanentes, seguido da destruição progressiva de todas as armas, e a impossibilidade dos eventuais partidários de um restabelecimento do domínio da minoria produzirem essas armas, são as medidas que devem permitir atingir esse fim.

A democracia dos conselhos de trabalhadores; o exercício de todo o poder político por esses conselhos; o controle público da produção e distribuição das riquezas; a mais larga publicidade dos debates conducentes às grandes decisões políticas e econômicas; o acesso de todos os trabalhadores aos meios de informação e de formação da opinião pública: eis o que deve assegurar a permanência de condições nas quais o regresso a um regime de opressão e de exploração não mais seja possível.

Depois, trata-se de criar as condições propícias para que os produtores se habituem à segurança da existência e deixem de medir os seus esforços em função das retribuições específicas que deles esperem. Esta revolução psicológica não poderá surgir antes que a experiência tenha ensinado aos homens que a sociedade socialista garante efetiva e permanentemente a satisfação de todas as suas necessidades de base, sem medir, em contrapartida, o contributo de cada um para a riqueza social.

A gratuidade da alimentação e do vestuário de base; dos serviços públicos; da assistência sanitária; do ensino; dos serviços culturais, permitirá atingir aquele fim desde que tenha funcionado durante duas ou três gerações. A partir de então, o trabalho deixará de ser considerado como um meio de “ganhar a vida” ou assegurar os consumos correntes, para se tornar uma ne-

cessidade de atividade criadora através da qual cada um contribui para o bem-estar e o desenvolvimento de todos.

A transformação radical das estruturas de opressão, que são a família patriarcal, o ensino autoritário tipo torre de marfim, o consumo passivo das idéias e dos “bens culturais”, ocorrerá a par e passo das transformações sociais e políticas.

A ditadura do proletariado não reprimirá nenhuma idéia, nenhuma corrente científica, literária, cultural ou artística. Não receará as idéias, convencida da superioridade das idéias comunistas. Mas nem por isso será neutra perante a luta ideológica, que prosseguirá; criará todas as condições propícias para que o proletariado emancipado assimile os melhores produtos da velha cultura e progressivamente modele os elementos da cultura comunista unificada da humanidade futura.

A revolução cultural, que marcará com o seu selo a construção do comunismo, será antes de tudo uma revolução das condições nas quais os homens criam a sua própria cultura, a transformação da massa dos cidadãos de consumidores passivos em produtores culturais ativos e criadores.

O maior obstáculo que resta transpor para criar um mundo comunista, é o enorme desnível que separa a produção e o nível de vida, por habitante, dos países industrialmente avançados dos países subdesenvolvidos. O marxismo rejeita resolutamente a utopia reacionária de um comunismo ascético e de penúria. A expansão da vida econômica e social dos povos do hemisfério meridional reclama não só uma planificação socialista da economia mundial, mas ainda uma redistribuição radical dos recursos materiais em proveito desses povos.

Só uma transformação dos modos egoístas de pensamento, míopes e pequenos burgueses, que sobrevivem hoje numa parte importante da classe operária do hemisfério norte, permitirá que se atinja aquele objetivo. A educação internacionalista deverá neste sentido seguir a par como hábito da abundância, que demonstrará que semelhante redistribuição pode realizar-se sem provocar um recuo do nível das massas setentrionais.

### 4. *As etapas da sociedade sem classes*

Partindo da já rica base de experiência das revoluções proletárias desde há mais de um século — ou seja, desde a Comuna de Paris — três etapas podem ser destacadas na construção de uma sociedade sem classes:

— a etapa de transição do capitalismo para o socialismo, que é a etapa da ditadura do proletariado, da sobrevivência do capitalismo em importantes países, da sobrevivência parcial da produção mercantil e da economia monetária, da sobrevivência de várias classes e camadas sociais no interior dos países percorrendo esta etapa, e, portanto, da necessidade da sobrevivência do

Estado para defender os interesses dos trabalhadores contra todos os partidários de um retorno ao domínio do capital;

— a etapa do socialismo, cuja construção se ultima e que se caracteriza pelo deprecimento das classes sociais, (“o socialismo é a sociedade sem classe” disse Lenine) pela extinção da economia mercantil monetária, pelo desaparecimento do Estado, pelo triunfo internacional da nova sociedade. Contudo, durante a etapa socialista, a retribuição de cada um, (abstraindo das satisfações gratuitas das necessidades de base) continuará a ser calculada em função da quantidade de trabalho prestado à sociedade.

— a etapa do comunismo, que se caracteriza pela aplicação integral do princípio “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades”, pelo desaparecimento da divisão social do trabalho, pelo desaparecimento da separação entre trabalho manual e intelectual, pelo desaparecimento da separação entre a cidade e o campo. A humanidade organizar-se-á sob a forma de comunas livres de produtores-consumidores, capazes de por si próprias se administrarem, sem nenhum órgão separado, reintegradas num meio natural reabilitado, e protegidas contra os riscos de destruição do equilíbrio ecológico.

No entanto, desde que se está em presença de uma sociedade pós-capitalista, liberta do monopólio do poder de uma camada burocrática — quer dizer, em presença de um poder efetivo dos trabalhadores — nenhuma revolução, nenhuma ruptura brusca serão necessárias para estabelecer a sucessão destas etapas. Resultarão de uma evolução progressiva das relações de produção e das relações sociais. Serão a expressão do deprecimento progressivo das categorias mercantis, do dinheiro, das classes sociais, do Estado, da divisão social do trabalho, e das estruturas mentais que resultaram de todo o passado de desigualdade e de luta de classes. O essencial é iniciar prontamente estes processos de deprecimento e não os transferir às gerações futuras.

Tal é o nosso ideal comunista. Este ideal constitui a única solução para os candentes problemas com que a humanidade está confrontada. Consagrar a vida à sua realização, é mostrar-se digno da inteligência e da generosidade dos melhores filhos da nossa espécie, dos mais intrépidos pensadores, dos mais corajosos combatentes pela Emancipação do Trabalho, ontem como hoje.

## XVI — O MATERIALISMO DIALÉTICO

### 1. O movimento universal

Se recapitularmos os quinze capítulos precedentes e se buscarmos reuni-los numa só fórmula, não podemos encontrar outra melhor que a seguinte: tudo muda, tudo está em perpétuo movimento.

Da sociedade primitiva sem classes, a humanidade passa à sociedade dividida em classes; esta por sua vez dá lugar à sociedade socialista sem classes, de amanhã. Os modos de produção sucedem-se; mesmo antes de desaparecerem, passam por constantes alterações. A classe dominante de hoje é muito diferente da classe dos proprietários de escravos que dominava o Império romano. O proletariado contemporâneo é completamente diferente do servo medieval. Entre um capitalista-pequeno fabricante, do início do século XIX, e o Sr. Rockefeller ou o chefe do *truste* Rhône-Poulenc de hoje, há um mundo de diferença. Tudo muda, tudo está em perpétuo movimento.

Este movimento universal podemos reencontrá-lo a todos os níveis da realidade e não apenas ao da história das sociedades humanas. Os indivíduos mudam, sujeitos a um destino inexorável. Nascem, crescem, amadurecem, tornam-se adultos e depois começam a declinar acabando por morrer. A este destino estão sujeitos tanto as espécies vivas como os indivíduos. A espécie humana não existiu sempre. Espécies que povoaram outrora o nosso planeta, como os répteis gigantes da época terciária, desapareceram. Outras espécies vegetais e animais desapareceram atualmente sob os nossos olhos, em parte como resultado de perturbações anárquicas que o modo de produção capitalista provocou na ecologia terrestre.

O nosso planeta, por sua vez, não tem vida eterna. A segunda lei da termodinâmica, a lei sobre a perda de energia, condena-o inexoravelmente a desaparecer um dia. Também não existe desde sempre. Nasceu de uma constelação interplanetária que, ela mesma, não é mais do que uma das inumeráveis constelações análogas do universo.

O movimento, a evolução universal, governa toda a existência — esta é material. Com base na matéria, existem átomos que são eles próprios compostos de partículas ainda menores. Pelas combinações de átomos constituem-se as moléculas, que formam entre si os diferentes elementos de base da crosta terrestre e da atmosfera. O oxigênio e o hidrogênio, em determinada combinação —  $H_2O$  — constitui a água; de outras moléculas formam-se os metais, os ácidos, as bases.

A evolução da matéria inorgânica deu lugar, em condições determinadas, ao aparecimento da matéria orgânica. Esta produz a evolução das espé-

cies vivas, vegetais e animais. No decurso desta evolução nascem os seres vivos superiores, os mamíferos, de que fazem parte os símios, que farão surgir a espécie humana.

## 2. A dialética, lógica do movimento

Posto que um movimento universal parece governar toda a existência, devem poder ser destacados traços comuns entre o movimento da matéria, o movimento da sociedade humana e o movimento dos nossos conhecimentos (da ciência, do espírito humano). De fato, a dialética materialista de Marx e Engels pretende por a nu esses traços comuns do movimento universal.

A dialética, ou lógica do movimento, manifesta-se pois a três níveis:

— A dialética da natureza, dialética inteiramente objetiva, ou seja, independente de projetos, de intenções ou de motivações do homem, que não age *diretamente* sobre a história humana. Isso não exclui que, com o desenvolvimento das forças produtivas, a humanidade possa utilizar as leis da natureza para remodelar o seu meio natural.

— A dialética da história, dialética largamente objetiva à partida, mas na qual a irrupção do projeto do proletariado para reconstruir a sociedade segundo um programa pré-estabelecido, constitui uma viagem revolucionária, mesmo quando a elaboração e a realização desse projeto estão ligadas a condições materiais, objetivas, pré-existentes e independentes da vontade dos homens.

— A dialética do conhecimento (do pensamento humano) que é uma dialética objeto-sujeito, o resultado de uma interação constante entre os objetos a conhecer (os objetos de cada uma das ciências) e a ação dos sujeitos, que procuram compreendê-las (e que são condicionados pela sua situação social, os meios de investigação herdados e ao seu alcance, — tanto os meios de trabalho como os conceitos — a transformação destes meios pela atividade social corrente, etc., etc.).

Na medida em que a descoberta da dialética objetiva é ela própria uma fase da história dos conhecimentos e do pensamento humano (a dialética foi de início elaborada por filósofos gregos, como Heráclito, retomada depois por Spinoza e aperfeiçoada por Hegel) poder-se-ia ser tentado a reconduzir toda a dialética à dialética objeto-sujeito. Isso, porém, seria cometer um erro. É claro que tudo o que sabemos, incluindo o que respeita à dialética da natureza, sabemos-lo por intermédio do nosso cérebro, das nossas idéias e da nossa práxis social, determinados pelas nossas condições de existência social. Mas este fato evidente em nada impede que possamos saber — e verificar, e ver confirmado por provas práticas múltiplas — que a vida é mais velha do que o pensamento humano; que a terra é mais velha do que a vida; que o universo é mais velho do que a terra; que todo este movimento é um movimento independente da ação e da existência do homem. É este o sentido que tem a noção: “dialética materialista objetiva”.

Melhor: quanto mais os nossos conhecimentos se aperfeiçoam e se tornam cada vez mais científicos; quanto mais o conhecimento se aproxima da realidade (a identidade *total* do conhecimento e da realidade é impossível, sobretudo pelo fato de que esta última está em perpétua mudança) essa caminhada irá cada vez mais seguir o movimento objetivo da matéria. A dialética do nosso pensamento científico, a dialética materialista, pode apreender o real justamente porque o seu próprio movimento corresponde cada vez mais ao movimento da matéria, porque as leis do conhecimento e da apreensão espiritual do real, que a dialética aplica, correspondem cada vez mais às leis que governam o movimento universal da realidade objetiva.

É preciso destacar uma importante diferença entre o desenvolvimento das ciências sociais e o desenvolvimento das ciências naturais, (os nossos conhecimentos a respeito de tudo o que se relaciona com a vida social como objeto de investigação, incluindo os nossos conhecimentos sobre as origens, e a dialética do desenvolvimento de todas as ciências, incluindo as ciências naturais). O próprio desenvolvimento das ciências naturais é também histórica e socialmente determinada.

Os homens, mesmo os gênios mais arrojados, não podem pôr e não podem resolver, em cada época, mais do que um certo número de problemas científicos. São tributários das idéias e da educação recebidas. Os problemas novos nascem neste contexto, em relação com transformações materiais, designadamente o trabalho, instrumentos de trabalho, instrumentos científicos de investigação, etc. Mas trata-se de uma determinação *indireta*, não mediada imediatamente por interesses materiais diretos de classe.

É diferente o que se passa com as ciências sociais. Estas tocam de muito mais perto a organização e a estrutura da sociedade de classe. O peso das “idéias recebidas e herdadas” é nelas tanto maior quanto essas idéias não são mais do que a *expressão*, no plano ideológico, de *interesses*, quer de conservação social, quer de revolução social, interesses que se relacionam em definitivo com posições de classes antagônicas.

Sem querer transformar os filósofos, os economistas, os sociólogos e os antropólogos em “agentes” deliberados de tal ou tal classe, comprometidos numa conspiração quer para defender a ordem estabelecida, quer para “organizar a subversão”, é evidente que a determinação social do desenvolvimento das ciências sociais é bastante mais direta e imediata do que a das ciências naturais.

## 3. Dialética e lógica formal

A dialética, ou lógica do movimento, distingue-se da lógica formal ou lógica estática. A lógica formal assenta em três elementos fundamentais:

a) A lei da identidade: A é igual a A; uma coisa permanece sempre igual a si mesma.

b) A lei da contradição: A é diferente de não-A, A não pode jamais ser igual a não-A.

c) A lei do terceiro excluído: ou bem A, ou bem não-A; nada pode ser nem A nem não-A.

Um só momento de reflexão permite concluir que o que caracteriza a lógica formal é a orientação que consiste em colocar entre parênteses o movimento e a mudança. Todas as leis que acabamos de enumerar são verdadeiras, *na medida em que se abstraía do movimento*. "A" permanece sempre igual a si mesmo, ma medida em que não mude. "A" é diferente de "não-A", na medida em que não se transforme no seu contrário. Ou bem existe "A" ou bem existe "não-A", na medida em que não se verifique af um movimento combinando "A" com "não-A", etc. Perante a transformação da crisálida em borboleta, do adolescente em adulto, a "lei da identidade" é manifestamente insuficiente.

O fato de abstrair do movimento, da transformação, das mudanças, é útil sob dois pontos de vista. Desde logo, para poder estudar fenômenos de maneira isolada e contínua, o que sem qualquer dúvida permite aprofundar os nossos conhecimentos desses fenômenos. Depois de um ponto de vista prático, quando as mudanças que se produzem são de natureza infinitesimal e podem por isso ser efetivamente desprezadas pelos interessados.

Se compro 1 Kg de açúcar pré-embalado, a igualdade estabelecida pela balança, 1 Kg de açúcar - 1 Kg, é válida para mim, visto o fim prático da compra. Com efeito, para poder açucarar o meu café, e manter em equilíbrio o meu orçamento caseiro, pouco importa que o peso real de tal embalagem seja na realidade não 1 Kg mas somente 999,9887 g, e que o peso de uma outra embalagem seja 999,999999 g. Diferenças tão pequenas podem ser validamente desprezadas de um ponto de vista prático.

Eis porque a lógica formal continua a ser utilizada tanto em teoria como na prática. Eis porque a dialética materialista não "recusa" a lógica formal, mas a integra, considerando-a como um instrumento válido de análise e de conhecimento, mas válido sob condição de se lhe aperceber os limites: na medida em que se compreenda que é inaplicável aos fenômenos do movimento, aos processos de mudança. Desde que se esteja em presença de tais fenômenos, impõe-se o recurso às categorias da dialética, da lógica do movimento, categorias estas diferentes das da lógica formal.

#### 4. O movimento, função da contradição

O movimento, pela sua natureza, é uma passagem, uma ultrapassagem. De um ponto de vista estático, um objeto não pode estar em dois locais diferentes no mesmo momento (mesmo sendo um momento infinitamente curto). Do ponto de vista dinâmico, o movimento de um objeto é precisamente *a sua passagem de um ponto a outro*.

A dialética, ou lógica do movimento, estuda pois as leis do movimento, as formas que este adota. Vamos examiná-las sob dois aspectos: o movimento, função da contradição; o movimento, função da totalidade.

Todo o movimento é sempre causado. A causalidade é uma das categorias fundamentais da dialética, tal como é uma categoria fundamental de toda a ciência. Negar a causalidade é, em última análise, negar a possibilidade do conhecimento.

A causa última de todo o movimento, de toda a mudança, são as contradições internas do objeto em mutação. Todo o objeto, todo o fenômeno muda, "dá de si", modifica-se e transforma-se, em última análise, sob o efeito das suas contradições internas. Neste sentido, tem-se amiúde, e justamente, chamado à dialética a ciência das contradições. Lógica do movimento e lógica das contradições, são duas definições da dialética, praticamente idênticas.

A análise de todo o objeto, de todo o fenômeno, ou de todo o feixe, de todo o conjunto de fenômenos, deve pois visar a determinar quais deles são os elementos constitutivos contraditórios, e quais são os movimentos, a dinâmica, desencadeados por essas contradições.

Assim, ao longo de toda esta exposição, indicamos até que ponto a luta de classe, resultante da existência no seio da sociedade de classes antagônicas, governa o movimento da história das sociedades divididas em classe.

Por forma mais ampla, englobando ao mesmo tempo a sociedade primitiva sem classes, a sociedade dividida em classes e a sociedade socialista futura, pode-se dizer que a contradição entre o nível atingido em certas épocas pelo desenvolvimento das forças produtivas (o grau de domínio do homem sobre a natureza) e as relações de produção (a organização social) nascidas, em última análise, de níveis de desenvolvimento anteriores dessas mesmas forças produtivas, governam toda a evolução da humanidade.

Simplificando e esquematizando muito largamente, podemos indicar as leis seguintes do movimento, ou formas principais que o mesmo toma e que nos dão categorias fundamentais da lógica dialética ou da lógica do movimento:

a) A unidade e a luta dos contrários. Quem diz movimento diz contradição. Quem diz contradição diz coexistência de elementos opostos uns aos outros, simultaneamente coexistência e luta entre esses elementos. Se existe homogeneidade integral, ausência total de elementos opostos uns aos outros, não existe contradição, não existe movimento, não existe vida, não há existência.

A existência de elementos contraditórios inclui a sua coexistência numa totalidade estruturada, num conjunto em que cada um dos seus elementos tem o seu lugar, e a luta desses elementos para decompor esse conjunto. O capitalismo não é possível sem a existência *simultânea* do capital e do trabalho assalariado, da burguesia e do proletariado. Um não pode existir sem o outro. Mas isso de modo nenhum significa que um deles não procure suprimir o capital e o salariado, não procure, protanto, ultrapassar o capitalismo.

b) Mudanças qualitativas e mudanças quantitativas. O movimento toma a forma de mudanças mantendo a estrutura (ou a qualidade) dos fenômenos: falamos neste caso de uma mudança quantitativa, freqüentemente imperceptível. A partir de um certo "limiar", a mudança quantitativa transforma-se em mudança qualitativa. A partir deste limiar, a mudança, em vez de ser gradual, efetua-se por "salto", dando lugar a uma nova qualidade. Uma pequena aldeia pode transformar-se gradualmente numa grande aldeia ou vila, num burgo, mesmo numa pequena cidade. Mas entre uma cidade e uma aldeia não existe somente uma diferença de quantidade (quantidade de habitantes, de espaço edificado, etc.). Existe também uma diferença de qualidade. A atividade profissional da maioria dos habitantes, modifica-se: em lugar do agricultor, é o operário e o empregado que predominam. Nasce um novo meio social, levantando problemas sem nenhuma existência no seio da aldeia. Novas classes sociais aparecem, com novas contradições sociais entre si.

c) Negação e ultrapassagem. Todo o movimento tem tendência a produzir a negação de certos dos seus fenômenos, a transformar objetos no seu contrário. A vida produz a morte. O calor não pode ser entendido senão em função do frio. A sociedade sem classe produz a sociedade dividida em classes, que por sua vez produz uma nova sociedade sem classes. Mas é preciso distinguir a negação "pura" e a "negação da negação", quer dizer, a ultrapassagem da contradição a um nível superior, que implica, ao mesmo tempo, uma negação, uma conservação e uma elevação a um nível superior. A sociedade primitiva sem classes tinha um alto nível de coesão interna, precisamente em função da sua pobreza, da sua subordinação quase total às forças da natureza. A sociedade dividida em classes representa uma etapa do domínio superior do homem sobre as forças da natureza, paga pelo preço de uma contradição, de um desgarramento mais profundo da organização social. Na sociedade socialista futura, esta negação será ultrapassada. Uma forma ainda mais elevada do domínio do homem sobre a natureza será desta vez combinada com uma forma igualmente superior de coesão social e de cooperação, graças à existência de uma sociedade sem classes.

### 5. Alguns problemas suplementares da dialética do conhecimento

a) Conteúdo e forma. Todo o movimento toma forçosamente formas sucessivas que podem variar segundo um grande número de circunstâncias. Não pode desfazer-se automaticamente de tal ou tal forma, previamente adotada. Esta resiste. Tal resistência tem que ser vencida. A forma deve corresponder ao conteúdo e corresponde-lhe, pois, mas somente até um certo ponto. A sua natureza mais rígida opõe-se a toda a correspondência absoluta e permanente a um movimento que é o oposto a tudo o que é rígido.

Um bom exemplo desta relação contraditória entre a forma e o conteúdo é o que oferece a *dialética entre as relações de produção e as forças produ-*

*tivas.*

Para poderem desenvolver-se, as forças produtivas devem necessariamente inserir-se em certas formas de organização social humanas: as relações de produção escravagistas, feudais, capitalistas, etc. Desde logo, cada nova forma de organização do trabalho e da produção, superiores à forma anterior do ponto de vista da produtividade média do trabalho, estimula a expansão das forças produtivas. Mas, a partir de certo ponto, essa forma torna-se por sua vez um entrave a um progresso ulterior das forças produtivas. Deve, pois, ser destruída e substituída por um novo conjunto de relações de produção superiores, a fim de permitir um novo "salto em frente" do progresso material e intelectual da humanidade.

b) Causas e efeitos. Todo o movimento se apresenta como uma cadeia entrelaçada de causas e efeitos. À primeira vista, uma interação inextricável tudo mistura. A causa do salariado é a apropriação privada dos meios de produção tornada monopólio de uma classe social. Mas esse monopólio mantém-se justamente como efeito do salariado. Os salários não permitem a aquisição, pelos operários, de meios de produção. O salariado liberta uma mais-valia apropriada pelos capitalistas, que se transforma precisamente em propriedade burguesa dos meios de produção suplementares. E assim continuamente.

Para nos reencontrarmos neste *imbroglio* e não cair num ecletismo insulso e estéril, é preciso usar o método genético, quer dizer, investigar a *origem histórica* do movimento em questão. Chegar-se-á assim a que o capital e a mais-valia são efetivamente *anteriores* ao salariado; que brotaram fora da esfera da produção; que houve uma *acumulação primitiva* do capital, que rompe o círculo aparentemente fechado das causas e dos efeitos salariado-capital-salariado.

c) O geral e o particular. Cada movimento, cada fenômeno, tem características próprias que lhe são particulares. Ao mesmo tempo, cada movimento, cada fenômeno, apesar das suas particularidades específicas, não pode ser discernido, compreendido e explicado a não ser no quadro de conjuntos mais amplos e mais gerais. O capitalismo britânico do século XIX não é idêntico nem ao capitalismo britânico da segunda metade do século XX nem ao capitalismo americano de hoje. Cada um deles representa uma formação social particular, com uma inserção particular numa economia mundial muito alterada no espaço de um século. No entanto, nem o capitalismo britânico da época vitoriana, nem o capitalismo britânico de hoje, nem o capitalismo americano contemporâneo, podem ser compreendidos fora das leis gerais de desenvolvimento que caracterizam o capitalismo em geral. A dialética do geral e do particular não se contenta em "combinar" a análise do "geral" e do "particular". Esforça-se também por explicar o particular em função de leis gerais, por modificar as leis gerais em função do jogo de um certo número de fatores particulares.

d) O relativo e o absoluto. Compreender o movimento, a mudança uni-

versal, é compreender a existência de uma infinidade de situações transitórias. “O movimento é a unidade da continuidade e da descontinuidade” (Hegel). Por isso, uma das características fundamentais da dialética é a compreensão da relatividade das coisas, é a recusa a erigir barreiras *absolutas* entre as categorias, é a investigação das mediações entre os elementos opostos. A evolução universal implica a existência de fenômenos híbridos, situações e casos de “transição” entre a vida e morte, entre as espécies vegetais e animais, entre as aves e os mamíferos, entre os macacos e o homem — que tornam relativas as distinções entre estas categorias.

Contudo, a dialética tem sido muitas vezes utilizada de maneira subjetivista, como “arte de confundir” ou “arte de defender paradoxos”. A diferença entre a dialética científica, instrumento de conhecimento real, e a dialética subjetivista ou *sofística*, consiste particularmente em que a relatividade dos fenômenos e das categorias se torna, por sua vez, qualquer coisa de absoluto para os sofistas. Esquecem estes (ou fingem esquecer) que a relatividade das categorias é apenas uma relatividade parcial e não uma relatividade absoluta, e que é preciso, por sua vez, *relativizar a relatividade*. A diferença “absoluta” entre a vida e a morte é contestada pela existência de situações transitórias, diz a dialética científica. Tudo é relativo, logo a diferença entre a vida e a morte não passa de muito relativa quando não inexistente, prossegue o sofista. Não, replica o dialético: há qualquer coisa de absoluto e não somente de relativo na diferença entre a vida e a morte. Do fato incontestável de haver múltiplas etapas intermediárias, não se pode tirar a absurda conclusão que consiste em negar que a morte permanece a negação da vida.

#### 6. O movimento, função da totalidade — o abstrato e o concreto

Vimos que todo o movimento é sempre função de contradições internas do fenômeno ou do feixe de fenômenos considerados. Cada fenômeno — seja uma célula viva, um meio natural onde diversas espécies coabitem, uma sociedade humana, um sistema interplanetário ou um átomo — comporta, no entanto, uma infinidade de aspectos, de componentes, de elementos constitutivos. Estes elementos não se aglomeram uns com os outros de maneira fortuita e constantemente modificada. Formam *conjuntos estruturados*, uma totalidade construída seguindo uma lógica determinada. Assim, no seio da sociedade burguesa, as relações mútuas e antagônicas entre o Capital e o Trabalho, de modo nenhum são fortuitas. São determinadas pela obrigação econômica em que se encontra o assalariado de vender a sua força de trabalho ao capitalista, detentor dos meios de produção e de subsistência, sob forma de mercadorias. Relações mútuas qualitativamente diferentes daquelas, produziram outras sociedades fundadas sobre a exploração; mas não se tratava de sociedades capitalistas.

A dialética materialista deve pois abordar cada fenômeno, cada objeto

de análise e de conhecimento, não apenas para disso determinar as contradições internas que determinam a sua evolução (as suas “leis de desenvolvimento”). Deve igualmente esforçar-se por abordar o fenômeno de maneira global, por o dominar sob *todos* os seus aspectos, por o considerar na sua totalidade, por evitar toda a aproximação unilateral, que isola de maneira arbitrária tal ou tal aspecto particular da realidade, suprime, não menos arbitrariamente, tal ou tal outro aspecto, e é, por esse fato, incapaz de apreender as contradições no seu conjunto e, logo, de compreender o movimento na sua totalidade.

Esta capacidade da dialética para integrar na sua análise o método “universalista” (*Allseitigkeit*, diz Lenine em alemão e em russo), é um dos seus méritos principais. De resto, há praticamente sinonímia entre “lógica do movimento”, “lógica da contradição” e “lógica da totalidade”. É fechando os olhos perante certos elementos contraditórios do real, que aparecem como “tornando demasiado complexa” a análise, que alguns pensadores não-dialéticos vão do total ao parcial, expelindo, a um tempo, a contradição e a totalidade.

Evidentemente que é inevitável uma certa simplificação, uma certa “redução” da “totalidade” aos seus elementos constitutivos decisivos, como primeira tentativa de aproximação de toda a análise científica. Esta é, à partida, necessariamente abstrata. Mas é necessário ter presente que este inevitável processo de abstração empobrece o real; quanto mais se aproxima do real, mais se aproxima de uma totalidade rica de uma infinidade de aspectos, que a análise científica e o conhecimento devem explicar, ao mesmo tempo, nas suas relações recíprocas e nas relações contraditórias: “A verdade é sempre concreta” (Lenine). “O verdadeiro é a totalidade” (Hegel).

#### 7. Teoria e prática

A dialética é uma teoria, um instrumento do conhecimento. Historicamente, pode-se definir a dialética materialista como a teoria do conhecimento do proletariado (o que em nada diminui o seu caráter objetivamente científico, que necessita uma verificação constante igualmente no terreno científico).

Toda a teoria do conhecimento é submetida a uma prova implacável: a prova da prática.

Em última análise, o próprio conhecimento não é um fenômeno separado da vida e dos interesses dos homens. É uma arma para a conservação da espécie, uma arma que permite ao homem dominar as forças da natureza, uma arma para compreender (mais tarde) as origens da “questão social” e os meios de a resolver. O conhecimento nasceu pois da prática social do homem; tem por função aperfeiçoar esta prática. A sua eficácia mede-se, em última análise, pelos seus efeitos práticos. A verificação prática permanece a melhor arma de última instância contra os sofistas e os céticos.



Isto não quer dizer que a teoria se dissolve num pragmatismo inepto, de vistas curtas. Muito frequentemente, a eficácia prática, o caráter “verdadeiro” ou “falso” de uma hipótese científica não aparecem imediatamente. É preciso tempo, um certo recuo, novas experiências, uma série de sucessivas “provas da prática”, antes que o caráter científico de uma teoria se imponha efetivamente na prática. Prisioneiros das aparências de uma visão parcial e superficial do real, de uma visão temporária do processo histórico (que é, por seu turno, determinado em última instância pela ideologia de classes ou camadas sociais não revolucionárias), numerosos homens e mulheres podem duvidar, apesar das suas melhores intenções e convicções socialistas, uns do caráter burguês da democracia parlamentar, outros da necessidade da ditadura do proletariado, outros ainda da necessidade da vitória da revolução internacional para acabar a construção de uma sociedade realmente socialista na URSS, ou em não importa qual outro país.

Mas no fim de contas, os fatos acabam por confirmar qual teoria foi realmente científica, quer dizer, capaz de apreender o real em todas as suas contradições, todo o seu movimento de conjunto, e quais hipóteses se encontram erradas, ou seja, capazes de apreender somente partes do real, isolando-os da totalidade estruturada, e por isso incapazes de apreender o movimento a longo prazo na sua dialética fundamental. A vitória da revolução socialista mundial, o advento de uma sociedade sem classes, confirmará na prática a validade da teoria marxista revolucionária.

## BIBLIOGRAFIA

## Capítulo I

- K. Marx e Fr. Engels – O Manifesto Comunista.  
Fr. Engels – Anti-Dühring (2ª e 3ª partes).  
Max Beer – História do Socialismo.  
K. Kautsky – As Origens do Cristianismo.  
– Thomas More.

## Capítulo II

- Marx e Engels – O Manifesto Comunista.  
Engels – Anti-Dühring (2ª e 3ª partes).  
Gordon Childe – O que aconteceu na História.  
– O homem faz-se a si próprio.  
Glutz – O trabalho na antiga Grécia.  
Bolsonnade – O trabalho na Idade Média.  
Ernest Mandel – Tratado de economia marxista (4 primeiros capítulos).

## Capítulo III

- K. Marx e Fr. Engels – O Manifesto Comunista.  
Fr. Engels – As origens da família, da propriedade privada e do Estado.  
Herman Gorter – O materialismo histórico.  
Boukharine – A teoria do materialismo histórico.  
Plekhanov – Questões fundamentais do marxismo.  
K. Kautsky – Ética e concepção materialista da história.  
A. Moret e G. Davy – Dos clãs aos Impérios.

## Capítulo IV

- Karl Marx – Salário, preço e lucro.  
Rosa Luxemburgo – Introdução à economia política.  
Ernest Mandel – Iniciação à teoria econômica marxista.  
– Tratado de economia marxista.  
Pierre Salama et Jacques Valier – Introdução à economia política.

## Capítulo V

Karl Marx — Salário, preço e lucro.

Marx e Engels — O Manifesto comunista.

Fr. Engels — Anti-Dühring (2ª parte).

Karl Kautsky — A doutrina econômica de Karl Marx.

Rosa Luxemburgo — Introdução à economia política

Ernest Mandel — Iniciação à teoria econômica marxista.

— Tratado de economia marxista.

Ernest Mandel e George Novack — A teoria marxista da alienação.

Pierre Salama e J. Valier — Introdução à economia política.

## Capítulo VI

Lenine — O Imperialismo, estágio supremo do capitalismo.

R. Hilferding — O capital financeiro.

E. Mandel — Tratado de economia marxista (caps. 12-14).

Pierre Jalée — O Imperialismo em 1970.

Pierre Salama — O processo de subdesenvolvimento.

## Capítulo VII

Pierre Jalée — O imperialismo em 1970.

Pierre Salama — O processo de subdesenvolvimento.

Paul A. Baran — A economia política do crescimento.

Haupt-Lowy-Weill — Os marxistas e a questão nacional (textos de Lenine,  
Rosa Luxemburgo, Kautsky, Otto Bauer, etc.)

## Capítulo VIII

Marx e Engels — Manifesto comunista.

Engels — Socialismo utópico e socialismo científico.

Marx Beer — História do socialismo.

Karl Marx — A guerra civil em França.

Lissagaray — A Comuna de Paris.

Morton e Tate — História do movimento operário inglês.

Abendroth — História do movimento operário europeu.

Thomson — A estrutura da classe operária inglesa.

## Capítulo IX

Lenine — Que fazer?

Lenine — O esquerdismo, doença infantil do comunismo.

Rosa Luxemburgo — Reforma ou revolução.

Rosa Luxemburgo — Greve de massa, partido e sindicatos.

L. Trotsky — Os sindicatos na época do declínio do capitalismo.

G. Lukács — Lenine.

## Capítulo X

K. Marx — A guerra civil em França.

Lenine — O Estado e a revolução.

Lenine — A revolução proletária e o renegado Kautsky.

L. Trotsky — Escritos sobre a Alemanha.

5º Congresso da IV Internacional — Teses sobre o declínio e queda do  
estalinismo (inclui uma descrição detalhada das instituições  
da democracia proletária sob a ditadura do proletariado).

## Capítulo XI

Lenine — Duas táticas da social-democracia.

— A catástrofe iminente e os meios de a conjurar.

— Os bolcheviques conservarão o poder?

Rosa Luxemburgo — Brochura de Junius.

— A revolução russa.

Léon Trotsky — Três concepções da revolução russa.

— Discurso de Copenhague (1932).

— História da revolução russa.

— A revolução permanente.

## Capítulo XII

E. Mandel — Da burocracia.

L. Trotsky — Lições de outubro.

— Novos rumos (Cours nouveau).

— A revolução traída.

Moshe Lewin — O último combate de Lenine.

Teses do 4º e 5º Congressos da IV Internacional — Ascenso e declínio do  
Estalinismo — Declínio e queda do Estalinismo.

Samizdat I.  
Polónia — Hungria, 1956.

#### Capítulo XIII

L. Trotsky — A agonia do capitalismo e as tarefas da IV. Internacional  
(Programa de Transição).  
Congresso de Reunificação (7º Congresso Mundial da IV Internacional)  
— A dialética atual da revolução mundial.  
Ernest Mandel — O controle operário.  
— Controle operário, conselhos operários, autogestão (analogia).  
Liga Comunista — Projetos de Programa.  
Documentos do IX e X Congressos Mundiais da IV Internacional.

#### Capítulo XIV

Resolução do 3º Congresso da I. C. sobre a tática.  
Lenine — O "esquerdismo", doença infantil do comunismo.  
Leon Trotsky — Para onde vai a França?  
— Escritos sobre a Alemanha.  
— O movimento comunista em França.  
Ernest Mandel — Sobre o fascismo.  
Daniel Guérin — Fascismo e Grande Capital.  
Henry Weber — Marxismo e consciência de classe.  
Ernest Mandel — Lenine e a consciência de classe proletária.

#### Capítulo XV

Karl Marx — Crítica do Programa de Gotha.  
Friederich Engels — Anti-Dühring, 3ª parte: "O Socialismo".  
Lenine — O Estado e a revolução.  
Boukharine e Préobrajensky — ABC do comunismo.  
Leon Trotsky — Literatura e revolução — Problemas da vida quotidiana.  
Lafargue — O direito à preguiça.

#### Capítulo XVI

Fr. Engels — Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã.  
— Anti-Dühring — 1ª parte.

Henri Lefebvre — Lógica formal, lógica dialética.  
G. Plekanov — Questões fundamentais do marxismo.  
George Novack — Uma introdução à lógica do marxismo.  
N. Boukharine — O materialismo histórico.  
G. Luckács — História e consciência de classe (2 primeiros capítulos).

Impresso por Edições Renascença Ltda.  
para Editora Movimento em março de 1982.

121 / 78

**Coleção Dialética**

**História e Ideologia**

*Ernildo Stein*

**Metafísica e Finitude**

*Gerd A Bornheim*

**Reflexões sobre a arte antiga**

*J.J. Winckelmann*

**Melancolia**

*Ernildo Stein*

**Função dos intelectuais numa  
sociedade de classes**

*Jefferson Barros*

**Crítica de razão tupiniquim**

*Roberto Gomes*

**Introdução ao marxismo**

*Ernest Mandel*

Pedidos pelo reembolso postal para  
EDITORA MOVIMENTO  
República, 130 - F.24.51.78  
Porto Alegre — RS — Brasil